



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



V. 8 N. 2 Setembro 2007



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Afonso de Castro

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitor Acadêmico: Pe. Gildásio Mendes dos Santos

Pró-Reitor Administrativo: Ir. Raffaele Lochi

Editora UCDB

Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário

79117-900 Campo Grande-MS

Fone/Fax: (67) 3312-3373

e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Maria Augusta de Castilho

Olivier Francois Vilpoux

Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glaciene da Silva Lima Souza

Abstracts

Os próprios autores

Traduções

Espanhol: Mari Neli Dória

Inglês e francês: Rodrigo Fernandes

Revisão de Texto

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Gustavo Escobar/Acervo da Assessoria de Imprensa - UCDB

Óleo sobre tela "Índias Terena produzindo cerâmica", de Nelii Guimarães Silva, 70x90cm

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastrieri Rodrigues (Universidade de São Paulo)

Alberto Palombo (Florida Atlantic University - USA)

Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)

André Joyal (Université du Québec à Trois-Rivières - Canadá)

Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana de Chile-UBC)

Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguai)

Cezar Augusto Benevides (Universidade Federal de MS)

Christian Krajewski (Institut für Geographie - Un.Münster -

Munique - Alemanha)

Denis Maillat (IRER- Université de Neuchâtel - Suisse)

Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)

Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS)

João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais - Lisboa - Portugal)

Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Portugal)

José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - UCU)

José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)

Leila Christina Dias (Universidade Federal de SC)

Leo Dayan (Université Panthón Sorbonne - Paris I - França)

Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília)

Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)

Maria Helena Vallon (Fund. João Pinheiro)

Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília)

Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos)

Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Univ. Católica de Goiás)

Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)

Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)

Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)

Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Cuba - UAH)

Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)

Rosa Esther Rossini (USP)

Sérgio Boisier (Santiago de Chile - Chile)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)

Nilo Odália (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
n. 2 (Setembro 2007). Campo Grande: UCDB, 2007.

108 p. V. 8

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna

Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya
(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano
(http://www.iai.spk-berlin.de)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London
(www.ibss.ac.uk)

Editorial

A **Interações** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local, a partir do número anterior, traz nova numeração, de maneira a adaptar-se à NBR 6021, da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A cada ano civil apresenta novo volume e, como é uma publicação semestral, terá dois números por ano, sendo que a numeração de páginas do número 2 será seqüencial à do número 1.

Este número de **Interações** ressalta o grande acontecimento ocorrido entre 28 a 31 de agosto do corrente ano na instituição, intitulado: **II Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local**: sociodiversidade e biodiversidade, em uma parceria entre Brasil e Canadá, envolvendo personalidades internacionais do mundo acadêmico que escrevem sobre desenvolvimento sustentável e demais temas voltados para a área de concentração do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local da UCDB – Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades.

O evento proporcionou uma gama de produções científicas que permitirá, após análise do Conselho Editorial da INTER, a publicação de vários artigos, fruto de conferências, mesas redondas e comunicações apresentadas nesse colóquio.

Este número da revista mostra artigos voltados não só para o meio ambiente, mas também para alternativas de desenvolvimento sustentável de algumas regiões brasileiras, evidenciando, também, uma reflexão sobre o desenvolvimento rural indígena, mostrando uma experiência vivenciada in loco, por um Terena, enfatizando que a cidadania deve ser baseada na diversidade etnocultural de modo a fazer com que a sociedade brasileira, assuma seu papel de cidadã perante a população indígena existente no Brasil.

O artigo de Élson L. S. Pires, intitulado – *As lógicas do desenvolvimento: diversidades e regulações* apresentam as principais associações entre teorias, conceitos e tipologias,

relacionando o território e desenvolvimento como um processo de mudança social, que podem gerar a cidadania. Já o artigo - *Desenvolvimento local em Guairá-PR: impasses e alternativas* de José Flávio Marques da Silva, Isabel de Souza Pereira Tondo e Jandir Ferrera de Lima analisa que a população de Guairá-PR pode recuperar o dinamismo de sua economia por meio de atividades aglutinadoras de seus habitantes. Em uma outra vertente encontra-se o artigo – *Identification and analysis of the decisive factors of local development for the use of natural gas in the ceramic industries of Mato Grosso do Sul*, que assinala os valores determinantes da utilização do gás natural como fonte alternativa de energia em grande escala no Estado de Mato Grosso do Sul, com destaque para as empresas ceramistas locais, preservando o meio ambiente e melhorando a qualidade de vida do ser humano residente na localidade. Tratando-se de meio ambiente é importante identificar os artigos de: Andréa Aguiar Azevedo, Richard Pasquis - *Da abundância do agronegócio à caixa de Pandora ambiental: a retórica do desenvolvimento(in) sustentável do Mato Grosso*; Elton Silva Oliveira – *Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré – Bahia*; Rodrigo Constante Martins – *Utilitarismo, política e cultura na agenda das águas*, que sinalizam a importância da preservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, possibilidades de um desenvolvimento social justo, permitindo que as comunidades locais atinjam uma melhor qualidade de vida em todos os aspectos e, por isso, deve consolidar novos modelos de desenvolvimento sustentável o que tem exigido a construção de alternativas de utilização dos recursos, orientada por uma racionalidade ambiental e uma ética de solidariedade. Quanto ao papel cultural de uma comunidade as autoras: Cleonice Alexandre Le Bourlegat, Elisângela

de Aguiar Alcalde e Maria Augusta de Castilho estabelecem no título - *o papel dos agentes na comunidade de artesãos em Três Lagoas-MS, como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local*. O destaque para a área indígena permeia o artigo de José Angel Noriega e Claudia Karina Rodriguez Carvajal - *Um perfil profissional para el gestor de desarrollo local rural indígena* e a práxis de Claudionor do Carmo Miranda - *Terra Indígena de Nioaque processo de formação*

sociopolítica, divisão da aldeia Água Branca, que correlacionam os momentos históricos vividos pelos índios ao longo dos anos, distinguindo sua riqueza cultural e a complexidade de seu patrimônio intelectual, que podem recuperar a importância da participação indígena na formação da identidade, das instituições e da nação brasileira.

Maria Augusta Castilho
Editora

Sumário

Artigos

As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação	155
The territorial logics of the development: diversities and regulation	155
Les logiques territoriales du développement: diversités et regulation	155
Las lógicas territoriales del desarrollo: diversidades y regulación	155
PIRES, E.L.S.	
Desenvolvimento local em Guaira-PR: impasses e alternativas	165
Local development in Guaira (Paraná-Brazil): impasses and alternatives	165
Développement local dans la ville de Guaira (Paraná-Brésil): les impasses et les alternatives	165
Desarrollo local en Guaira (Paraná-Brasil): impases y alternativas	165
SILVA, J.F.M.da; TONDO, I.de S.P.; LIMA, J.F.de	
Identification and analysis of the decisive factors of local development for the use of natural gas in the ceramist industries of Mato Grosso do Sul (Brazil)	175
Identificação e análise dos fatores determinantes de desenvolvimento local para o uso do gás natural nas empresas ceramistas Mato Grosso do Sul (Brasil)	175
Identification et dos de l'analyse facteurs décisifs de développement local pour l'usage du gaz naturel dans le ceramists de la compagnie Mato Grosso do Sul (Brésil)	175
La identificación y análisis del los factores firmes de desarrollo local para el uso del gas natural de la compañía en los ceramistas Mato Grosso do Sul (Brasil)	175
GUERRA, S.M.G.; PINTO, J.O.P.; MERIGHI, C.de C.	
Da abundância do agronegócio à Caixa de Pandora ambiental: a retórica do desenvolvimento (in) sustentável do Mato Grosso (Brasil)	183
From the abundance of agrobusiness to Pandora's environmental Box: the rhetoric of (non) sustainable development in Mato Grosso (Brazil)	183
De l'abondance de l'agriculture à la Boîte de Pandora environnemental : la rhétorique du développement (in)soutenable de Mato Grosso (Brésil)	183
De la abundancia del agronegocio a la Caja de Pandora ambiental: la retórica del desarrollo (in) sustentable de Mato Grosso (Brasil)	183
AZEVEDO, A.A.; PASQUIS, R.	
Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré - Bahia	193
Socio-environmental and economic impacts of the tourism and its repercussions in the local development: the case of the municipality of Itacaré - Bahia	193
Impacts économiques et Socio-environnementaux du tourisme et ses repercussions dans le développement local: le cas de la municipalité d'Itacaré - Bahia	193
Impactos socioambientales y económicos del turismo y sus repercusiones en el desarrollo local: el caso del municipio de Itacaré - Bahia	193
OLIVEIRA, E.S.	
Utilitarismo, política e cultura na agenda das águas	203
Utilitarianism, politics and culture in the agenda of the waters	203
L'utilitarisme, la politique et la culture dans le programme des eaux	203
Utilitarismo, política y cultura en la agenda de las aguas	203
MARTINS, R.C.	

Extensão rural e desenvolvimento com sustentabilidade cultural: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano (Brasil)	213
Rural extension and development with cultural sustainability: the point of the culture on the arid and remote interior of Pernambuco (Brazil)	213
<i>L'extension rurale et le développement avec la sustentabilité culturelle: le point de culture dans le désert de Pernambuco (Brésil)</i>	213
<i>Extensión rural y desarrollo con sostenimiento cultural: el Punto de Cultura en Sertão Pernambucano (Brasil)</i>	213
LOUREIRO, C.; CALLOU, A.B.F.	
O papel dos agentes na comunidade de artesãos em Três Lagoas-MS, como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local	223
The role of the agents in the artisans' community at Três Lagoas, city of Mato Grosso do Sul – Brazil, as impulsive human tools to the local development	223
<i>Le rôle des agents dans la communauté des artisans à Três Lagoas, ville de Mato Grosso do Sul – Brésil, comme des instruments encourageants au développement local</i>	223
<i>El papel de los agentes en la comunidad de artesanos en Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, como instrumentos impulsores del desarrollo local</i>	223
ALCALDE, E.de A.; LE BOURLEGAT, C.A.; CASTILHO, M.A.de	
Un perfil profesional para el gestor de desarrollo local rural e indígena*	235
Um perfil profissional para o gerente do desenvolvimento local em zonas rurais e indígenas	235
<i>A professional profile for the manager of local development in rural and indigenous zones</i>	235
<i>Un profil professionnel pour le manager de développement local dans les zones rurales et indigènes</i>	235
NORIEGA, J.Á.V.; CARVAJAL, C.K.R.	
Terra Indígena Nioaque: processo de formação sociopolítica, divisão da aldeia Água Branca e os momentos históricos vividos por este povo ao longo dos anos	243
Nioaque Indian Reserve: process of social-political formation, Indian settlement Água Branca (White Water) and the historical moments of this people along the years	243
<i>Le Parc Indigène Nioaque: processus de la formation socio-politique, la division de la tribu Água Branca (L'Eau Blanche) et les moments historiques vécus pour ce peuple au fil des années</i>	243
<i>Tierra Indígena Nioaque: proceso de formación socio política, división de la aldea Água Branca y los momentos históricos vividos por este pueblo a lo largo de los años</i>	243
MIRANDA, C.do C.	

Artigos

As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação
The territorial logics of the development: diversities and regulation
Les logiques territoriales du développement: diversités et régulation
Las lógicas territoriales del desarrollo: diversidades y regulación

Elson L.S. Pires*

Recebido em 27/2/2007; revisado e aprovado em 19/4/2007; aceito em 23/8/2007

Resumo: A apresentação das lógicas territoriais do desenvolvimento, objeto do presente artigo, resulta da compilação de leituras sistematizadas, cujo objetivo é apresentar as principais associações entre teorias, conceitos e tipologias. A questão central é a relação entre o território e o desenvolvimento, entendido como um processo de mudança social dinamizado por expectativas territorialmente localizadas e geradoras de cidadania. A relação expressa, hipoteticamente, a possibilidade de uma ação coletiva intencional dos agentes e instituições para o desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento; instituições; território.

Abstract: The presentation of the territorial logics of the development, object of the present article, results of the compilation of systemized readings, whose objective is to present the main associations between theories, concepts and typologies. The central question is the relation between the territory and the development, understood as one process of social change dynamic by expectations territorially located and generating of citizenship. The express relation, hypothetically, the possibility of an intentional collective action of the agents and institutions for the development.

Key words: development; institutions; territory.

Résumé: La présentation des logiques territoriales du développement, objet du présent article, résulte de la compilation de lectures systématisées, dont l'objectif est présenter les principales associations entre des théories, concepts et typologies. La relation exprimée, hypothétiquement, la possibilité d'une action collective intentionnelle des agents et les institutions pour le développement.

Mots-clé: développement; institutions; territoire.

Resumen: La presentación de las lógicas territoriales del desarrollo, objeto del presente artículo, resulta de la compilación de lecturas sistematizadas, cuyo objetivo es presentar las principales asociaciones entre teorías, conceptos y tipologías. La relación expresada, hipotéticamente, la posibilidad de una acción colectiva intencional de los agentes y las instituciones para el desarrollo.

Palabras clave: desarrollo; instituciones; territorio.

Introdução

Influenciadas por diferentes concepções econômicas, sociológicas, geográficas e ecológicas, as análises das lógicas territoriais na globalização enfatizam a importância do local, do meio ambiente, da paisagem, do ecossistema e do geossistema para o estudo do desenvolvimento, e, especificamente, para o desenvolvimento territorial.

Esses trabalhos chamam a atenção para a necessidade de conceber a territorialidade e seus componentes como o objeto do desenvolvimento em si, mas também o efeito da relação estreita entre o homem e a sociedade, de um lado, e, de outro, os espaços e seus territórios diferenciados.

Estes fatos e noções reforçam uma lógica territorializada do crescimento e do de-

envolvimento. Segundo Scott (2003), trata-se de focar a existência dos efeitos do impulso regional na divisão territorial (espacial) do trabalho como resultante da diferenciação das externalidades provenientes das aglomerações geográficas, que se constitui em possibilidade reais para as políticas e práticas de crescimento e de desenvolvimento viáveis, destinadas a reforçar as propriedades dos fatores que favorecem a produtividade das regiões e o bem-estar social nos países em desenvolvimento. Para Wackermann (2005, p.10), trata-se de colocar a dimensão das representações dos componentes territoriais que influencia sobre o desenvolvimento, na medida em que o território tem maior chance de ser apreendido como instância do real cotidiano e das múltiplas facetas da identidade. A complexidade de um território re-

* Professor Livre Docente do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rio Claro. Coordenador do Laboratório de Desenvolvimento Territorial (LaDeTer). O autor agradece as contribuições de Adriana R. Verdi (IEA) e Geraldo Muller (UNESP). E-mail: elsonlsp@rc.unesp.br

sulta, entre outras coisas, de noções de identidade e de concepções culturais.

Este artigo visa destacar esta relevância da dimensão territorial nas estratégias recentes de desenvolvimento local e regional. Na primeira seção, de caráter mais geral e com função de suporte a seção seguinte, preocupa-se com a diversidade das lógicas espaciais com base nas abordagens regulacionistas e seus possíveis vínculos com a análise do desenvolvimento territorial. A segunda seção estende essas abordagens para reconciliá-las com as origens e os fatores explicativos das teorias e práticas da regulação do desenvolvimento territorial recente no Brasil, com base no aproveitamento das potencialidades dos recursos e na criação de especificidades locais e regionais. A terceira seção conclui o artigo. Trata-se aqui de sugerir a articulação entre as lógicas territoriais, situando-as no debate contemporâneo do desenvolvimento local e regional.

1 A diversidade das lógicas territoriais

De maneira geral, é cada vez mais frequente o emprego da expressão “desenvolvimento territorial” nas ciências humanas e sociais (STORPER, 1993, 1997; PECQUEUR, 2001; BENKO & PECQUEUR, 2001; BOISIER, 2001; MAILLAT, 2002, VEIGA, 2002; RIBAS *et al.*, 2004; PIRES, 2006; PIRES *et al.*, 2006). Tal tendência, apesar de tratar-se de uma noção recente na literatura, indica uma revalorização da dimensão espacial-territorial na economia, na sociologia e na geografia.

A hipótese do desenvolvimento local está baseada em lógicas geográficas, sociais e econômicas mais ou menos implícitas nas dinâmicas territoriais. Quais seriam as lógicas imprescindíveis que explicam o desenvolvimento territorial? Esta seção procura abordar conceitualmente algumas das lógicas que mais se destacam.

A lógica das escalas

As mudanças recentes nas hierarquias espaciais sinalizam para uma visão mais dinâmica do papel dos territórios locais nas ciências humanas e sociais (CASTELLS, 1999a; SANTOS, 1998; SCOTT, 1997;

VELTZ, 1996).

Alguns observadores procuram chamar a atenção para uma questão significativa, constitutiva de uma “mudança paulatina de escala”, ou de uma nova recomposição dos espaços frente às novas tendências da evolução econômica internacional¹. Trata-se de uma mutação geopolítica maior das condições de produção, de competência e de interdependência. Se na escala superior comprovamos a criação ou o reforço dos blocos econômicos (no começo principalmente como mercados comuns, e logo evoluindo para espaços político e economicamente unidos), na escala mais baixa, com a descentralização do Estado, nota-se a busca por um reforço das unidades territoriais no nível regional e local.

Este ambiente transformado pela globalização mostra que a representação da estrutura do espaço geográfico, econômico e social é hoje bem mais complexa, necessitando de novos conceitos para além dos conceitos clássicos de polarização² e dominação³.

De um lado, as mutações espaciais recentes descritas na literatura confirmam a permanência dos efeitos da polarização, mas não tanto identificados com o papel da indústria pesada. A permanência de um efeito de atração das cidades é um fato incontestável que se verifica em todo mundo. A cidade tornou-se um pólo que conduz ao seu redor outras atividades decorrentes da sua densidade humana, das infra-estruturas que se beneficia e do poder de compra que representa. Esta polarização não é o resultado das atividades industriais tradicionais. A crise econômica das velhas regiões industriais frente ao crescimento e a presença de regiões de tradição rural mostra que os efeitos da polarização hoje não têm necessariamente o mesmo efeito amplo de atividades que se exerce nos pólos de desenvolvimento. A recomposição das hierarquias espaciais traz a importância da qualidade das relações entre atores sociais e econômicos. Um dos recursos principais mais performáticos da constituição dos pólos econômicos regionais é a presença elevada do potencial humano, quer dizer, da existência de uma população densa, disponível, qualificada e, sobretudo, capaz de se adaptar às mudanças

técnicas e aos constrangimentos crescentes do mercado mundial. Poderia-se assim falar de uma polarização territorial (PECQUEUR, 2001, p. 25-6).

Por outro lado, as mutações na organização do espaço observadas pela literatura contradizem em parte as teorias da dominação, que se apóiam sobre a existência de desigualdades crescentes entre países e regiões (Frank; Emmanuel). Observa-se tanto a existência de fenômenos de desigualdades persistentes ou mesmo crescentes, mas também parece cada vez mais difícil explicar essas situações através de grandes leis universais que se aplicariam mecanicamente. O surgimento de regiões industrializadas nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como de certas regiões desfavorecidas nos países desenvolvidos, reúne inúmeros exemplos que fragilizam e surpreendem o ordenamento da polarização industrial e da oposição entre centro e periferia, redistribuindo a nova divisão territorial do trabalho. Entretanto, não são todas as regiões rurais que se desenvolvem e nem são todas as regiões industriais que perdem⁴.

A lógica do ator-coletivo

O reforço mútuo das estratégias dos atores passa pelas relações específicas as quais eles estão entrelaçados. É da natureza dessas ligações que se determina a eficiência produtiva dos atores e se permite encontrar o caráter local do desenvolvimento (PECQUEUR, 2001, p. 41).

Os anos 80 deram início a uma nova teoria do desenvolvimento, conhecida como "desenvolvimento por baixo". Ela opunha ao capitalismo dominante o potencial local de organização, propondo uma lógica de autonomia (relativa), quer dizer, um modo alternativo de desenvolvimento endógeno e localizado que contasse com suas próprias forças. Esta corrente de reflexão, marcada por uma problemática ecologista, funcionou como um sinal de alarme. Ela se elevava contra a ditadura das grandes empresas e estruturas que esterilizam a imaginação criadora dos atores e desperdiçam os recursos humanos.

Nas experiências de desenvolvimento local em alguns países do Europa, o ator prin-

cipal que tem sido destacado é o animador institucional, mais ainda que as empresas. Esta personalização não prejudica a qualidade e a competências dos empreendedores, mas ela marca uma tentativa voluntarista do projeto de desenvolvimento, marcada pelas visões de autonomia prescrita e autonomia desejada. A rejeição da dominação do exterior (agressor) é rechaçada e em seu lugar busca-se justificar a unidade do interior, sua solidariedade e sua coerência (PECQUEUR, 2001, p. 40).

Essa dificuldade na identificação de uma lógica comum do ator que impulsionaria o desenvolvimento local não é apenas empírica, mas uma questão de fundo teórico frágil. Se o que faz a diferença entre os modelos de desenvolvimento local é a especificidade das experiências, é plausível supor que o tipo de ator que promove a transformação local não pode ser premeditado. Em alguns casos ele é confundido com o indivíduo-empresário-empreendedor, em outros casos é com a organização (empresa ou uma rede de empresas), ou há casos mesmo em que é o próprio território, como ator coletivo, que faz o desenvolvimento. Nesse caso, trata-se da criação de uma forma institucional coletiva, isto é, a governança territorial, que agrega os atores para pilotarem juntos uma estratégia de desenvolvimento local em comum.

Entretanto, dar aos atores um lugar central nas relações econômicas é necessário, mas não suficiente. Segundo Pecqueur (2001, p. 40), "o desenvolvimento local não é sistematicamente identificado a um projeto coletivo. Ele é, mais prosaicamente, a consequência de uma combinação favorável de projetos individuais que se reencontram particularmente através de interesses comuns". No mundo atual, as sociedades locais vivem uma solidariedade que não é sempre consciente e formulada como tal. A estratégia de adaptação dos atores aos constrangimentos exteriores reforça-os mutuamente nos lugares, instalando um novo processo de desenvolvimento. Desta forma, as vantagens da proximidade e das ligações do tipo local não podem produzir efeitos positivos se não estiverem totalmente abertas ao exterior.

A lógica das redes

Somente as relações mercantis não são suficientes para compreender a riqueza das relações humanas entre os atores sociais. Aquém do mercado, existe um vasto campo de relações que funcionam à maneira de uma rede, que obedecem a regras de proximidade geográfica ou profissional, ou parental. No caso da criação de Pequenas e Médias Empresas (PMEs), pode ser constatado que a mobilização principal mais freqüente das relações ocorram pelo viés das estratégias de gestão patrimonial. Essas estratégias se inscrevem nas relações de solidariedades familiares e de conluíus que nada têm a ver com as relações mercantis. Desta forma, pode-se considerar a empresa como um sistema aberto de comunicação pela qual e na qual circulam as informações de toda natureza. Se limitarmos as relações que influenciam a capacidade das empresas de produzir e de vender produtos e serviços, elas podem ser consideradas como redes com finalidade produtiva (PECQUEUR, 2001, p. 42).

No caso do empreendedor, este mobiliza em torno dele dois tipos de rede com finalidade produtiva. O primeiro tipo de rede é ativado por um conjunto de instituições nas quais os fins estão claramente definidos, que tenha vocação e competência para prolongar as relações com a empresa (PECQUEUR, 2001, p. 43). O segundo tipo de rede agrupa as relações pessoais e informais, que são características de uma cultura local. São as relações de solidariedade que são indispensáveis para completar a rede institucional. Essas relações informais formam uma cadeia de redes flexíveis cuja fronteira já não é mais claramente definida. No primeiro lugar dessas relações estão as redes familiares e em segundo as redes profissionais.

Segundo Pecqueur (2001, p. 45), é a combinação desses dois tipos de redes (institucionais e familiares) que permite definir um meio local. Trata-se não de um projeto voluntarista de um desejo de desenvolvimento freqüentemente fechado ao exterior que guia uma dinâmica de desenvolvimento local, mas da densidade de redes com finalidade produtiva. No momento em que a combinação é positiva, isto é, quando não há impedimento ou incompreensão forte

entre os atores, pode-se observar a emergência de um meio produtivo inovador, e o surgimento de dinâmicas territoriais que tiram dos recursos humanos próximos os meios de se adaptar à complexidade e à globalização dos mercados.

Nesse contexto, as redes informais não têm o objetivo declarado de regulação das relações entre atores. Sua densidade é muito variável de um lugar a outro. Elas permitem uma socialização da atividade de produção e são as expressões da capacidade local de organização, desde que cada ator tenha consciência de pertencer a uma mesma comunidade cultural. Este pertencimento a uma comunidade está ligado à identidade e a representação simbólica que cultiva a unidade da região ou do território local. A construção material e imaterial (simbólica) do território compreende a procura de critérios "objetivos" e "subjetivos" de identidade local ou regional, que podem ser objetos das lutas pelo poder de representações mentais, materiais e de manifestações sociais (BOURDIEU, 1989). A construção da identidade coletiva depende em grande medida dos determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (CASTELLS, 1999b).

Essas redes humanas de relações materiais e simbólicas entre atores existem sempre, e são as expressões máximas das redes e das identidades da vida social. Entretanto, nem sempre elas são dinâmicas e o meio que elas formam também nem sempre apresenta capacidade de renovação.

A lógica das ações

Segundo Pecqueur (2001, p. 46-7), pode-se afirmar que cada processo de desenvolvimento local depende basicamente da capacidade de três ações estratégicas: se inovar, se adaptar e se regular. É a ação dinâmica das redes de atores formais e informais que permite a realização conjunta dessas condições.

A capacidade de inovação pode ser técnica e diz respeito a um novo produto ou a um novo processo de fabricação, concebido por um empreendedor individual ou coletivo (empresa, grupo). Ela é aplicada na orga-

nização da produção e do trabalho na empresa, alterando a organização social de conjuntos de empresas (por exemplo, a flexibilidade). Para Pecqueur (2001, 47), “as redes de relações estão no coração da inovação”.

O autor considera que além das inovações individuais, o desenvolvimento de um território requer uma inovação integrada como um patrimônio comum que não é aceita por todos em condições de se integrar no sistema de relações profissionais em vigor no território considerado (PECQUEUR, 2001, p. 48).

A capacidade de inovação coletiva deve permitir a adaptação do meio local, isto é, a condição de reagir às mudanças dos mercados nacionais e mundiais. A capacidade de reagir se mede pelo nível de solidariedade espacial que mantém os atores no território. Esta não pode existir sem que o meio seja suficientemente denso, para que as relações entre os atores possam se intensificar (estrutura urbana, redes de transportes, população e mão-de-obra disponível, um número importante de PMEs). Por essas razões é que a solidariedade espacial não pode ser decretada nem instaurada no curto prazo, pois as redes informais mais ainda que as redes institucionais só se constroem no longo prazo (PECQUEUR, 2001, p. 48).

Na grande maioria das vezes, a solidariedade espacial se configura em torno de um coletivo de empreendedores aberto a outros atores (bancos, poderes públicos, associações, consumidores etc). Para ser eficiente, este coletivo de atores deve estar inserido na cultura do meio onde está implantado. Ele deve ter uma consciência clara e positiva de sua identidade local e da sua cultura industrial, mas deve, da mesma maneira, ser reconhecido e legitimado como tal pelo conjunto do corpo social. A solidariedade espacial é o resultado de um ambiente favorável que permite que as relações de rede se adaptem às inovações e às necessidades vindas do exterior (PECQUEUR, 2001, p. 49).

Finalmente, a capacidade de regulação é uma ação estratégica em que o local tem de produzir um conjunto de regras em harmonia com as regras de níveis mais elevados, a fim de prolongar a existência de uma solidariedade sociocultural entre todos os atores dos territórios nacionais e transnacionais.

Como afirma Pecqueur (2001, p. 49), a regulação é uma noção muito global que pode ser definida como a regularidade e a estabilidade relativa das formas de solidariedade que permitem a reprodução das condições favoráveis à inovação. Ela é constituída por regras de comportamento que são explícitas e institucionais, mas também implícitas e informais. No primeiro caso, a lei e os regimentos organizam as relações entre atores a nível nacional, onde as sociedades locais têm pouco para se afirmarem. Essas podem se apropriar de recursos institucionais para estabelecer comportamentos coletivos implicitamente aceitos. A regulação local requer uma convivência entre os atores diretamente implicados na produção e na cultura do ambiente. Esta convivência organiza as relações entre os atores, à sua maneira, que procuram uma autonomia relativa com relação às regras em vigor nos níveis nacional e internacional.

No caso do desenvolvimento local, são as redes informais e institucionais que criam um espaço onde as três etapas podem se articular. A estratégia a partir do potencial local não é um fechamento, mas ao contrário, uma abertura que se define em relação e em função dos outros níveis de regulação política (nacional, internacional). Nesse processo, as regiões, ou ainda melhor, os territórios, tornaram-se cada vez mais as fontes específicas de ativos, recursos e vantagens competitivas, mas também os fiéis solidários no desenvolvimento nacional e internacional. A idéia de que o desenvolvimento é localizado e dependente de ativos e recursos próprios a certas regiões (“capital natural”, “capital humano”, “capital social”, “capital simbólico”), está presente nos estudos que trazem novas luzes para entender a dinâmica e os mecanismos de indução do desenvolvimento local e regional.

2 O desenvolvimento territorial e a regulação do território

O processo que está na origem das ligações dos agentes com os territórios, através das organizações, instituições e políticas, como abordado anteriormente, cria o que chamamos de desenvolvimento territorial. Este pode ser entendido como um processo

de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, e de conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região. O processo de desenvolvimento territorial é dinamizado por expectativas de agentes locais/regionais, nas quais o território seria o agente/ator principal do desenvolvimento, e as políticas públicas, as instituições, as organizações e as governanças seriam os recursos específicos, a um só tempo disponível e a serem criados (inventados e/ou inovados) no local ou região, ou nos mais diversos elos da rede mundial. O desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local e específica, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais (PIRES; MULLER; VERDI, 2006).

De um ponto de vista interdisciplinar, esta noção conceitual permite ultrapassar os limites e dilemas dos mecanismos clássicos de regulação dicotômica do desenvolvimento, como Estado ou mercado, para introduzir o papel da sociedade civil através de arranjos institucionais intermediários como as comunidades e associações locais. Estes elementos fundam um território local. Desta forma, o Estado (poder público), o mercado e a sociedade civil comunitária seriam os três agentes capazes de resolverem os grandes conflitos, a promoverem o território a assumir o papel de agente do desenvolvimento, e das mudanças sócio-espaciais⁵. Todavia, qualquer forma de se apoiar, doutrinariamente, em apenas uma das três pontas do triângulo (Estado, mercado, sociedade civil comunitária), incluiria o perigo de eliminar e incapacitar as outras fontes de ação, necessárias para a criação, regulação e a integração social. A sociedade civil enquanto comunidade pode firmar um papel determinante na conciliação dos imperativos da eficácia da dinâmica do crescimento, quer dizer, a produtividade, o nível de vida e de justiça social, necessário para uma repartição não demasiadamente desigual dos dividendos do crescimento.

Nesse sentido é que o debate da governança do desenvolvimento territorial se pau-

ta em um equilíbrio necessário e complementar entre o Estado, o mercado e a sociedade civil/comunidade. Ao Estado corresponde a capacidade humana de julgamento razoável, ao mercado corresponde o interesse, e à comunidade corresponde a solidariedade. Nesse sentido, acentua-se a cooperação na estratégia de desenvolvimento, o alcance dos aspectos extra-econômicos, que objetivaria a sensibilização da comunidade ou da região para suas vocações e potencialidades, partindo das vantagens econômicas e extra-econômicas localizadas, através de um processo de governabilidade participativa, democrática e solidária que envolveria governos (federal, estadual e municipal), entidades de classe, organizações não governamentais e lideranças comunitárias. A mudança social esperada seria o resultado combinado das ambigüidades frente às novas tendências de democratização, globalização, descentralização e participação (PIRES; REIS, 2001).

No Brasil a criação surpreendente de organizações e instituições locais sob a forma de conselhos, comitês, agências e consórcios que ultrapassam os limites municipais é parte desse novo quadro da reação local às mudanças globais. A nova constituição brasileira de 1988 impulsionou novos processos de territorialização e localização, abrindo a chance de novos arranjos institucionais de governança. Esses processos têm gerado igualmente, maior solidariedade territorial local. As investigações apontam dois tipos de tendências nos últimos 20 anos. De um lado, houve disseminação de conselhos locais de gestão de políticas públicas de caráter redistributivo, e, de outro lado, proporcionalmente, menor difusão de fóruns de desenvolvimento regional, vinculados a decisões econômicas com impacto na mobilização abrangente sobre a representação da sociedade civil local (PIRES; NEDER, 2006).

Nesta dinâmica atual do sistema econômico mundial, as regiões e as localidades, ou melhor, os territórios, têm se convertido em novos atores coletivos e fontes de vantagens competitivas (COLLETIS; PECQUEUR, 1993; GILLY; PECQUEUR, 1995; GILLY; TORRE, 2000; VELTZ, 1996; PORTER, 2005). As políticas públicas de desenvolvimento do território, antes a cargo do poder central, têm sido, nesses processos, delega-

das às suas coletividades territoriais e locais. Assim é que o “desenvolvimento local”, em teoria e na prática, vem substituir a regulação do desenvolvimento estatal e centralizador característico do período anterior. Hoje nos encontramos em uma nova onda de programas e projetos locais de desenvolvimento. A relevância dos fatores locais nas dinâmicas econômicas vem criar novas perspectivas de diversificação das políticas econômicas, sociais e culturais.

Portanto, o renascimento dos meios locais e regionais como lugares da organização econômica, cultural e política oferece novas e inesperadas possibilidades para a renovação da vida em sociedade. É assim que uma nova visão política local está se gestando no novo contexto global, na qual a democracia e a cidadania adquirem um novo sentido no contato da sociedade local. A criação de novas entidades locais e de novas ações democráticas está em perspectiva. Uma nova visão de desenvolvimento surge baseada na sustentabilidade e na solidariedade como recursos específicos, uma ferramenta possível de edificar comunidades e sociedades locais democráticas mais equilibradas e menos desigual.

No Brasil, esta análise da regulação do desenvolvimento local como possibilidade de descentralização da economia e da política estatal centralizadora, mostra as evidências de base para um novo pacto federativo, ao mesmo tempo conceitual e prático, embora politicamente controverso.

Para além de uma lógica mercantil?

A literatura analisada mostra que, na nova organização em curso dos sistemas econômicos nacionais e locais, o conjunto das mutações das estruturas do espaço econômico e da organização das unidades de produção tornou evidente a importância das relações humanas fora do mercado. Trata-se de um novo modo de relações entre atores e organizações que funciona em rede, como um modo singular de sinergias culturais que ultrapassa a relação mercantil.

As mudanças para novas práticas não-mercantis colocam em cheque as concepções e as análises tradicionais do desenvolvimento. Desta forma, vimos emergir uma

visão sobre o desenvolvimento local que provém de um novo olhar sobre a dinâmica territorial dos fluxos econômicos.

Nos países desenvolvidos, o desenvolvimento local é proposto como alternativa ao modelo fordista que utiliza mal a força de trabalho humana. Entretanto, a sinergia das relações em rede não aparece para todos os territórios com a mesma intensidade e a mesma eficácia. Os contextos de surgimento desta forma de desenvolvimento com relações não-mercantis, ainda são muito específicos aos lugares onde se têm observado. Assim sendo, o desenvolvimento local não é substituto ao fordismo, nem é universalizável. Ele é um método de ação para as comunidades e também um quadro normativo de respostas ao desenvolvimento nacional. Ele permite apresentar um conjunto de práticas diversas, mercantis e não mercantis, às vezes contraditórias, que valoriza a intimidade que partilha os mecanismos econômicos com a sociedade e a cultura locais (PECQUEUR, 2001, p. 51).

Os estudos dos anos noventa já mostram características comuns de certas relações não-mercantis ou imateriais (serviços) que explicavam as especificidades das “regiões ganhadoras” não-fordistas: um bom funcionamento das instituições; uma maior capacidade de cooperação dos atores locais, privados e públicos; uma coordenação das ações de projetos minimamente estabelecidas, isto é, a governança territorial; um bom espírito empreendedor; uma mão-de-obra qualificada e competente; uma capacidade de inovação, de cooperação e de adaptação aos novos mercados e às novas tecnologias, etc. (BENKO; LIPIETZ, 1994, 2000). Essas características foram se expandindo e estão na base das principais mudanças para um novo regime de acumulação.

Conclusões

A análise desenvolvida neste artigo procurou mostrar como as lógicas territoriais do desenvolvimento são firmadas entre atores nas organizações e instituições junto às redes de compromissos cívicos, para atingir metas pré-estabelecidas. A presença ou a ausência dos recursos do território expressa as vantagens e desvantagens locais, e

medem a diversidade e competitividade do desenvolvimento territorial.

Esta reflexão ultrapassa as noções clássicas do desenvolvimento, ao colocar o desenvolvimento territorial como temática política específica e de caráter interdisciplinar. O desenvolvimento territorial está fundado na dependência da sociedade na organização da produção social local ou regional, e na criação de instituições com diretrizes locais que fazem expectativas em prol de uma meta comum local-nacional, com o apoio do Estado e das parcerias com as estratégias empresariais privadas.

Assim sendo, na perspectiva do desenvolvimento territorial, as cidades e regiões tornam-se, cada vez mais, as fontes específicas de vantagens competitivas e de solidariedade na globalização. É por isso mesmo que o desenvolvimento territorial não é universalizável nem transferível. Ele é um método de ação normativa para os atores e as comunidades em resposta ao desenvolvimento “por cima”, que valoriza a intimidade das relações que partilham os mecanismos econômicos com a sociedade e a cultura locais.

Notas

¹ Uma síntese das tendências de recomposição espacial e descentralização do sistema econômico internacional pode ser vista em Scott (1997), Benko (2001) e Müller (2000).

² Nesse caso, a referência é explícita à física dos campos magnéticos com as noções de gravitação e de atração. A presença de uma atividade econômica em um lugar determinado polariza outras atividades, aumenta o poder de compra e cria novos empregos. Logo que o pólo de atividade exista, ele propaga entorno dele uma dinâmica de desenvolvimento. Isto significa que a repartição das atividades sobre o território econômico não é aleatória nem igualitária. Essa idéia não é nova e tem em Françoise Perroux (1961) seu principal expoente. O efeito da polarização vai ser interpretado e identificado com a ação da indústria pesada (siderurgia, mecânica), que engendra efeitos de aglomeração provocando a criação de atividades anexas, como outras indústrias, serviços e infra-estruturas que constituem o motor do crescimento regional. Estas idéias foram transformadas em experiências concretas também no Brasil como estratégias tradicionais de desenvolvimento regional (Volta Redonda, Pólos Petroquímicos etc).

³ Nesse caso, a idéia se apóia sobre a existência de desigualdades crescentes entre países e entre regiões. Existiria um centro e as periferias. Na escala planetária, o centro é constituído por um conjunto de países desenvolvidos e industrializados, enquanto a periferia representa a massa indiferenciada dos outros países rea-

grupados sob a noção de terceiro mundo. Esta oposição é transportada no seio de cada país entre regiões industrializadas e regiões agrícolas. Os centros não se contentam de dominar as periferias, mas eles alimentam e perseguem esta dominação. Enquanto o centro detém a tecnologia, a infra-estrutura e a presença financeira, a periferia dispõe de mão-de-obra, mercado promissor, mas pouco qualificado. Desenvolve-se assim uma relação social de dominação entre centro e periferia. Poderia-se assim falar do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (A.G. Frank) ou da “troca desigual” (A. Emmanuel), opondo os países desenvolvidos a um vasto terceiro mundo.

⁴ A respeito das mudanças territoriais da produção na globalização ver Benko & Lipietz (1994,2000), Castells (1998).

⁵ Uma síntese do debate econômico e sociológico da complexidade das relações entre Estado, mercado e sociedade pode ser vista em Boyer (1998) e Offe (1999).

Referências

BENKO, G. A recomposição dos espaços. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v.1, n. 2, p.7-12, mar. 2001.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs.). *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta, 1994.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. (orgs.). *La Richesse des Régions: la nouvelle géographie socio-économique*. Paris: Puf, 2000.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. In: *Revista Geosul*, v.16, n.32, p.31-50, jul./dez. 2001.

BOISIER, S. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. In *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v.2, n.3, p.9-28, set. 2001.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989. p.107-32.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura - a sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. v. 1.

_____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura - o poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, São Paulo, 1999b. v. 2.

COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Integration des espaces et quase integration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives?. In: *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n. 3, p. 489-506, 1993.

GILLY, J.P.; PECQUEUR, B. La dimension Locale de la Régulation. In: BOYER, R.; SAILBOARD, Y. In: *Théorie de la Régulation: L'État des Savoirs*. Paris: La Découverte, p. 304-312, 1995.

GILLY, J.P.; TORRE A. (coords.). *Dynamiques de Proximité*. Paris: L'Harmattan, 2000.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 4, mar. 2002.

- MÜLLER, G. Região: descentralização na globalização. In: *Revista REDES*, v. 5, n.2, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 9-25, 2000.
- PECQUEUR, B. *Le Développement Local*. Paris: Syros, 2ème edition, 2000.
- PIRES, E.L.S. Mutações econômicas e dinâmicas territoriais locais: delineamento preliminar dos aspectos conceituais e morfológicos. In: SPÓSITO, E.; SPÓSITO, M.E.B.; SOBARZO, O. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PIRES, E.L.S.; REISFILHO, J.C.G. dos. Desenvolvimento local, política pública e sociedade civil: estratégias dos atores e potencialidades das dinâmicas locais em comunidades de baixa renda no Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 23. *Anais...* Antigua/Guatemala, 2001.
- PIRES, E.; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. In: *Geografia - Associação de Geografia Teórica*, Rio Claro-SP, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez. 2006.
- PIRES, E.L.S.; NEDER, R.T. Les changements de régulation et de gouvernance territoriale au Brésil: les institutions, les faits et les mythes. In: LES CINQUIÈMES JOURNÉES DE LA PROXIMITÉ: LA PROXIMITÉ, ENTRE INTERACTIONS ET INSTITUTIONS. *Annales...* Bordeaux, 28-30 de junho de 2006.
- RIBAS, A.; SPOSITO, E.; SAQUET, M. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCOTT, A.J. *Regions and the World Economy*. Oxford: University Press, 1997.
- _____. La poussée régionale: vers une géographie de la croissance dans les pays en développement. In: *Géographie, Économie, Société*, v.5, n.1, p.31-57, janvier-mars 2003.
- STORPER, M. Territorialização numa economia global: potencialidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L.M.; NABUCO, M.R. (orgs.). *Integração, região e regionalismo*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. p. 13-26.
- STORPER, M. *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. New York: Guilford Press, 1997.
- VEIGA, J.E. da. A face territorial do desenvolvimento. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 5, set. 2002.
- VELTZ, P. *Mondialisation, Villes et Territoires: l'économie d'archipel*. Paris: Puf, 1996. p. 147-72.
- WACKERMANN, G. *Géographie du Développement*. Paris: Ellipses Édition Marketing, 2005.

Desenvolvimento local em Guaíra-PR: impasses e alternativas
Local development in Guaíra (Paraná-Brazil): impasses and alternatives
Développement local dans la ville de Guaíra (Paraná-Brésil): les impasses et les alternatives
Desarrollo local en Guaíra (Paraná-Brasil): impases y alternativas

José Flávio Marques da Silva*
Isabel de Souza Pereira Tondo**
Jandir Ferrera de Lima***

Recebido em 27/3/2007; revisado e aprovado em 19/4/2007; aceito em 6/8/2007

Resumo: Este artigo analisa a população urbana e a população ocupada de Guaíra no período de 1970 a 2000. Considera-se que a população economicamente ativa desprovida de uma vaga no mercado de trabalho, que é da ordem de 23,56%, é muito elevado. Para colaborar com possíveis ações no sentido de minorar o problema, o artigo apresenta estratégias para promover o desenvolvimento e a geração de renda para tal população. As sugestões apresentadas encampam os setores agrícola e de turismo e/ou atividades afins. Reforça ainda que Guaíra, que já fora pujante no passado, precisa recuperar o dinamismo de sua economia para dar suporte a sua população que ainda é muito próxima à de 1970.

Palavras-chave: desenvolvimento local; desemprego; economia urbana.

Abstract: This article analyzes the relation enters urban population and busy population of Guaíra in the period of 1970 the 2000. It considers that the active population economically unprovided of a vacant in the work market, that is of the 23,56% order, very is raised. To collaborate with possible actions in the direction of reduce the problem the article presents strategies to promote the development and the generation of income for such population. The presented suggestions expropriate the agricultural sectors and of similar tourism and or activities. It strengthens despite Guaíra that already it are promising in the past, needs to recoup its economy to give has supported its population that eh still very next to the one to 1970.

Key words: unemployment; local development; urban economy.

Résumé: Cet article analyse la population urbaine et la population occupée de la ville de Guaíra dans la période de 1970 à 2000. On estime que la population active dépourvue d'un travail se trouve autour de 23,56%, un chiffre considéré très élevé. Pour collaborer avec des actions possibles pour diminuer le problème, l'article présente des stratégies pour promouvoir le développement et pour produire le revenu par cette population. Les suggestions présentées impliquent le secteur de tourisme et les activités similaires. Il renforce que Guaíra, qui a été déjà évoluée au passé, a besoin de récupérer le dynamisme de son économie pour offrir support à la population, qui possède un nombre à peu près équivalant à celui de 1970.

Mots-clé: développement local; chômage; économie urbaine.

Resumen: Este artículo analiza la población urbana y la población ocupada de Guaíra en el período de 1970 a 2000. Se considera que la población económicamente activa desprovida de una vacancia en el mercado de trabajo, que es del orden de 23,56%, es muy elevada. Para colaborar con posibles acciones en el sentido de minorar el problema, el artículo presenta estrategias para promover el desarrollo y generación de renta para tal población. Las sugerencias presentadas encampam los sectores agrícola y de turismo y/o actividades afines. Refuerza aún que Guaíra, que ya había sido pujante en el pasado, precisa recuperar el dinamismo de su economía para dar soporte a su población que aún es muy próxima a la de 1970.

Palabras clave: desarrollo local; desempleo; economía urbana.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a população urbana de Guaíra referente à população ocupada¹ e economicamente ativa (PEA), a fim de entender a situação atual

do perfil do emprego no período de 1970 e 2000. Além de interpretar os dados, esta análise oferecerá propostas para viabilizar um novo período de prosperidade na economia da cidade. Deve-se precisar a utilização de dois termos como o desemprego e a

* Geógrafo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE / Campus de Toledo. E-mail: flamar@gmail.com.

** Geógrafa. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE / Campus de Toledo. E-mail: isaisapereira@pop.com.br.

*** Ph.D. em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec à Chicoutimi (UQAC) - Canadá. Professor Adjunto do Colegiado de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus de Toledo. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC). Pesquisador associado ao GRIR-UQAC. E-mail: jandir@unioeste.br ou jandirbr@yahoo.ca.

oferta de trabalho. A utilização do segundo termo se dá pelo fato da estreita ligação entre ambos – a ocorrência do não desemprego pressupõe oferta de trabalho.

O município de Guaíra foi criado em 1951 e está localizado no Extremo Oeste paranaense, às margens do Rio Paraná, fronteira com o Estado de Mato Grosso do Sul e com o Paraguai (Mapa 1). Tem sua economia baseada na agricultura, comércio e uma incipiente industrialização (IPARDES, 2004). A área daquela época, bem como a área hoje, compreendida pelos limites territoriais do município, vivia uma realidade diferente do restante da região que ainda não era ocupada.

Mapa 1



As terras planas, tendendo para levemente onduladas, somadas a outras belezas naturais mais o componente estrutural da cidade, foram atrativos para a chegada de novos habitantes. Além disso, Guaíra serviu de apoio a muitos municípios da região Oeste Paranaense devido aos serviços federais que possuía e em função de sua localização como área de fronteira internacional.

As populações que afluíam à Guaíra eram provenientes das mais variadas partes do Brasil. Nesta localidade e em sua zona rural se estabeleceram brasileiros e estrangeiros. Os brasileiros eram provenientes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Pernambuco. Os estrangeiros eram provenientes da Alemanha, Japão, Palestina, Líbano e Portugal. Além disso, solo e clima favoráveis imprimiram ao meio rural atividades nos mesmos moldes de outras cidades que nasceram após 1950. Guaíra tinha, no entanto, um detalhe que as demais não possuíam: o atrativo turístico. Embora o turismo na época

não recebesse a mesma atenção que recebe nos dias atuais, pois a importância econômica do setor turístico no Brasil só foi percebida mais recentemente, este já representava importante fonte de renda para a população e a comunidade como um todo.

É importante destacar que Guaíra tem a maior parte do seu PIB no setor agrário, o que não diferencia este município de outros da região. Apesar dos municípios terem perdido população rural, a partir da segunda metade dos anos 1970, devido à modernização agrícola, eles buscaram alternativas para atender às necessidades da população urbana. Alguns municípios priorizaram a industrialização e outros o fortalecimento da agricultura de pequenos proprietários. Além disso, Guaíra foi altamente dependente do turismo devido a existência das “Sete Quedas”, submersas pelas águas do Lago de Itaipu.

Duas décadas e meia após o alagamento, Guaíra ainda não conseguiu emergir da decadência econômica e apresenta grandes problemas estruturais para a solução de problemas como o desemprego. O município possuía, já há muitas décadas, uma vida social e econômica bem dinâmica. Isso leva a uma questão importantíssima: porque hoje Guaíra não possui o mesmo dinamismo e apresenta um quadro de estagnação econômica? Para responder a esta questão analisar-se-á dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Sócio-econômico (IPARDES) concernentes especificamente à população urbana, no período compreendido entre 1970 e 2000. Considerou-se interessante fazer esta distinção para que não se criasse um viés, pois, após 1970 houve um forte desequilíbrio entre rural e urbano provocado pelo êxodo rural oriundo da mecanização agrícola.

1 Revisão de Literatura

Para se ter desenvolvimento econômico há que se ter geração de renda e esta, por sua vez, requer geração de empregos. Singer (2003) denota a importância do tema, pois a coletividade necessita de emprego e renda. O emprego não pode ser apenas uma forma de propiciar renda, deve-se ir muito além. O emprego tem de oferecer condições adequadas para que seja exercido. É natural que não

se pode imaginar que todas as pessoas tenham um bom emprego, mas espera-se que no mínimo os empregos devam pagar bons salários, ou pelo menos que remunerem de forma coerente por sua execução.

Desbiens e Ferrera de Lima (2004) consideram que o desenvolvimento tem de ir muito além de simplesmente gerar riquezas, mas, gerar qualidade de vida. A qualidade de vida passa necessariamente por geração de empregos que atendam as necessidades da população. Esses autores ainda enumeram alguns aspectos que devem ser observados para que se atinja o desenvolvimento. Para eles é necessário que se garantam as oportunidades sociais, transparência e segurança social. Reforçam ainda que a educação é uma premissa fundamental para permitir o acesso da população local ao global, pois acreditam que o capital humano pode ser fator de produção e alternativa para solução de problemas. Afirmam ainda que o retorno oriundo de um cidadão que receba todas as condições necessárias para atuar no mercado de trabalho será da ordem de um para dez, ou seja, esse cidadão geraria rendas suficiente para outras dez pessoas.

Para Furtado (2001), o desenvolvimento econômico constitui o aumento do fluxo de renda real. Para ele atinge-se o desenvolvimento se cumpridos os requisitos quantitativos, pois os qualitativos são decorrentes do primeiro. O aumento de bens e serviços por unidade de tempo é o que pontifica a ocorrência do mesmo. Dessa forma, bastaria gerar emprego para solucionar as questões relativas ao desenvolvimento econômico.

Emprego e desemprego são termos que andam de “mãos dadas”, pois fazem parte das preocupações da coletividade. Usa-se o termo desemprego para toda a população com 10 anos de idade ou mais, fora do mercado de trabalho e que estejam procurando por uma vaga.

Outros autores, como é o caso de Camargo e Reis (2005), fazem uma abordagem à cerca do tema, considerando o fenômeno da “desinformação”. Para eles, quanto menor for o nível de instrução de um trabalhador, por exemplo, que tenha de zero a três anos de estudo, tanto menores serão suas possibilidades em conseguir uma colocação no mercado de trabalho. O trabalhador semi-

qualificado, aquele que possui de quatro a dez anos de estudo, poderá ter maior sorte, pois a velocidade das inovações tecnológicas exige cada vez mais pessoas com pelo menos algum conhecimento acerca de tais tecnologias. Já os trabalhadores qualificados, aqueles que possuem acima de dez anos de estudo, terão maiores possibilidades de colocação no mercado de trabalho, pois as taxas de desemprego tendem a ser sempre menores para os detentores de um nível mais elevado de conhecimento.

2 A População Rural e Urbana de Guaíra

Conforme dados do IBGE (1973, 1983, 1991 e 2006) em 1970 o município de Guaíra acompanhava o Paraná na distribuição da população entre campo e cidade. Em 1970, o Paraná possuía 64% de sua população vivendo nas áreas rurais e Guaíra 66%. A modernização da agricultura implementada no Brasil após 1970, afetou sensivelmente a vida e a economia das famílias rurais guairenses e parte delas teve que transferir seus domicílios e seu modo de vida para o meio e o modo urbano.

Tabela 1 – População rural e urbana total de Guaíra-PR de 1970 a 2000

Ano	Pop. Rural	%	Pop. Urbana	%	Pop. Total
1970	20.474	62,70	11.177	37,30	32.651
1980	9.513	32,70	19.578	67,30	29.091
1991	4.682	17,04	22.790	82,96	27.472
2000	4.580	16,03	23.989	83,97	28.569

Fonte: IBGE (1973, 1983, 1991 e 2006).

Diante de tal realidade havia um grande problema a ser vencido: criar postos de trabalhos para a população. Guaíra não apresentou as mesmas ocorrências de outros municípios da região quando se fala da saída do homem do campo. Na maioria dos municípios da região Oeste do Paraná, a população que abandonou o meio rural, transferiu-se para outros Estados. Pois se ampliava à fronteira agrícola. Os municípios da região perderam população. Porém, Guaíra não apresentou um quadro de perda significativa de população, conservando até os dias atuais números muito próximos aos de 1970.

Verifica-se que a parcela mais significativa da população que vivia no campo em

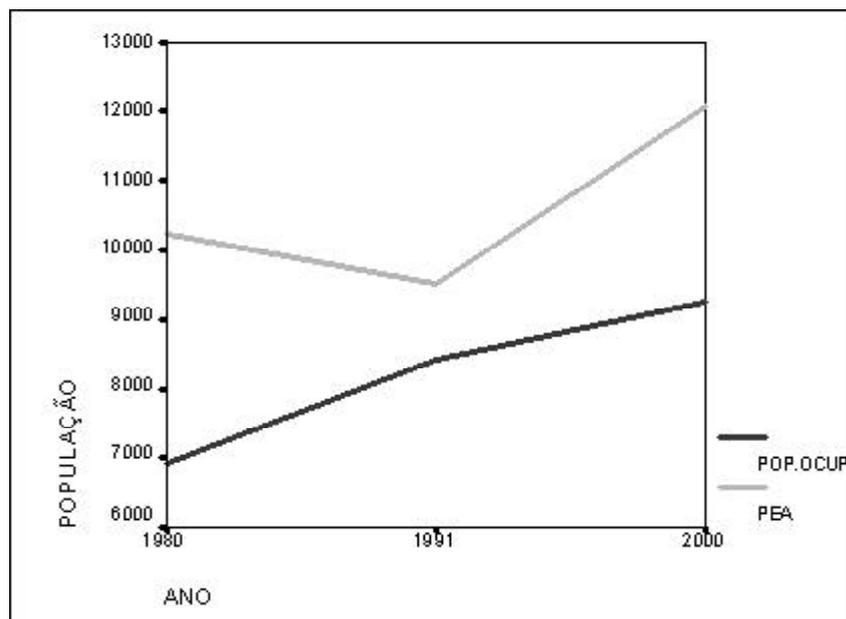
1970, no município de Guairá, apenas transferiu-se para a cidade, não seguindo os passos das populações de outros municípios que foram para o Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas e Paraguai. Assim, a cidade não possuía infra-estrutura e dinamismo econômico suficiente para absorver esse novo contingente populacional que ocupou os espaços urbanos. O meio urbano de Guairá, com seus serviços e com graves problemas estruturais, como o setor habitacional, saneamento básico, pavimentação, transporte escolar entre outros, viu o crescimento exagerado da periferia urbana (inchaço urbano). Tal crescimento e a falta de opções de trabalho ou a inexistência de criação de vagas foram agravados, ainda com mais vigor, a partir da criação do Lago de Itaipu. Embora o fluxo de migrantes deste município não tenha sido tão expressivo quanto em outros (IBGE, 1983), ainda assim o crescimento vegetativo é ne-

gativo (IPARDES, 2004), fato este que suscita algumas indagações quanto às razões do não crescimento populacional, do não crescimento da oferta de emprego ou seja, da ocupação remunerada formal em números que possam acompanhar o crescimento da população urbana e quais caminhos que poderiam ser percorridos para equacionar tal demanda.

3 O desemprego urbano em Guairá

Fica claro que há uma disparidade quando se analisa a população economicamente ativa entre os períodos estudados. Não existem registros da população economicamente ativa (PEA) para o ano de 1970, por isso usar-se-á este indicador a partir de 1980. O gráfico a seguir demonstra a relação da população urbana ocupada com a PEA para os anos de 1980, 1991 e 2000.

Gráfico 1 - População ocupada x PEA em Guairá-PR de 1980 a 2000.



Fonte: IBGE (1983, 1991, 2006).

Pelo gráfico 1 observa-se que o desequilíbrio que havia em 1980 entre população ocupada e a PEA foi minimizado em 1991. Para o ano de 2000 reaparece a disparidade entre as duas populações. Enquanto a população urbana ocupada era de 9.234 pessoas, a população economicamente ativa (PEA) era de 12.081 pessoas. Tais dados mostram que Guairá teve um avanço

do percentual da PEA fora do mercado de trabalho, que em 1991 era de 12%. Em 2000 esse percentual passou para 23,56%. Em números absolutos, Guairá possui 2.847 pessoas no meio urbano sem uma ocupação que lhes proporcione renda, ou seja, 23,56% da PEA (IBGE, 1991-2000). O hiato existente em 2000 entre a população ocupada e a população urbana pode ser minimizado se for conside-

rado que pessoas já aposentadas também figuram como população economicamente ativa.

O quadro do desemprego e a ocupação da população fica mais claro ao analisar o emprego por ramo de atividade (Tabela 2).

Tabela 2 – Emprego formal por ramo de atividade Guaíra-PR de 1996 a 2004.

EMPREGOS - GUAÍRA		1996	1998	2000	2002	2004
Guaíra	Total	2.283	2.564	2.467	2.696	2.846
	Indústria de Ext. de Min.	75	59	15	16	14
	Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	18	17	27	24	31
	Indústria Metalúrgica	10	31	15	19	25
	Indústria Mecânica	15	19	2	2	3
	Indústria de Material de Transporte	36	15	27	10	7
	Indústria da Madeira e do Mobiliário	187	177	94	85	60
	Indústria do Papel, Papelão, Editora e Gráfica	11	15	14	14	24
	Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles e similares	-	14	23	19	21
	Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários e similares	-	2	-	1	1
	Ind. Têxtil, do Vestuário e Art. De Tecidos	12	13	23	65	67
	Indústria de Calçados	-	-	-	-	-
	Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebidas e Alcool Etilico	7	76	95	174	263
	Serviços Ind. de Utilidade Pública	-	-	10	42	26
	Construção Civil	216	107	92	30	60
	Comércio Varejista	430	533	615	667	865
	Comércio Atacadista	127	117	110	161	120
	Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização	36	44	44	41	39
	Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços e similares	63	72	76	85	60
	Transporte e Comunicações	174	120	117	121	131
Serviços de Alojamento, Alimentação, Rep. Man., Radiodifusão	140	180	174	214	171	
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	61	68	47	44	45	
Ensino	146	198	181	217	268	
Administração Pública Direta e Indireta	519	687	666	645	543	

Fonte: IPARDES.

A tabela 2 mostra uma forte retração em alguns ramos de atividade neste município. Os ramos de extração de minerais, indústria de materiais de transporte, indústria de madeira e mobiliário, indústria mecânica e indústria da construção civil, são os que apresentaram maior retração entre 1996 e 2004, da ordem de 81%, 80%, 67%, 80% e 72% respectivamente. Tais ramos congregam justamente a parcela da população mais vulnerável ao desemprego, pois fazem parte da população sem qualificação ou com baixa qualificação. Outros ramos como os serviços médicos, transportes e comunicações, administração de imóveis, comércio atacadista, indústria de papel, papelão e gráfica, também apresentam retração, porém não tão acentuada quanto o primeiro grupo. Apenas os ramos referentes ao comércio varejista, administração pública, ensino, indústria de produtos alimentícios e têxteis apresentam crescimento significativo.

O comércio varejista teve um crescimento da ordem de 100%, mas, isso não tem significância do ponto de vista da dinâmica econômica, pois, esse crescimento, como relata Santos (2001) é representado pelo pequeno comércio. O pequeno comércio é composto por micro empresas, geralmente são empresas do ramo alimentício, como mercearias, bares e minimercados. Essa categoria de empresa, na maioria das vezes emprega uma ou duas pessoas da própria família e que não encontram colocação no mercado formal de trabalho.

Já o ramo da educação apresentou um crescimento importante e isso se deve ao fato da instalação na cidade de cursos universitários regulares e a distância. Guaíra conta hoje com três organizações educacionais de nível superior.

A indústria do ramo alimentício também apresentou crescimento, e esse crescimento se deu devido à instalação no muni-

cípio de indústrias de derivados da mandioca e do leite.

A seguir serão expostas algumas estratégias para re-dinamizar a economia de Guaíra e compor uma matriz de planejamento.

4 Estratégias para o desenvolvimento local para o Município de Guaíra-PR

Diante da análise realizada, constata-se a necessidade de alternativas para solucionar ou pelo menos minimizar os problemas detectados, implementando ações para um “re-arranque” econômico à cidade. Essas ações visam um desenvolvimento endógeno, sustentável, gerador de renda e qualidade de vida à população.

Assim, a partir da análise dos dados da tabela 2, constata-se que o setor moveleiro tem um atrativo especial para a implementação de políticas de desenvolvimento econômico.

Pela tabela 2 pode-se observar a retração ocorrida no ramo de industrialização da madeira e mobiliário. Acredita-se que isso ocorreu pela perda de competitividade da indústria local no que se refere à preços, que subiram, devido ao aumento dos custos da matéria prima. A matéria prima que era proveniente das matas da região, passou mais tarde a ser trazida do Paraguai. Com o desaparecimento das matas das regiões mais próximas do país vizinho, o aumento dos custos foi inevitável. Dessa forma, a solução para esse problema e a conseqüente revitalização da indústria moveleira passa por três caminhos distintos, porém relacionados que são:

a) Qualidade

A melhora da qualidade do produto oferecido ao mercado poderá significar a volta ao mercado sem, contudo ser afetado pelo problema do aumento de custos. Os custos serão compensados pelo acabamento final do produto que poderá ser alterado se observadas novas tendências do mercado e novas técnicas existentes no mesmo. O acabamento refinado e a melhora na qualidade do produto despertarão a atenção de um novo público consumidor. Madeira selecionada somada aos modernos recursos disponíveis no mercado para a transformação da

mesma e mão de obra especializada, compõe os ingredientes necessários para a produção de uma mercadoria de alta qualidade, acabamento e confiança.

b) Design

Para Antunes Jr. *et al.* (2005) a qualidade e o *design* são itens que permitem o reconhecimento do produto pelo mercado. As novas formas que podem ser dadas aos itens, se constituirão em mais um complemento no sentido de ganhar novos mercados e solidificar os mercados já existentes. Fugir do tradicional e apresentar ao mercado produtos com nova “cara”, com novo *design* pode se constituir como um diferencial positivo na decisão do comprador na hora de optar pelo produto. É fundamental rever com frequência as demandas do mercado e as tendências do mesmo.

c) Internacionalização

Ser pequeno ou grande, já não é mais importante nos dias atuais para se atingir o mercado internacional. As novas regras vigentes em razão da internacionalização do capital ou globalização permitem que todas as empresas participem desse tipo de mercado. Considerando que a indústria moveleira no mundo todo é caracterizada por micros e pequenas empresas e em todos os países um grande número dessas empresas são familiares, não se pode colocar o tamanho da empresa como dificultador para exportações. Em países como Japão e Estados Unidos, as empresas tem em média 15 e 21 empregados respectivamente e se configuram como os maiores produtores e exportadores mundiais de móveis. Entrar no mercado internacional através da exportação é uma alternativa interessante. Na Serra Gaúcha essa alternativa tem sido a razão da manutenção de empresa do ramo no mercado e do crescimento seguro e progressivo da mesma com total direcionamento ao mercado internacional. Participar de um mercado tão exigente quanto o internacional requer muita disciplina e observância da legislação de cada país, bem como, atender minuciosamente a cada detalhe dos projetos (ANTUNES JR., *et al.*, 2005).

4.1 Indústria de Produtos Alimentícios

Em Guaíra a economia tem seus maiores rendimentos no setor primário e terciário, 37,04% e 50,14% respectivamente, segundo dados do IPARDES (2004).

O setor primário é responsável por um faturamento quatro vezes maior que o setor secundário e a demanda é exatamente por postos de trabalho na zona urbana. Seria interessante implementar um "reforço da produção e a transformação agro alimentar" (FERRERA DE LIMA, 2005). Apesar de as políticas agrárias demandarem altos investimentos e possuírem retorno demorado, esse ainda é o caminho mais curto para o desenvolvimento. Da mesma forma Elias *et al.* (2005) considera que deve haver uma sintonia perfeita entre as ações do campo e da cidade: "Daí a compreensão de que as políticas visando o equacionamento dos problemas urbanos não podem se dar sem a devida associação às políticas voltadas para o campo".

Pode-se verificar na tabela 2, que o ramo da indústria de gêneros alimentícios e bebidas é o que apresenta o maior crescimento entre 1996 a 2004 em Guaíra. A partir desta constatação acredita-se que o setor pode ser promissor e necessita de maior atenção por parte do poder público. O hiato que existe entre setor primário e terciário precisa ser preenchido. A matéria-prima existente no município proveniente da agricultura e pecuária deve ser transformada, como é o caso da mandioca, o que já ocorre. Seria possível sob a supervisão do poder público municipal e estadual, promover a criação de programas de qualificação profissional relativos à gestão de negócios. O intercâmbio com universidades da região, a fim de garantir apoio especializado sem demandar altos investimentos da municipalidade, garantirá a melhora da gestão e, por conseguinte, dos resultados das empresas já instaladas no município.

Não é necessário que uma cidade tenha um contingente populacional grande para poder abrigar indústrias de porte grande ou médio. A necessidade é de infraestrutura e isso Guaíra já dispõe. A produção de bens primários que já existe no município receberia, a partir deste programa, incentivos necessários à sua reestruturação e solidificação. Tendo, desta forma, a oferta

de matéria prima garantida pela produção local, estaria aberto o caminho para a segunda etapa do programa – a industrialização (MARTINELLI e JOYAL, 2004).

4.2 Indústria Têxtil

A indústria têxtil também apresentou crescimento entre 1996 e 2004. Embora o incremento não seja significativo, mesmo pequeno pode denotar a possibilidade de expansão do mesmo. Produzir o que todos já produzem não é interessante, pois desta forma o fabricante tem suas potencialidade reduzidas em razão do grande número de ofertantes do mesmo produto. Faz-se necessário um estudo das possibilidades oferecidas pelo mercado e das potencialidades do mesmo. Pode-se com tal estudo descobrir a existência de um vazio (nicho) no mercado e que precisa ser preenchido. A observação de tais possibilidades pode resultar em um processo de desenvolvimento semelhante ao ocorrido no município de Terra Roxa no Paraná. Em Terra Roxa o nascimento da indústria têxtil encaminhou-se para a especialização da moda bebê, fato que revelou-se em um espaço no mercado que ainda carecia de fornecedores e portanto abriu os horizontes para a indústria daquela cidade (WILLERS, 2006). Para Willers (2006) a especialização das indústrias requer a aglutinação das mesmas em torno de objetivos comuns. Para a autora, buscar linhas de financiamento e subsídio, ampliar a rede de informações entre os empresários do ramo, criar um grupo de gestão e estudo do mercado, buscar o mercado internacional entre outras, são metas que precisam ser observadas e implementadas para a consolidação das indústrias no mercado em que atuam.

É interessante o fato de que os investimentos demandados para o ramo das confecções não são vultuosos, sobretudo se direcionados à pequenas unidades que congregariam a mão de obra familiar e na sequência passariam a gerar empregos a outras pessoas. Para o ramo têxtil também vale a premissa que exportar é uma opção importantíssima a se considerar, pois as particularidades de alguns mercados podem se constituir em nichos para indústrias que desejam diversificar sua produção e ampliar seu mercado.

5 Construção civil, hotelaria e turismo

Além da indústria moveleira, têxtil e de produtos alimentícios, o ramo da construção civil, hotelaria e turismo merecem destaque.

O problema, inicialmente gerado pela tecnificação do campo e a conseqüente expulsão de parte significativa da população rural rumo à cidade, foi agravado a partir de 1982 quando da criação do Lago de Itaipu. Ferrera de Lima *et al.* (2005) faz um paralelo entre duas regiões acometidas de ocorrências semelhantes. Para eles, os impactos ambientais, sociais e econômicos são grandes devido ao tamanho das áreas alagadas. Para o município de Guaíra, que teve parte de seu território inundado, o alagamento diminuiu o espaço voltado à pecuária e agricultura. Ainda ramos como supermercados, restaurantes, lojas de *souvenir*, hotéis e postos de combustíveis foram afetados negativamente dado o fim do turismo.

Assim, Ferrera de Lima *et al.* (2005) apontam possíveis estratégias de desenvolvimento econômico para regiões como a lindeira do Lago de Itaipu. Para eles, a finalidade essencial da Usina é a geração de eletricidade e isso não pode ser alterado por outras ações que venham a ser praticadas no lago. Entretanto, há um leque considerável de atividades que podem ser implementadas com o intuito de aproveitar o enorme potencial econômico do lago. A seguir apresenta-se algumas alternativas de uso do reservatório e que podem propiciar maior dinamismo à economia de Guaíra.

No caso do turismo, a atividade turística é uma alternativa que pode ser introduzida como programa de desenvolvimento para dinamizar a economia do município, gerando renda e emprego. Segundo Piacenti *et al.* (2003) municípios como Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu e Marechal Cândido Rondon encontraram caminhos para a dinamização da economia a partir do turismo, também Guaíra poderá fazê-lo. O município de Guaíra deverá aproveitar o potencial de estar entre dois pontos turísticos de grande importância como Foz do Iguaçu no Paraná e Bonito no Mato Grosso do Sul, explorando desta forma as belezas do arquipélago da Ilha Grande e os traços históricos

de Guaíra. Existe ainda a possibilidade de se explorar o fato de a cidade ter feito parte do "circuito Missioneiro" dos Jesuítas e desta forma Guaíra não seria apenas rota de passagem dos turistas.

Outro elemento que é atrativo ao turismo é a atividade pesqueira. Como em Guaíra já existe a atividade pesqueira, ela deverá receber atenção especial do poder público, enquadrando-a como atividade imprescindível para a economia do município. Todos os anos cerca de 400 pescadores buscam o Seguro Desemprego em período de piracema. A forma tradicional como a pesca é praticada deverá ser substituída por técnicas e meios de produção mais modernos que signifiquem o máximo de rendimento e que seja desenvolvida de maneira sustentável. Para Ramos (1998) a pesca no lago pode sofrer oscilações devido ao espaço reduzido e por força da legislação. Por essa razão a colônia de pescadores deve buscar meios junto às autoridades de garantir seus direitos básicos de trabalhadores e recursos para implementar uma prática profissional que permita a exploração dos recursos do lago de forma duradoura. O monitoramento das espécies e suas populações deve ser feito a fim de manejar de forma profissional os recursos. Desta forma, a partir de recursos tecnológicos, aumentar a população das espécies mais visadas pelo mercado consumidor e preservar as espécies ameaçadas de extinção.

Por fim, os prazeres, como o descanso ou práticas esportivas podem impulsionar o indivíduo a buscar por espaços que ofereçam essas possibilidades. Nesse sentido, o Lago de Itaipu pode ser um grande gerador de renda. Para que isso ocorra, deve haver grande empenho por parte do poder público e também do empresariado local no sentido de providenciar infra-estrutura necessária para atrair a população local ou visitante. A existência de opções de recreação e lazer transformará a cidade, com o passar do tempo em ponto de atração turística. Naturalmente ocorrerá uma maior demanda por bens de consumo pertinentes a esse tipo de atividade com o aumento da frequência de turistas, gerando, portanto maior dinamismo à economia local. É necessário o redirecionamento do uso da infra-estrutura já existente, como é o caso das Marinas que

permanecem ociosas durante grande parte do ano. Deve ser criado um calendário de torneios esportivos e festas para dar utilidade à mesma durante todo ano.

As atividades voltadas ao turismo, à pesca, ao descanso e ao lazer são geradoras de renda e, portanto capazes de impulsionar outros ramos como de hotelaria e da construção civil. Naturalmente que somente o uso do lago não é capaz de solucionar os problemas relativos às necessidades de desenvolvimento de Guaíra.

Conclusão

O objetivo deste artigo foi propor estratégias de desenvolvimento local a partir da análise de dados e observações sobre o crescimento populacional urbano e o perfil do emprego do município de Guaíra-PR.

A cidade de Guaíra apresentou após 1982, ano da formação do lago de Itaipu, um panorama de estagnação econômica com um agravante que foi o crescimento populacional urbano. De acordo com dados apresentados neste trabalho observou-se que ramos de atividade que outrora eram promissores e empregavam número significativo de pessoas, hoje se apresentam em decadência.

O município de Guaíra tem em sua economia um fator relevante que são os *royalties* repassados pela Itaipu Binacional. Os *royalties* podem representar um grande diferencial relativo ao aporte de recursos para o município se destinados para um incremento auto sustentável da economia.

O uso de subvenções públicas em larga escala não é recomendável para esse caso devido ao poder limitado do Estado brasileiro e também à duração limitada prevista para os programas já existentes como é o caso dos *royalties* de Itaipu. Há um impedimento para as subvenções originárias dos *royalties*. Os *royalties* são pré-destinados a determinadas áreas, devidamente previsto pela lei orgânica do município.

É necessário um estudo sobre a aplicação dos *royalties* e um redirecionamento

dos mesmos para que seja possível a utilização destes recursos em áreas como o fomento à agro industrialização ou outras ações que visem o dinamismo econômico do município.

Com base nos dados apresentados, este artigo traz algumas ações para solucionar o problema do desemprego e estagnação econômica detectados nesta análise. Procurou-se apresentar alternativas estritamente urbanas visto que o artigo estuda apenas a população e o emprego urbanos. De acordo com a AMOP (2000) existem algumas potencialidades que devem ser levadas em conta no município de Guaíra para promover o desenvolvimento.

- Importância da receita fiscal derivada do recebimento dos "*royalties*";
- Implantação de projeto estratégico agroalimentar;
- Potencial turístico (atrações naturais) tráfego intenso de pessoas de várias partes do país;
- Posição geográfica privilegiada em relação ao Mercosul;
- Disponibilidade de mão-de-obra passível de qualificação;
- Experiência cooperativista e associativista;
- Rede escolar básica (municipal, estadual e particular);
- Boas condições físico-naturais (clima e relevo);
- Existência de áreas de preservação da flora e da fauna;
- Baixo nível de poluição urbana (cidade bem arborizada);
- Disponibilidade de uma boa malha viária;
- Disponibilidade de energia elétrica e água tanto na área urbana quanto na rural;
- Proximidade entre as cidades da região;
- Atuação da Associação Comercial e Industrial.

Reforça-se a necessidade de investimentos públicos, redirecionamento de recursos disponíveis como os *royalties* e parcerias entre município, população e universidades no sentido de qualificar o gestor empresarial.

Referências

- AMOP. *Plano de Desenvolvimento Regional*. Cascavel: AMOP, 2000. p.130-1.
- ANTUNES JR., J.A.V *et al.* Internacionalização de empresas: um estudo de caso de uma indústria moveleira na Serra Gaúcha. *Perspectiva*, Erechim, v. 29, n. 106, p.115-27, jun. 2005.
- CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. Desemprego: o custo da desinformação. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 59, p. 381-425, jul./set. 2005.
- DESBIENS, Y.; FERRERA DE LIMA, J. Cadrage du développement Regional. *Revista Interfaces, Brasil/Canadá*, n. 4, p. 179-192, 2004.
- ELIAS, Denise *et al.* Expansão das fronteiras agrícolas e reorganização das relações de trabalho. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43. *Anais...* 2005.
- FERRERA DE LIMA, Jandir *et al.* A região de Salto Caxias no oeste paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 108, p. 87-111, jan./jun. 2005.
- FERRERA DE LIMA, Jandir. Notes Sur lês Pôles de Croissance et lês Stratégies Territoriales au Québec. *Canadian Journal of Regional Science*, Montreal, Canadá, n. 28, v. 1, p. 161-71, 2005.
- FURTADO, Celso. O processo histórico do desenvolvimento. In: BRESSER PEREIRA, L.C.; REGO, J. *A grande esperança em Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001. p. 253-80.
- IBGE. *Censo Populacional n. 20*. Mão-de-Obra. Rio de Janeiro, 1983.
- _____. *Censo Demográfico n. 1*. VIII Recenseamento Geral 1970. Rio de Janeiro, 1973.
- _____. *Censo Demográfico n. 22*. Mão - de -Obra. Rio de Janeiro, 1991.
- _____. *Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000; Contagem Populacional - 1996*. Disponível em: www.pr.gov.br/cie/dados/dg1. Acesso em: 22 jun. 2006.
- IPARDES. *Base de Dados do Estado*. Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso em: 20 jul. 2006.
- _____. *Índices e indicadores*. Disponível em: www.ipardes.gov.br. Acesso em: 10 maio 2006.
- MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo: Manole, 2004. p.248-9.
- PIACENTI, C. A. *et al.* Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 104, p.103-23, jan./jun.2003.
- RAMOS, J. M. *A influência de Itaipu na economia dos municípios limzeiros: o caso de Entre Rios do Oeste*. 1998. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UNIOESTE, Toledo-PR.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- WILLERS, E.M. *Estratégias de desenvolvimento econômico local: o caso do Município de Terra Roxa-PR*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UNIOESTE, Toledo.

Identification and analysis of the decisive factors of local development for the use of natural gas in the ceramist industries of Mato Grosso do Sul (Brazil)

Identificação e análise dos fatores determinantes de desenvolvimento local para o uso do gás natural nas empresas ceramistas Mato Grosso do Sul (Brasil)

Identification et des de l'analyse facteurs décisifs de développement local pour l'usage du gaz naturel dans le ceramists de la compagnie Mato Grosso do Sul (Brésil)

La identificación y análisis del los factores firmes de desarrollo local para el uso del gas natural de la compañía en los ceramistas Mato Grosso do Sul (Brasil)

Sinclair Mallet Guy Guerra*
João Onofre Pereira Pinto**
Cristiane de Castilho Merighi***

Abstract: The present article is part of research in development, together with the USP/IEE, UFMS and UCDB universities, the aim of which is to identify and to analyze qualitatively and quantitatively the decisive factors for the use of natural gas from local development in the ceramist industries of Mato Grosso do Sul. Natural gas is not used yet as an alternative source of energy on a large scale in the State. It can be considered as one of the results of the valorization of socioeconomic policies, of the local culture and of the environment, preserved as part of the local identity of the human being in his improvement of life quality.

Key words: natural gas; ceramics; local development.

Resumo: O presente artigo é parte da pesquisa em desenvolvimento, juntamente com as Universidades USP/IEE, UFMS e UCDB, cujo objetivo é identificar e analisar qualitativa e quantitativamente os fatores determinantes para o uso do gás natural de desenvolvimento local nas Empresas Ceramistas em Mato Grosso do Sul. O gás natural ainda não é utilizado como fonte alternativa de energia em grande escala no Estado. Pode ser considerado como um dos resultados da valorização da política sócio-econômica, da cultura local e do meio ambiente preservados como parte da identidade local do ser humano em sua melhoria na qualidade de vida.

Palavras-chave: gás natural; cerâmica; desenvolvimento local.

Résumé: Le présent article fait partie de la recherche dans développement, avec les Universités USP/IEE, UFMS et UCDB dont l'objectif est identifier et analyser qualitatif et quantitativement les facteurs décisifs pour l'usage du gaz naturel de développement local du ceramists de la section industriel dans Mato Grosso font Sul. Le gaz naturel n'est pas encore utilisé comme source alternative d'énergie dans grande échelle dans l'État. Il peut être considéré comme un des résultats de la valorisation des politique socio-économiques, de la culture locale et de l'environnement conservé comme partie de l'être humain identité locale dans votre amélioration dans la qualité de la vie.

Mots-clé: gaz naturel; céramique; développement local.

Resumen: El presente artículo es parte de la investigación en el desarrollo, junto con las Universidades USP/IEE, UFMS y UCDB cuyo objetivo es identificar y analizar cualitativo y cuantitativamente los factores firmes para el uso del gas natural para desarrollo local de la sección industrial ceramistas en Mato Grosso do Sul. El gas natural todavía no se usa como la fuente alternativa de energía en la gran balanza en el Estado. Puede ser considerado como uno de los resultados de la valorización de la política socio-económica, de la cultura local y del ambiente conservado como la parte del ser humano la identidad local en su mejora en la calidad de vida.

Palabras clave: gas natural; ceramica; desarrollo local.

Introduction

The use of natural gas (NG) as energy input in industry in the state of Mato Grosso do Sul (MS) presents important characteristics from the point of view of local development, because it allows emphasis to be given to aspects related to socioeconomics, to the environment, the improvement of life quality and the generation of direct and indirect employment.

The presentation of the potentialities and alternatives of natural gas and to confront them analytically with the reality of Mato Grosso do Sul, they contribute in this way, through the I intended study, for its best use. Above all, its availability in Mato Grosso do Sul, is a direct and decisive factor in the stimulation of the industrial process for local development.

In this context, this study will bring socioeconomic, cultural, political and

* Professor and Researcher of the University of São Paulo - USP/IEE - e-mail: sguerra@iee.usp.br

** Professor of the Federal University of Mato Grosso do Sul – UFMS – e-mail: jpinto@nin.ufms.br

*** Professor and Researcher of the Federal University of Mato Grosso do Sul - UFMS, Student in Doc in Energy - University of São Paulo - USP/IEE, Master in Local Development - UCDB - e-mail: crismerighi@batlab.ufms.br

environmental benefits, for the State of MS, because it will allow the entrepreneurs and the government to evaluate qualitatively and quantitatively the use of NG as primary energy and the reflection on these interrelations.

The importance of this proposal is also backed by the invigoration of research in the area of natural gas, directly or indirectly linked to the Post Graduate Degree Programs of the partner institutions (Electrical Engineering at UFMS and Local Development at UCDB) through the multidisciplinary integration reflected in the project.

Objectives

General Objectives

The aim of the research is to identify and to analyze qualitatively and quantitatively the decisive factors for the use of natural gas in the development of the industrial section of the State of Mato Grosso do Sul.

Specific Objectives

- to identify and to analyze the decisive factors in the use of the natural gas for the industrial sector in MS;
- to adapt and to stimulate the development of public policies that allow the industries to develop the production of goods and services on a long and short term basis through the use of NG;
- to analyze the local relationships of development from social, economic and environmental aspects proposing, in the process of political decisions, the implementation of actions and permanent alteration and adaptation;
- to develop a simulation model using the technique of System Dynamics for modeling the influence of relationships in the NG sector, according to the vision of local development.

Methodology

This research will obey the following stages

Stage 1. Bibliographical Revision: This phase will give theoretical support for the identification and analysis of the problem, which is the aim of this study. In this phase the relative concepts will be approached using the theory of the Causal Loop Diagram and initially identified interest variables (state and control variables) for future simulations of influence relationships.

Stage 2. Acquisition and implantation of hardware and software (shells) for development and implementation of the integrated environment: Based on the infrastructure solicitations (equipment and software) that will be established as of the previous stage, this phase consists of the acquisition of this equipment and of the availability of the necessary software for the development of the project.

Stage 3. Acquisition of data: This phase consists of collecting data together with the target sectors making possible the verification of the real conditions with which the companies are faced, that is, permitting the collecting and identifying of decisive factors for the use of NG in the sector through personal observation and utilization/application of primary resources (questionnaires, forms and interviews).

Stage 4. Analysis and Interpretation of the Collected Data: The data collected in the previous stage will be analyzed and interpreted seeking to establish the cause and effect relationships (Causal Loop Diagram - DCB), according to the vision of local development.

Stage 5. Development of the Model of Simulation: In this phase, the starting point will be the variables of interest established previously in Stage 1, also the established influence relationships in Stage 4, the simulation model will be elaborated based on the technique of System Dynamics. This model will allow the calculation of the several necessary acting indexes for validation of the developed methodology.

Stage 6. Evaluation and Validation of the Obtained Results: This phase consists of the validation of the methodology developed, as

well as of gauging the parameters as far as the practice of the managerial sector that it is intended to assist. The results of the research will be presented through pictures and graphs, followed by a quantitative interpretation, having as a main focus, the search for the Identification of the Barriers and the necessity/alternative in the implementation of Public Policies.

Stage 7. Documentation of the developed model: As this study aims at the development of a methodology that can be used as much by entrepreneurs (evaluation of projects using NG) as well as by the state government (establishment of public policies) in the evaluation of the decisive factors for the use of NG in the industrial sector of MS, it becomes essential that this tool is very well documented. Only in this way, such objectives can be reached.

Stage 8. Promotion and popularization of the project: In this stage, the results obtained with regard to the operational outcome of the methodology emphasizing the use of NG for the industrial sector and the reactions from local development should be made known through seminars, lectures and courses.

Stage 9. Elaboration of report on the project: This final stage will be the elaboration of the report that will characterize the conclusion of this study, where the whole potential of the methodology up to that moment developed should be approached and presented. The qualitative and quantitative analyses associated with the objectives obtained should be an integral part of this document.

Theoretical basis

The presentation of the potentialities and alternatives of natural gas are to oppose them analytically with the reality of Mato Grosso do Sul, thus contributing, through the proposed study its best use. Above all, its availability in Mato Grosso do Sul, is a direct and decisive factor in the raising of the industrial process for local development.

To analyze local development as a strategy of sustainable conquest, that is, as a way of contributing to the transition in direction of a new standard of development. The valorization of new practices in modern

institutions and attributing innovative behavior set up by its own economic development, alters the political relationships and the existing social structures in the sense of its transformation.

In agreement with preliminary studies (IEE/USP, 2004), NG is presenting an important participation in the evolution of the final consumption by source, having gone from of 7,9 thousand TOE in 2001 to 113,0 thousand TOE in 2003. The table "Evolution of the consumption of NG in MS - 2003/2004" introduces the principal consumers of that energy source in the State.

It should be emphasized that theoretical presuppositions supply general orientation for all and any research. It should be taken into consideration that in the elaboration of a research project, ideally it should be defined with clarity from the theory that will give it support, so that one can have a correlation between theory and practice.

This is a time of changes and of instability, which seems redundant and prosaic. With the need of accompanying them, transformations are perceived in the diagnoses and in the situational evaluation with a view to helping all in vague situations, being the role of development.

Development is a process of economic, political and social transformation, through which the growth of the standard of living of the population tends to become automatic and autonomous. It is a global social process, in that the economic structures, - political and social - of a country suffer continuous and deep transformations. It makes no sense to speak only of economic development, or just of political or social. Actually, development of that nature does not exist, parceled out, departmentalized, unless for pedagogical reasons. Development, therefore, it is a process of global transformation. (ÁVILA, 2001 apud PEREIRA, 1985, p. 19)

In that sense and trying to think in the words of Oliveira (1977, p. 24) it can be seen that the planning cannot overcome basic contradiction of the economic system in force which would be the denial of a total vision. The traditional forms of growth impulse and development would be nothing else, in the economic system in force, which in a way enlarges its own reproduction. And it is exactly that which is looked for with the

amplification of the introduction of natural gas among the energy sources for the use of the productive system of Mato Grosso do Sul.

It is a global objective, with a view to thinking of another social organization based on life quality, solidarity and citizenship. Such organization should be open and constituted by local action, based on the integration of cultural resources, human, natural and economic in such a way that society becomes self-sufficient to be an agent of its own future.

"All development is local, be this place a district, a municipal district, a personal computer - area, an area of a country, a country, an area of the world" (FRANCO, 2000, p. 27).

The connotation of place acquires the socio-territorial target of the actions and it thus becomes retro-defined as an ambit reached by an on going development process, when that process is thought through, planned, promoted or induced. With relationship to the place, reference is habitually made, to development processes that happen in sub national spaces. In Brazil, in most cases, such spaces are municipal or micro regional, involving a certain amount of municipal districts within the same federative unit.

For Ávila (2001 apud LÓPEZ 1991, p. 42),

when we speak about place, we are referring to a space, to a territorial surface of reasonable dimensions for the development of life, with an identity that distinguishes it from other spaces and from other territories and in which people lead their daily life: they inhabit, they relate to others, they work, they share norms, values, habits and symbolic representations.

Local development is frequently suggested as a process of unchained experiences starting from multiple initiatives. These processes become focused in their unfolding, visualizing progressive arrangements in the territory, instead of predetermined arrangements.

Silveira et alii (2000, p. 24), point out that

the fomentation field for local development, in your institutional expression today in Brazil, is predominantly a compound of foundations and methods gone back to the unchaining of processes: the methodologies

are defined as induction or support. In their own intentionality that characterizes them, their implementation is not of itself local development, but a stimulating factor, a factor seen as necessary.

The space is the territorial base of daily coexistence, where cooperation and solidarity come into being by organizational activity. The space of globalization is formed by points of interconnection, moving and inconstant, as to what it is really related.

"Space is a surface extension. Distance between two points. Where the factor position must be considered, because from it arises a series of consequences of great influence in the life and in destinies of the people" (CARDOSO, 1990, p. 14).

To execute activities operatively, in form of decisions, it is necessary to establish new solutions or new ways for development and to propitiate favorable conditions for the real operation of collective intelligence, which helps the construction of organizations for a territory.

Territory is a group formed by the existent natural systems in a given country or an area and by the increments that men superimpose on those natural systems. The territorial configuration, or geographical configuration, thus has its own material existence, but its social existence, that is, its real existence, is only given to it by the fact of social relationships. (SANTOS, 1999, p. 51)

The valorization of natural and human resources should be characteristic of a process that combines innovation in the action strategies with use of the promotion of economic activities that involve the population within a common identity. The importance of these values, has been presented as a way out for making sections of the economy more dynamic and gaining in potential.

The concepts of human and social capital need to be thought of from the point of view of totality. Human and social capital only make money to continue subduing nature, limitless growth only at the service of the profit, deepens inequalities, and continues to break the economic system. (JARA, 1999, p. 14)

This is a new way of looking at the promotion of human communities, that allows critical and creative performance in their work, new visions and focuses of the relation-

ships with the environment that they live in.

We need to increase economic development, qualifying the process, but it is an oversimplification of things to suppose that the economy can alone lead to human development. It is necessary to articulate the objective and subjective subjects, to try to harmonize the various dimensions of development. And that means to think of social justice, the access to knowledge and information, by the individual and collective empowerment, in social participation, beginning with ethics. (JARA, 1999, p. 20)

These observations emphasize aspects of outstanding characteristics for local development, for which they should interrelate in the socioeconomic environment, the effects of the enterprise that are already healthy and highly positive such as: the improvement of life quality, the generation of direct and indirect employment. Thus, integration, economic balance, social and environmental concerns are indispensable to the conservation and maintenance of human life. To attain such objectives it is necessary to come up with a new conception of production and consumption.

Given these transformations the basic instruments of local power and community participation acquire prime importance, not as a panacea, but as an additional mechanism of other concomitant transformations (DOWBOR, 1995). Community participation constitutes the rational mechanism of regulation of the main activities of the social area clearly, of urbanization, of the small, average and large producer, besides building an indispensable ballast to the balance of the group of activities at economic level. The State of Mato Grosso do Sul is in fifth place among the Brazilian states, in the index of human development (IDH), according to the United Nations Organization.

The implantation of natural gas as an alternative source of clean energy can be considered as one of the results of the valorization of local culture and of the environment that should be preserved as part of local identity. The results of the investments are noticed in historical preservation on the part of the State, the conservation of nature and of programs of social development, besides the labor policies that value the relationship with the community that

provides the human being with improvement in life quality. The amplification and the expansion of natural gas in industries in the State should be seen as a viable alternative for local development, seeking to assist the expectations and the socio-economic and cultural yearnings of the community inserted in the place where such industries opt to consume this type of available energy.

The sustainability of the development and the need to treat it from a multidimensional perspective articulates the economic, political, ethical, social, cultural and ecological aspects, avoiding the reductionism of the past. The final objective of this sustainable character is to guarantee the continuity of the development process, avoiding draining its sources of action.

With the installing of the gas pipeline and the construction of two thermo electric plants, the State increases the offer of an energy generator, to guarantee local development.

Natural gas is the mixture of hydrocarbon light, gaseous methane and ethanol, mainly obtained from the extraction of deposits. It can be used as industrial, domestic and automobile fuel (POULALLION, 1986, p. 104).

Industry, local culture and natural gas can emphasize outstanding perspectives for growth and development. In these they are correlated to social, economic, political and environmental interfaces; as integration for the balance, the improvement of quality and the conservation of human life in the local space.

The concentration of income is still excessive in the State, and only with maintainable and diversified development can an alteration in the quality of life for the population take place. It is easy to see that the period of development of inertial growth of the State stopped when faced with the serious difficulties of the national economy and the low globalized insertion of the State. We have to think globally and act on the regional characteristics accordingly. Conservatism and traditionalism limit our maintainable expansion. (VERRUCK in CUNHA, 1999, p. 168)

The use of natural gas comes to benefit the lack of energy. As a clean source of energy, it vanishes more easily in the atmosphere in the case of leakage, there is

the warranty of the green stamp, reducing the deforestation of reservations to around 60%, because some industries use firewood as a source of energy, the cleanest combustion, with larger productivity.

Para atraer capital transformando el territorio en un territorio competitivo hacia adentro, es decir con capacidad de atraer justamente capital y tecnología, hay que desarrollar un trabajo profesional y sistemático vinculado a la creación de una imagen corporativa, un logo, y una idea fuerza. (BOISIER, 1999, p. 22)

With the presentation of the potentialities and viable alternatives for the use of natural gas and its opposition to the reality of Mato Grosso do Sul, the contribution is to motivate the local use of this source of energy by improving its potential. Such readiness is a direct and decisive factor in the raising of the industrial, agricultural, transportation and residential sectors, within current parameters.

It is inferred, from the reflections here developed, that there is a pressing need for the use of available natural gas, as a clean source of energy for industries and as an option for the maintenance of local culture. The aim of this study is to offer an economic option for the state of Mato Grosso do Sul, which allows the developing of the production of goods and necessary services to the population and to establish a base of balanced commercial exchanges. It is also sought to establish a cultural and demographic base that imposes revitalization, if necessary, of the adjacent zones of the gas pipeline in the State. Industrial activities do not eliminate the local, natural, cultural, economic, social, political and institutional contexts, but they should reinforce them.

The importance of the discussion of the context, of the focuses and of local values in that the developed or intended economic activities should be established through cultural processes. The practice of the construction and reconstruction of the proposals during the interaction process with the communities should be exercised, in which is included in this context the trust and the full exercise of citizenship.

Comparative analysis between the current situation and the intended one, demonstrating, unmistakably the benefits to be brought by the project

Considering the lack of subsidies for aid in the decision making process, the shortage of resources and growing environmental and social appeals for better technologies and energy, this study will provide through the identification and analysis of the decisive factors for the use of NG in the industrial sector of MS the following benefits:

Political Benefit

The presentation of the potentialities and viable alternatives for the use of natural gas and the opposition to the reality of Mato Grosso do Sul, contributing in this way, to the motivation for the use of this clean source of energy contributing to managerial improvements. Such readiness is a direct and decisive factor in the raising of the industries and it makes possible maintainable development, within the current parameters.

Improving the regulating activities, most of the time, is characterized as a network of industries, overshadowing the dynamics of the interconnection that is fundamental for the installation of the service in an efficient way.

The obtaining of the amplification of markets for natural gas should be motivated by federal and state governments, through mechanisms of fiscal policies, public credit and tax encouragement, since only these subsidies are incorporated in the initial phase of the expansion of the gas sector and only internalized for that industry, seeking not to burden Brazilian taxpayers.

Economic benefit

Increase of the consumption of NG in MS, seeking the use of NG in industries in the State should be seen as a viable alternative for development, seeking to assist the expectations and the community's socioeconomic and cultural longings inserted at the place where such industries opt to consume this type of available energy.

The reduction of costs with the maintenance of equipment and machinery,

is according to production time.

Improvement in the quality of life of the employees of the industrial sector where they are in touch with such aspects as: poor health, quality of the air breathed, thermal comfort, low self-esteem, the need of a training policy, good work conditions and an analysis intra- and interpersonal of the company itself.

MS industries can benefit doubly from the use of the new source of energy in economic terms and adapt, besides providing for economic earnings and the opening of new work positions. Once it absorbs the labor of the suburbs, it keeps the worker in the place he was qualified in to improve the quality of community life, starting from the installed economic activity and there is, on account of this factor greater probability of maintaining the local cultural values to keep the community in the locale.

Social benefit

The employees need to be qualified for the use of the gas. Besides motivating the administration of the development process with community participation, it is done within the perspectives of sustainability according to the characteristics of the place.

External exchange can be stimulated and allow the usufruct and the incorporation of technologies and values beginning from situations lived out in the locale.

The generation of employment and income, can only increase according to the expectations of the market which is more and more competitive, or when the entrepreneur takes on loans from banks or from financiers for the amplification of the industry, however, the interests are high.

The analysis and identification process is involved in the formation of income in that section in relation to regional and technological factors.

Environmental benefit

To relate the environmental subject and the possibilities of the increase of income from gasification should be evaluated in the light of the improvement of life quality of modern society. On the other hand, it is important to verify several factors connected

to a certain regional space, as to the introduction into the industry as an important economic activity of this area.

The integration and balance, between the environmental and social concerns are fundamental for the conservation of human life on Earth.

The use of natural gas represents gain in environmental terms, with the substitution of firewood resulting from deforestation of native forests and smaller emissions of material particles into the atmosphere, and moving forward in technological terms, because it requires greater control of the process of burning and the operation of better working ovens providing a more even and non-toxic burn, which contributes to the increase of productivity of the industry.

The use of wood or native biomass is worrying from two aspects: vegetation destruction, burning and the generation of residues which can compromise the final product. The scarcity of eucalyptus for firewood on the local market has been contributing to the accelerated deforestation of native vegetation of the savannah. The demand is greater than the request.

Certification plans should consider the sustainability of production by the conservation of biotic and abiotic factors of the forest ecosystems. Pollution and the predatory use of natural resources accelerate the greenhouse effect and the destruction of the forests. This does not provide quality within the industrial process or of the final product.

Expected results

As a global result of this network of research (made up of UFMS, UCDB and USP) together with other partners, they will be offering to the industrial sector of the state of Mato Grosso do Sul a new methodology in the evaluation of the decisive factors in the use of NG, as well as its influence in local development. As specific results, the following can be mentioned:

- ✓ Interactive computational model, based on system dynamics, for the simulation of decisive factors for the use of NG in the industrial sector of MS;
- ✓ Technical and scientific documentation of the study;

- ✓ Qualitative improvement in the training of professionals for the evaluation of interrelations between the industrial sector and the natural gas sector in the state of Mato Grosso do Sul;
- ✓ Introduction of a new teaching methodology - learning in the area of decision making;
- ✓ Training in the implementation of technology in the use of natural gas;
- ✓ Development and increase of potential of the creative capacity of researchers through the use of the technique of system dynamics.

Final considerations

The aim of this study is to list the aspects and the factors that determine the use of natural gas on a larger scale. It is a partial study satisfying all the collaborating Institutions.

Questions have been asked throughout the period in which the plan of the gas pipeline was implemented in the State, such as the natural gas not being used by the cities that it goes through.

It is observed that the benefits would be of innumerable dimensions, not reported here, but considerably imagined.

Simulations will be made so that these decisive factors can be brought to reality with the passing of time.

References

- ÁVILA, V. et alii (Org.). *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2001.
- BOISIER, Sergio. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo em el lugar y em las manos de la gente. *EURE - Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, Chile: PUC, 1999.
- CARDOSO, Lamartine. *Geografia econômica do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Obelisco, 1966.
- CUNHA, Francisco Antônio M. *Campo Grande - 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999.
- DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FRANCO, Augusto of. *Porque precisamos de desenvolvimento integrado e sustentável*. 2. ed. Brasília: Institute of Politics, 2000.
- JARA, Carlos Julio. *Capital social e desenvolvimento local sustentável*. IICA, Quito, nov. 1999.
- OLIVEIRA, F. *Do desenvolvimento suportável: à sociedade feliz*. In: BROOKS, David. Available in: <<http://www.semarh.df.gov.br/dessus/Dessus32.asp?pag=1>>. do I Access in: 31 sea. 2003.
- POULALLION, Guide of Businesses. *Gás natural*. Campo Grande: CIEMS, year 3, n. 11, mar./abr. 2000.
- PROGRAM Interunidades of Masters Degree in Energy - USP - IEE. *Evolução do consumo de GN em MS - 2003/2004*.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SILVEIRA, Caio; BOCAYUVA, Cunha; ZAPATA, Tânia. *Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos*. São Paulo: Editora, 2001.

Da abundância do agronegócio à Caixa de Pandora ambiental: a retórica do desenvolvimento (in) sustentável do Mato Grosso (Brasil)*

From the abundance of agrobusiness to Pandora's environmental Box: the rhetoric of (non) sustainable development in Mato Grosso (Brazil)

De l'abondance de l'agriculture à la Boîte de Pandora environnemental : la rhétorique du développement (in)soutenable de Mato Grosso (Brésil)

De la abundancia del agronegocio a la Caja de Pandora ambiental: la retórica del desarrollo (in) sustentable de Mato Grosso (Brasil)

Andréa Aguiar Azevedo**

Richard Pasquis**

Recebido em 20/1/2007; revisado e aprovado em 29/3/2007; aceito em 27/7/2007

Resumo: O objetivo do texto é discutir o desenvolvimento do estado do Mato Grosso nos últimos anos, além de avaliar a contribuição do desmatamento para geração de riquezas que possam se converter em ganhos para a sociedade regional. Por meio de um exercício empírico é revelado, num panorama inicial, que não existem diferenças socioeconômicas muito marcantes entre municípios que foram desmatados com maior ou menor intensidade, sobretudo entre aqueles onde a atividade econômica predominante é a pecuária (bovinocultura).

Palavras-chave: desenvolvimento; desmatamento; indicadores socioambientais.

Abstract: The objective of this paper is to discuss the State of Mato Grosso's development over the past years as well as to evaluate deforestation contribution to wealth creation, which can be converted into benefits for its population. Through an empiric exercise, it is clear that, in an overview, there are no striking social and economic differences between cities or towns that had more or less deforested sites, especially where the main economic activity is cattle breeding (bovine culture).

Key words: development; deforestation; socioenvironmental indicators.

Résumé: Le but du texte est discuter le développement de l'état de Mato Grosso dans les dernières années et évaluer la contribution du déboisement pour la génération des richesses qui puisse bénéficier la société régionale. À partir d'un exercice empirique, on révèle, dans un panorama initial qu'il n'y a pas de différences socio-économiques prononcées parmi les villes qui ont été déboisées en majeure ou en mineure intensité, surtout parmi lesquelles l'activité économique dominante est l'élevage bovin.

Mots-clé: développement; déboisement; indicateurs socio-environnemental.

Resumen: El objetivo del texto es discutir el desarrollo del estado de Mato Grosso en los últimos años, además de evaluar la contribución de la deforestación para generación de riquezas que puedan convertirse en ganancias para la sociedad regional. Por medio de un ejercicio empírico es revelado, en un panorama inicial, que no existen diferencias socioeconómicas muy marcantes entre municipios que fueron deforestados con mayor o menor intensidad, sobre todo entre aquellos que la actividad económica predominante es la pecuaria (bovinocultura).

Palabras clave: desarrollo; deforestación; indicadores socioambientales.

Introdução

O estado do Mato Grosso vem apresentado um crescimento considerável em sua economia. A dinâmica do estado se diferencia dos outros estados da Amazônia Legal, tanto por apresentar o maior Produto Interno Bruto ao longo dos últimos anos, quanto por apresentar as maiores taxas de desma-

tamento. Essa dinâmica foi mais alterada na década de 80 e 90 com a entrada da soja no estado e a sua consolidação como o maior produtor dessa *commodity* no país.

A industrialização da agricultura a transforma em *agribusiness*, o rural se moderniza e, junto com esse processo, traz também problemas da civilização industrial para o campo. A diferença é que, nesse momen-

* Artigo apresentado no XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER) em Fortaleza-CE, no período de 23 a 27 de julho de 2006.

** Mestre em Gestão Econômica do Meio Ambiente (ECO/ UnB) e doutoranda em Desenvolvimento Sustentável pelo CDS/ UnB; bolsista CAPES; docente da Faculdade do Sul do Mato Grosso (FACSUL/CESUR). E-mail: aaabio@terra.com.br; azevedo@unb.br

*** Doutor em Geografia pela Universidade de Paris VII; pesquisador do CIRAD (França) e pesquisador visitante do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. E-mail: pasquis@terra.com.br

to, a sociedade já tem noção dos “limites impostos ao crescimento” e dos custos da modernização. Por isso, há uma busca de alguns setores da sociedade, por um desenvolvimento que leve em consideração a racionalidade ecológica e a justiça social.

O que precisa ser entendido é a dimensão real que o termo desenvolvimento deveria traduzir, que vai muito além da esfera econômica. Entendido isso, não haveria necessidade de um “sustentável” ao lado, na atenta lembrança de como deveria sê-lo. Assim, com o esvaziamento do sentido de desenvolvimento, busca-se uma mudança de modelo que supere semânticas, conceitos e boas intenções. Não só o Estado deve atuar nessa mudança, mas também, e, sobretudo, a sociedade civil num processo democrático cada dia mais participativo e com a maior legitimidade possível. Boaventura dos Santos (2001) argumenta que deve haver um maior equilíbrio entre as forças regulatória do mercado, Estado e sociedade. Além disso, nesse novo projeto deve haver lugar para incerteza e precaução.

Nesse sentido, é apresentado no texto um panorama do desenvolvimento do estado do Mato Grosso, bem como a sua inserção no agronegócio, por meio de mudanças na economia mundial e nacional. Autores como Celso Furtado, Sunkel, Caio Prado Jr., Amartya Sen e Ignacy Sachs foram a base da referência teórica para discussão sobre desenvolvimento que norteiam esse texto. Além disso, foi feita uma análise empírica, utilizando-se alguns indicadores econômicos e sociais e cruzando-os com índices de desmatamento relativo em alguns municípios do estado. Foram analisados os cinco municípios mais desmatados e os cinco que menos tiveram área de cobertura vegetal original convertida (até o ano de 2004), na tentativa de entender melhor as incongruências na forma do desenvolvimento adotado pelo estado. Além disso, também foram analisados alguns indicadores socioeconômicos e ambientais dos 10 municípios no estado mais desmatados entre os anos de 1993 e 2003.

1 Desenvolvimento: teorias e práticas de um processo desigual

Não obstante, a conotação econômica que impregna a palavra desenvolvimento, sabe-se que ele deve ir muito além dessa esfera. O modo de o homem moderno pensar o desenvolvimento, no contexto do capitalismo, é impregnado pelo ideário iluminista e propulsionado pela ciência moderna, cuja racionalidade é pautada pela valorização do individualismo, do utilitarismo, da separação e da simplificação.

Furtado (2000) ilustra bem essa forma de pensar da civilização ocidental moderna, quando diz que o comportamento racional é relacionado com o comportamento eficiente que, por sua vez, é traduzido por meio do progresso técnico. “O progresso técnico é fruto da criatividade humana, da faculdade do homem de inovar. Portanto, o que cria o desenvolvimento é essa faculdade que possibilita o avanço da racionalidade no comportamento” (FURTADO, 2000, p.43). A concretização máxima dessa racionalidade ligada à técnica tem na revolução industrial seu ponto de partida. Por meio dela, o mundo experimenta uma mudança expressiva na forma de lidar com a natureza e com os produtos dela oriundos. Nesse momento, começa, com maior força, a “privatização/mercantilização da natureza” e um processo infundável de acumulação.

A Revolução Industrial, contrariando um pensamento linear, gerou desenvolvimentos diferenciados em função de fatores e condições distintas entre os países. Assim, de acordo com seu grau de desenvolvimento, os países receberam a denominação de desenvolvidos (centrais) ou subdesenvolvidos (periféricos). A revolução industrial - início do capitalismo - rompeu com o modelo anterior, mudando a forma e a lógica de produção e de acumulação de riquezas. Esta levou ao surgimento de um sistema de relações econômicas internacionais, numa das maiores globalizações mercantilistas que existiram na história econômica, propiciando a conformação das economias periféricas (SUNKEL, 1967).

Desde o início desse processo, o Brasil ocupou uma posição de economia periférica, iniciada no período colonial. Na divisão

internacional do trabalho, consolidou-se como provedor de matéria prima para os países centrais por meio de diversos ciclos agrícolas e pela exportação de minérios. Assentado na produção agrícola, com um modelo tradicional de monocultura voltado para fora, o país foi construindo uma estrutura social marcada por fortes desigualdades econômicas, além de raramente ter a pauta de produção nacional baseada na preferência alimentar do contexto sócio cultural brasileiro. Prado Jr (1999, p.71) realça que, na construção desse processo, existe uma “retroação da superestrutura social sobre a base econômica que a determina”. Dessa forma, a organização da produção para o mercado externo determinará uma estrutura incapaz de proporcionar um mercado interno apreciável e estimulante de atividades produtivas de nível elevado e de grandes perspectivas (idem).

Não obstante, com a organização social que o sistema ia criando, o país acumulou um excedente, derivado, sobretudo do ciclo do café, que somado às contingências do mercado internacional durante a crise mundial na década de 30 - diminuição na compra dos produtos primários e restrição para importação de produtos manufaturados - possibilitou o seu primeiro surto de industrialização mais efetivo, através da substituição às importações. É o que Furtado (2000) chamou de “industrialização reativa”. Essa industrialização aconteceu para suprir uma demanda interna que embora começasse a se diversificar e dinamizar, ainda era restrita. Assim, o Brasil se encontrava no dilema dos países de periferia dentro do sistema do comércio internacional: sua perspectiva de crescimento era limitada, caso o consumo se restringisse somente ao mercado interno, e, por outro lado, suas chances de inserção no mercado internacional, por meio da industrialização, eram mínimas diante de sua nítida desvantagem tecnológica.

Furtado (2000, p. 82) esclarece que “[...] o que veio a se chamar de subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação reprodutiva”. Nesse sentido, o Estado teve um papel muito importante, sobretudo nesse esforço para construção de indústrias de

base para fortalecer o processo de industrialização e a criação de um sistema financeiro especializado.

Foi nesse cenário que começaram a aparecer as primeiras empresas transnacionais que, como o nome sugere, buscavam ir além do fechamento político de seus territórios nacionais, aproveitando o surgimento de novas oportunidades econômicas onde quer que elas estivessem. Esse processo acelerou-se particularmente após 1950. Para além dos consumidores, o que atraía essas empresas era a baixa remuneração da mão-de-obra e a capacidade de utilizar as técnicas já disponíveis, ademais tornavam-se fortalecidas nos países centrais de origem. Assim, nessa tentativa de mudança na divisão internacional do trabalho, por meio da instalação das transnacionais, aparece uma “periferia semi-industrializada controlada do centro e orientada em boa parte para o mercado deste” (FURTADO, 2000, p. 122).

Após a década de 80, os países são estimulados em direção a uma crescente abertura dos mercados internacionais, indicando uma redução do papel do Estado nas economias nacionais. Nessa fase de retomada do liberalismo econômico, as indústrias dos países periféricos tiveram que enfrentar um processo de “modernização à força”. Nesse processo, mais uma vez, os países em desenvolvimento recorreram às importações, consolidando o papel de consumidores de tecnologia, sobretudo, de alta tecnologia.

Atualmente, desde do início da década de 1990, quando se analisa a pauta de exportação brasileira, observa-se que o país não consegue competir nos setores mais dinâmicos com utilização de alta tecnologia - com honrosas exceções aos setores de siderurgia e de transporte aéreo. Em compensação, reafirmou sua nossa posição como exportador de *commodities* agrícolas e produtos intensivos em trabalho e recursos naturais. A associação com o seu passado colonial é inevitável, obviamente, atentando para as enormes diferenças. O caso é que, além de estar se especializando cada vez mais em setores que não são dinâmicos dentro do comércio internacional, o Brasil está vendendo produtos com rentabilidade decrescente ao longo do tempo, dilapidando nossas riquezas naturais num sistema de troca injusto e pro-

movendo a manutenção de uma estrutura social que reduz, cada vez mais, o salário do trabalhador dentro do processo produtivo.

Assim, a sociedade atual vive dilemas sérios, que fazem com que se questione cada vez mais esse modelo de desenvolvimento capitalista ocidental, iniciado a partir da Revolução Industrial. Um desses graves dilemas é o enfrentamento da questão social e ambiental. O problema ecológico, somente em meados da década de 60, começou a ser considerado dentro da economia. Na próxima seção será descrito brevemente esse processo com a intenção de desvelar um pouco o paradigma que restou nessa história: o desenvolvimento sustentável.

2 O “sustentável” do desenvolvimento

A partir das décadas de 60/70, inúmeras alterações ocorreram no cenário econômico e político das relações centro-periferia em nível mundial. Dentre elas, se destacam: (a) a crise energética e econômica, com a aceleração de tendências ao desenvolvimento e incorporação de tecnologias ‘mais limpas’ aos processos produtivos; (b) o surgimento da crise ambiental como questão política no desenvolvimento econômico e nas relações internacionais (Estocolmo 1972; Brundtland, 1987, Rio 1992); e (c) a hegemonia político-ideológica do capitalismo (com fim da URSS e a derrubada do bloco socialista).

Como resultado da discussão das possibilidades entre crescimento econômico e conservação ambiental, o *desenvolvimento sustentável* (DS) parece ter sido a herança oficial deixada pelos organismos internacionais dentro da agenda política mundial. No entanto, essa foi impulsionada/inflada pelos movimentos da sociedade civil organizada, sobretudo o ambientalista na última metade do século XX. Após o conceito oficial de DS ter sido revelado, a partir do relatório “Nosso Futuro Comum”, em 1987, ele tem sido amplamente discutido, especialmente nos meios acadêmicos, sobre sua factibilidade e sua falta de clareza teórica.

Para melhor ilustrar as diferentes posições acadêmicas e políticas, Veiga (2005) sugere que nessa briga por território conceitual co-existem duas idéias contrárias e um “quase” caminho do meio.

O primeiro caminho seria aquele que não percebe nenhuma incompatibilidade entre crescimento econômico e conservação ambiental. Nesse sentido, segundo esses teóricos a degradação ambiental existiria até certo ponto da renda *per capita*. Depois de alcançado determinado nível de renda (média US\$ 8.000,00), a tendência é que a degradação diminua. Representantes desse pensamento são Kuznets, Grossman & Krueger. O caso é que nessa realidade complexa de desenvolvimento, existem exemplos de inúmeros países com altíssimas rendas *per capita* e que, nem por isso, apresenta baixos índices de degradação.

Os economistas neoclássicos ambientais se apropriaram dessa lógica e muitos ainda acreditam que o crescimento econômico, capitaneado pela economia de mercado, vai se revelar um grande indutor da sustentabilidade. Segundo a economia ambiental de matriz neoclássica, o problema está centrado em dois eixos: nos preços baixos dos recursos naturais e na falta de preços dos bens ambientais livres. Para corrigir tais falhas, haveria a necessidade de internalizar os custos ambientais e sociais - provocados pela degradação/exploração - dentro dos custos privados. Isso elevaria o preço e diminuiria a demanda por tais recursos, o que levaria os produtores a buscarem “tecnologias mais limpas”. Para o segundo eixo do problema, eles criaram o instrumental da valoração ambiental que “precificaria” a natureza por meio de métodos de *surveys* junto à população. No entanto, há várias críticas tanto em relação ao significado moral e ético dessa atitude, quanto aos métodos empíricos que viabilizariam um preço. Como se percebe, essa escola de economistas ainda demonstra uma forte crença na reversibilidade e passividade dos ecossistemas e um grande otimismo nas tecnologias e no mercado.

Na outra ponta se encontra, como principal representante, Georgescu Roegen que não acredita na compatibilização da economia e conservação, se mantido esse modo de produção intensiva em recursos naturais. Georgescu utiliza-se do conceito de entropia da segunda lei da termodinâmica, para mostrar que se tira da natureza energia de baixa entropia e, através da produ-

ção, essa energia aumenta a entropia resultando em energia dissipada e não reutilizável pelos humanos. Anuncia que a tendência da humanidade em algum momento do futuro é que desenvolva uma economia de retração, com a diminuição do produto.

O caminho do meio que, segundo Veiga (2005), não chega a ser propriamente isso, vem também de uma linha mais crítica e cética em relação ao crescimento econômico. Ele se encontra na proposta de Daly que indica que a superação dos problemas ambientais só viria por meio de um “crescimento qualitativo”. Seria um estado estacionário para países que já estão desenvolvidos e com fartura material. Não obstante, nessa situação, as tecnologias continuariam a se desenvolver, procurando melhorar qualitativamente a produção. Desta forma, para Daly, desenvolvimento sustentável representa o desenvolvimento sem crescimento, pelo menos para os mais ricos.

Em busca de qualificações das possíveis posições apresentadas, Veiga (2005) questiona como reagem os economistas diante das diversas visões que variam da mais otimista (neoclássica), passa pela apocalíptica de Georgescu e entra no que ele denominou de “evangélica” de Daly. Segundo ele, a maioria ainda ignora essas questões. Quem aparece com algumas alternativas é Ignacy Sachs que propõe a apreciação da sustentabilidade por meio de diversas dimensões que estariam conectadas. Sem entrar em detalhes nessa “compartimentalização” da sustentabilidade, o que Veiga sugere é que o desenvolvimento sustentável, no futuro, seria uma superação (no conceito dialético) entre o capitalismo e o socialismo (!).

Tentando dialogar com a suposição de Veiga, poderíamos dizer que essa superação homogênea é muito improvável, sendo mais realístico, pensarmos em um processo dialógico, já que as diversas ideologias conviveriam num mesmo espaço, buscando dentro de suas lógicas, a sustentabilidade.

O que “imobiliza” a idéia de DS, numa perspectiva mais sociológica, é a centralidade que a economia ocupa. Esse pensamento é corroborado pelo de Sen (2005), que retira essa centralidade da economia e da renda, do processo de desenvolvimento. Nas teses de Sen (2000) a renda é concebida não como

o único meio para alavancar o desenvolvimento. Segundo ele, o importante para o desenvolvimento seria a existência das liberdades substantivas que fariam com que os indivíduos exercessem suas capacidades (ler, crescer, ter saúde, participar politicamente, poder fazer escolhas, etc.). O enfoque alternativo, proposto por Sen (2000), incide sobre as liberdades geradas pelos bens e não sobre os bens em si mesmos. Em suas palavras: “venho procurando demonstrar já há algum tempo que, para muitas finalidades avaliatórias, o ‘espaço’ apropriado não é o das ‘utilidades’ (como querem os *welferista*), nem o dos bens primários (como exigido por Rawls¹), mas o das liberdades substantivas – as capacidades – de escolher uma vida que se tem razão para valorizar” (SEN, 2000, p.91).

Assim, por meio desse marco teórico, que retira a centralidade do aspecto econômico do conceito de desenvolvimento, mas que claramente também não o prescinde, buscamos analisar o caso último surto de desenvolvimento do estado do Mato Grosso, especialmente no período do início da década de noventa até 2003.

3 Mato Grosso: nasce a nova fronteira agrícola

Mato Grosso atualmente tem 142 unidades municipais e ocupa uma área de 906.807 km². Embora a densidade demográfica seja ainda baixa, sua população aumentou 6,37 % de 1991 a 2002. A população estimada para 2005 (IBGE) foi de 2.803.274 habitantes. Essa história que mostra um crescimento em todos os aspectos é uma tentativa de inclusão no modelo de modernização espelhado nos países capitalistas desenvolvidos.

Após 1930, começa a se acentuar o processo de colonização do Mato Grosso, promovida pelo governo, iniciada no sul do estado², onde tiveram preferência os migrantes nacionais. A partir da década de 60, essas colônias entraram em decadência, com uma maior concentração fundiária. Em 1971, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) transfere o processo de colonização para o setor privado, que inicia a colonização no norte do estado. Havia, naquele período, a clara intenção de

ocupação da Amazônia Legal, em especial o MT e o Pará. Foram construídas grandes obras de infra-estrutura como a BR 163 (Cuiabá - Santarém) e a BR 364 (Cuiabá - Porto Velho). Nesse sentido, na década de 70, deu-se início a ocupação da nova fronteira agropecuária que começava a ser incorporada aos espaços produtivos do estado. As novas rodovias foram fundamentais nessa nova incorporação (BERTRAN, 1988), que foi realizada basicamente por migrantes oriundos do Sul do país.

Os estados do Centro Oeste e do Norte se inserem, nesse período, no contexto da história política brasileira de apoio à modernização da agricultura e avanço sobre as novas fronteiras. Graziano da Silva (1998, p.50) indica que este apoio começa a se revelar mais plenamente com as políticas de crédito subsidiado, com a criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural). Este estímulo ao crédito a baixo custo, um acentuado desenvolvimento do aporte técnico e o incremento genético no setor, além de programas de incentivo como Polocentro, Proterra, Prodecer e outros³ que foram importantes na condução da “modernização conservadora” da agricultura no estado do Mato Grosso. Assim, nos primeiros anos da modernização agrícola houve um aumento expressivo da produtividade, entretanto, no período posterior, começam a aparecer os primeiros sinais da “ressaca” socioambiental advindos desta forma de exploração intensiva, notadamente, em ambientes onde predominam as monoculturas.

Na década de 80, o Brasil entra numa crise profunda, com a queda no produto real da indústria e do PIB, além do aumento do desemprego e perda do valor do salário. Neste contexto, a agricultura foi estimulada (novamente) a funcionar como geradora de divisas para o país, sendo a produção de ali-

mentos relegada a segundo plano, com um desempenho pouco satisfatório. Mueller, Wriht e Nogueira (1986, p.82) apontam que, desde a década de setenta a agricultura já era pressionada para canalizar a produção para geração de divisas, além da produção de energéticos advinda da necessidade de substitutos após a crise do petróleo. Desta forma, as políticas públicas foram direcionadas para esses fins.

Nos anos 90, consolida-se, em nível nacional, a concepção de sistema ou complexo agroindustrial. Nessa etapa a indústria começa a fazer parte do negócio e Malassis (em GRAZIANO SILVA, 1998, p.67) enfatiza a dimensão histórica do complexo agroindustrial como característico da etapa do desenvolvimento capitalista em que a agricultura se industrializa. Desta forma, na agricultura, percebe-se uma profunda dependência de insumos químicos, mecânicos e genéticos de origem industrial, bem como o destino igualmente industrial de boa parte da produção.

No Mato Grosso, esse fenômeno aconteceu fortemente nas décadas de 1980 -1990 e adentrou o século XXI, sobretudo, por meio da produção de soja. O Produto Interno Bruto (PIB) do estado vem mostrando um crescimento bem acima da média nacional: entre 1994 e 2002, ele cresceu 5,6% *vis a vis* ao PIB nacional, que foi de 2,7%. De todos os estados da Amazônia Legal, o Mato Grosso é que vem contabilizando o maior PIB per capita nos últimos anos (até 2003), ficando atrás somente do estado do Amazonas. Entretanto, o lado não contabilizado do PIB no estado pode ser mostrado pelo crescente índice nos desmatamentos. Também dentro da Amazônia Legal, é o estado que mais contribui para esse incremento. O quadro 1, abaixo, mostra a totalização desses dados dentro do estado.

Desmate total absoluto até 2004 (ha.)	Desmate total relativo até 2004 (%)	Desmate absoluto 1993-2004 (ha.)	Desmate relativo 1993-2004 (%)
28.842.582,00	31,84	12.822.822,00	13,29

Quadro 1 – Total de desmatamento no Estado do Mato Grosso acumulado até o ano de 2004.

Nota-se que entre 1993 e 2004 houve uma intensificação nos desmates dentro do MT. Considerando o total desmatado no estado até hoje (31,84 % = 100), o período mencionado (13,29%) contribuiu com 41% do total dos desmates no estado feitos até hoje.

Será que se pode dizer que os municípios mais desmatados apresentam melhores indicadores econômicos e sociais? Intuitivamente, pode-se responder de forma positiva, no entanto, trabalhando com dados empíricos de municípios de Mato Grosso observamos que os mais desmatados do estado (grupo 1 a 4), como se observa na Tabela 1, apresentam tanto PIB per capita, quanto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) equivalentes aos outros, menos desmatados, que estão na segunda parte da tabela (grupo 5 a 8). A única exceção é o município de Alto Taquari (4), que possui um IDH alto e um PIB *per capita* bem superior à média estadual e nacional. O que deve ser levado em conta nessa análise é que, não obstante ele tenha um PIB per capita bastante elevado (R\$32.671,00), por causa da produção de soja e de serviços (Ferrovia Ferronorte), apresenta uma taxa de desmatamento de 82,6% em relação a sua área.

Além disso, o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, revelou um aumento substancial em dez anos. No ano de 1991, a taxa era de 0,54 para esse município e, em 2000, passou para 0,70, índice bem superior à média do estado, que, em 2000, era de 0,63.

Dentre os municípios que menos desmataram (grupo de 5 a 8), o IDH médio mais baixo é para renda, no entanto, em educação e longevidade, eles são compatíveis com os outros municípios mais desmatados. Além disso, nesse grupo, houve diminuição do índice de desigualdade de renda entre 1991 e 2000, sendo que a relação dos 20% mais ricos em relação aos 40% mais pobres é menor que a média estadual de 17,04%. A única exceção nesses dois indicadores foi Cotriguaçu, que aumentou as desigualdades de acordo com a comparação do Gini entre 1991 e 2000. Outro dado importante é sobre o município de Aripuanã. Até 2003, ele mantinha 8,4% de toda sua área aberta. No ano de 2004, foi campeão de desmate aumentado em 1,76% esse valor. Apesar de o município ainda possuir ativo florestal, esses dados indicam um avanço da fronteira em direção ao sul do Amazonas.

Tabela 1 – Comparação de indicadores sociais e econômicos em relação aos índices de desmatamento (4 municípios desmatados entre os 10 com maior conversão/ 4 municípios entre 10 com menor conversão)

ID	Município	Desmate absoluto até 2003 (ha.)	Desmate relativo total	Desmate relativo 1993 – 2003	IDHM (1) (2000)	IDHM Renda (2000)	IDHM Educação (2000)	IDHM Long. (2000)	Índice de Gini (2) (1991)	Índice de Gini (2000)	20% mais ricos e 40% mais pobres (2000)	% de Domicílio com Abastecimento de Água (2000)
	Brasil	-	-	-	0,766	0,723	0,849	0,727	0,63	0,65	21,40	77,82
	Mato Grosso	28.842.562,00	31,84	13,29	0,773	0,718	0,86	0,74	0,60	0,63	17,04	63,67
1	São José dos Quatro Marcos	122.504,1	96,6	16,5	0,735	0,628	0,832	0,745	0,54	0,49	8,79	63,95
2	Rio Branco	44.494,1	88,78	14,1	0,698	0,622	0,797	0,676	0,60	0,56	13,57	75,56
3	Mirasol do Oeste	92.484,2	85,2	20,3	0,739	0,674	0,825	0,719	0,56	0,60	13,93	36,18
4	Alto Taquari	119.506,9	82,4	8,5	0,804	0,777	0,845	0,791	0,54	0,70	23,72	78,84
5	Luciara	35.932,2	9,6	3,5	0,691	0,589	0,853	0,631	0,59	0,58	13,86	67,28
6	Cotriguaçu	85.474,2	8,4	7,9	0,721	0,678	0,756	0,728	0,45	0,63	23,78	91,42
7	Aripuanã	249.966,8	7,8	5,0	0,704	0,655	0,741	0,715	0,63	0,58	16,21	27,98
8	Apiacás	138.815,6	6,8	5,1	0,713	0,659	0,783	0,698	0,62	0,57	11,63	0,46

[1] IDH/M – Índice quanto mais próximo de 1 melhor o desenvolvimento humano das pessoas/ 0 – 0,499 = Baixo / 0,500 – 0,799 = Médio / 0,800 – 1 = Alto

[2] Índice de Gini – quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade da renda

Fonte: Sepfan, MT. Perfil socioeconômico do Mato Grosso – 2004. Disponível em: http://www.sepfan.mt.gov.br/arquivos/A_8f8f0bd75702c76a95f2127ec37c1f85e9perfil%20socioeconomico%201.doc; Sepfan, MT. Anuário Estatístico de Mato Grosso 2004; PEVA, 2004 – dados de desmatamento; TBC, Cidades@; Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD).

Na tabela 2 (Anexo A) foi analisado o comportamento de alguns indicadores sociais, ambientais e econômicos dos 10 municípios mais desmatados relativamente no período entre 1993 – 2003, além de índices que revelam a desigualdade de renda. Como foi dito anteriormente, esse período foi bastante dinâmico em relação à conversão de novas áreas para pecuária (abertura da fronteira), como para agricultura (pressão sobre a fronteira)⁴.

Na análise, nota-se que em todos esses municípios, com exceção de Guarantã do Norte, a proporção entre os 20% mais ricos em relação aos 40% mais pobres aumentou. Além disso, igualmente o índice de Gini piorou seus números em todos esses municípios, novamente com exceção de Guarantã do Norte. Esses dados revelam claramente que houve, na década de 90 e o início do novo século, uma concentração de renda nos dez municípios mais desmatados, independente da atividade.

Além disso, os municípios de Sorriso e Tapurah são os únicos a apresentarem IDH e renda *per capita* acima das médias nacional e estadual. Coincidentemente, são os dois municípios que têm no complexo agrícola (soja/algodão) sua principal fonte de renda. Os dados também indicam uma conjuntura bem favorável a esses municípios, pois ambos receberam no ano de 2003 quantias bem superiores dentro do sistema de financiamentos concedidos, sobretudo Sorriso que, sozinho, recebeu 53% a mais que todos os outros juntos. A outra face dessa abundância é a quantidade do passivo e degradação ambiental observados: Sorriso, dentre os mais desmatados nesse período, é o município que possui o maior passivo ambiental, já que se localiza praticamente em área de floresta e já possuía até 2003, 74,3% de área convertida. Além disso, é campeão estadual na quantidade de focos de calor e no número de empresas que vendem agrotóxicos.

Esse exercício empírico nos revela um panorama inicial no qual, segundo o paradigma da sustentabilidade, o desenvolvimento para ser alcançado, não pode se ater somente ao fator econômico. Enquanto as racionalidades ecológica e social não comandam o processo de desenvolvimento, deveria haver uma agenda política que favore-

cesse outras atividades econômicas menos intensivas em recursos naturais, com maior valor agregado e menor concentração de renda. No entanto, é decisivo, em uma democracia, maiores espaços de participação para que as pessoas possam escolher, inclusive, o tipo de desenvolvimento que desejam.

Conclusão

Esse exercício empírico revela, num panorama inicial, que não há diferenças socioeconômicas muito marcantes entre municípios que foram desmatados com maior ou menor intensidade, sobretudo entre aqueles onde a atividade econômica predominante é a pecuária (bovinocultura), questionando a idéia de que “desmatamento significa progresso”. Por outro lado, há ainda uma forte assimetria em relação aos municípios onde a agricultura (soja) é o principal produto. Nesses municípios, a dicotomia da modernidade (*crescimento versus conservação*) parece estar bem viva. Os melhores indicadores socioeconômicos foram encontrados nos municípios com piores indicadores ambientais (desmatamento/queimadas/venda de agrotóxicos) e, ainda, estes são os municípios que recebem o maior volume de financiamentos de bancos privados e públicos.

Esses dados reforçam a hipótese de Caio Prado Jr. (1998, p.72) sobre a insustentabilidade desses ciclos econômicos voltados para fora.

Em tais condições, a economia brasileira não terá outros horizontes que monotonamente se repetir e evoluir através de sucessivos ciclos estreitamente subordinados a conjuntura do mercado externo para um ou outro gênero primário de produção colonial. Ciclos esses que em uma fase de prosperidade momentânea é seguida e substituída por outra de declínio, decadência e, em casos extremos, até mesmo decomposição econômica e social.

Nesse caminho do agronegócio, a riqueza gerada é extremamente concentrada, reafirmando um quadro histórico no país. Deste modo, este não é um ciclo econômico que provoque mudanças na estrutura social, pelo contrário, acentuam-se as diferenças disfarçadas atrás de um PIB médio elevado, o que acaba enviesando o IDH. Não se perce-

be, nesse cenário, nenhum apoio mais efetivo à organização da agricultura familiar, por exemplo. E, finalmente, cabe ressaltar o que foi dito, no sentido de que, ao se adotar um modelo de produção baseado naquele dos países de centro, estamos desconsiderando todo nosso patrimônio natural, que jamais será recuperado. Se for verdade que o argumento econômico ainda é o que mais induz às transformações, devemos considerar, como forte possibilidade, que o próximo ciclo econômico, provavelmente seja a venda dos serviços dessa floresta que hoje está sendo convertida em nome da abundância. Ainda é possível fechar a caixa de Pandora, não antes de resgatar a esperança numa sociedade mais justa e sustentável ambientalmente.

Notas

- ¹ Segundo Rawls os bens primários são direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza e as bases sociais do respeito próprio. A crítica de Sen é que esses bens primários são sujeito a uma infinidade de variações (heterogeneidade pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuição na família) o que dá uma perceptiva de relativismo ao que seja bem primário, não devendo homogeneizá-los, mas sim os considerá-los de acordo com a vida que o indivíduo valoriza (SEN, 2000, p.92-93).
- ² Deve-se ressaltar que nessa época, 1930, o estado do Mato Grosso ainda não havia sido dividido. Essa divisão político-administrativa acontece em 1979.
- ³ Há várias críticas a esses programas, notadamente, por terem oferecido crédito com taxas fixadas em níveis bastante reduzidos e sem correção. Além disso, percebe-se que houve privilégio de acesso a grandes grupos econômicos e os objetivos iniciais dos programas não foram alcançados. Para maiores detalhes, consultar Mueller, Wright e Nogueira (1986).
- ⁴ Há muita controvérsia sobre quem é responsável pelo desmatamento inicial e sem entrar nessa polêmica particularmente, é importante ressaltar que a prática mais comum na região ainda é a extração de madei-

ra, sucedida pelo desmate feito pela pecuária e, dependendo da região e de suas características físicas, a apropriação pela soja. Assim, a soja potencializa a escala do processo de desmatamento, aumenta a velocidade das mudanças do uso do solo e empurra a fronteira da pecuária, mantendo uma relação direta e indireta com o desmatamento (FBOMS, 2004).

Referências

- BERTRAM, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN; Goiás: UCG, 1988.
- FÓRUM Brasileiro de organizações não-governamentais e movimentos sociais para o meio ambiente e o desenvolvimento (FBOMS). Grupo de Trabalho Florestas. *Relação entre cultivo de soja e desmatamento* (sumário executivo). Supervisão: Weber Amaral; Roberto Smeraldi, 2004.
- FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas-SP: UNICAMP.IE, 1998.
- MORENO, G.; HIGA, T.C.S. *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- MÜLLER, C.C.; WRIGHT, C.; NOGUEIRA, J.M. *O processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. Relatório Final IPEA/IPAN. Brasília, 1986.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- PRADO JR., Caio. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. vol. 1, cap. 1.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SUNKEL, Osvaldo. *El marco histórico del proceso de desarrollo y de subdesarrollo*. Santiago: CEPAL, 1967.
- VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré - Bahia

Socio-environmental and economic impacts of the tourism and its repercussions in the local development: the case of the municipality of Itacaré - Bahia

Impacts économiques et Socio-environnementaux du tourisme et ses repercussions dans le développement local: le cas de la municipalité d'Itacaré - Bahia

Impactos socioambientales y económicos del turismo y sus repercusiones en el desarrollo local: el caso del municipio de Itacaré - Bahia

Elton Silva Oliveira*

Recebido em 9/6/2006; revisado e aprovado em 20/1/2007; aceito em 10/8/2007

Resumo: Na Bahia, nordeste brasileiro, o turismo tem se revelado uma alternativa atraente para o desenvolvimento econômico da região Costa do Cacao e, destacadamente para o município de Itacaré, que desponta na preferência dos turistas nacionais e internacionais que freqüentam o sul do Estado na alta estação. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é efetuar um estudo dos impactos sócio-ambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local.

Palavras-chave: desenvolvimento local; impactos sócio-ambientais; turismo.

Abstract: In the Bahia, brazilian northeast, the tourism has been disclosed as an attractive alternative for the economic development of the region Coast of the Cacao and especially for the municipality of Itacaré, that blunts in the preference of the national and international tourists, who frequent the south of the State in the high station. In this direction, the objective of the present work is to make a study of the socio-environmental and economic impacts of the tourism and its repercussions in the local development.

Key words: local development; socio-environmental impacts; tourism.

Résumé: À Bahia, situé au nord-est du Brésil, le tourisme se révèle être une alternative attractive pour le développement économique de la région de la Côte du Cacao et, surtout pour la municipalité d'Itacaré, destination préférée des touristes nationaux et internationaux qui fréquentent le sud de l'État en période de haute saison. En ce sens, l'objectif de ce travail est de faire une étude des impacts économiques et socio-environnementaux et ses repercussions dans le développement local.

Mots-clés: développement local; impacts socio-environnementaux; tourisme.

Resumen: En Bahia, nordeste brasileño, el turismo se ha revelado como una alternativa atrayente para el desarrollo económico de la región Costa del Cacao y, destacadamente para el municipio de Itacaré, que despunta em la preferencia de turistas nacionales e internacionales que frecuentan el sur del Estado en la alta estación. En este sentido, el objetivo del presente trabajo es efectuar un estudio de los impactos socioambientales y económicos del turismo y sus repercusiones en el desarrollo local.

Palabras-clave: desarrollo local; impactos socioambientales; turismo.

Considerações iniciais

O maior volume de estudos científicos sobre turismo provém das ciências econômicas, que analisam o crescimento e a movimentação de capitais a partir da chamada "indústria" do turismo, ou seja, dos negócios turísticos. Mas estes são apenas uma parte dessa atividade, que vem se configurando como um fato social total (BARRETO, 2003).

O turismo, dentro dos moldes atuais, iniciou-se, efetivamente, na segunda metade do século XIX. No entanto, a atividade

estende suas raízes pela história da humanidade. Destarte, conquanto algumas formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações, somente a partir do século XX, e mais precisamente a partir da década de 50, que ele evoluiu, projetando-se como um dos mais importantes setores econômicos do Mundo (LAGE; MILONE, 2000; RUSCHMAN, 1997).

No atual processo de globalização econômica, o turismo - que entre 1950 e 1990 cresceu em torno dos 7% ao ano (OMT, 2003) - tornou-se uma fonte de renda e, não raro,

* Professor da FACSUL (Faculdade do Sul) e Mestrando em Cultura e Turismo UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) / UFBA (Universidade Federal da Bahia); Membro do Núcleo Temático de Turismo para o Desenvolvimento Regional - NTT. Bacharel em Ciências Econômicas pela UESC. Bolsista da FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia). Travessa Castro Alves, 34 - Centro - Itabuna - Bahia. CEP: 45.600-000. Correio Eletrônico: srelton@hotmail.com.

setor mais forte no financiamento da economia nacional, em muitos países. Se o turismo fosse uma nação, ou um estado independente, seria agora, a terceira potência econômica do mundo, situando-se somente atrás dos Estados Unidos e do Japão. Uma explicação para este crescimento é que o turismo é uma atividade econômica de múltiplos componentes, na qual muitas partes estão intrinsecamente associadas a outros setores econômicos: aviação, transporte rodoviário, marítimo e fluvial, lojas de *souvenirs*, *stands* de concessionárias, restaurantes e bares, casas noturnas, parques temáticos, serviço de hotéis, agências de viagens e operadoras turísticas, entre outros cinquenta itens da economia, tornando-o a maior atividade geradora de empregos, e estimulando os investimentos internacionais (MOESCH, 2002).

É importante ressaltar que o turismo está entre as quatro principais atividades econômicas do mundo e, hoje, apresenta os mais elevados índices de crescimento em nível global, respondendo por aproximadamente 10% do PIB mundial, representando investimentos de capital superiores a US\$ 766 bilhões em novas instalações e equipamentos. A OMT¹, por sua vez, prevê um crescimento no setor de 4% a 5% por ano, podendo atingir a meta de 6,7% no ano de 2020, enquanto se estima para a economia mundial, em seu todo, um crescimento inferior a 3% (BARTELÓ, 2000).

No Brasil e em diversos outros países, o turismo é um dos mais relevantes setores da atividade econômica. Sua contribuição para a criação de riquezas e melhoria do bem-estar dos cidadãos pode ser sentida de múltiplas maneiras: pela geração de emprego; pela distribuição e circulação de renda; pela transferência de recursos de regiões mais ricas para regiões menos favorecidas; pelos investimentos e inovações que promove; pelo desenvolvimento de infra-estruturas coletivas que estimula; pela preservação do ambiente e recuperação do patrimônio histórico e cultural; pelas oportunidades de desenvolvimento regional que representa; e, pelas necessidades dos indivíduos viajantes que satisfaz. Esses efeitos interagem em diversos domínios da sociedade e, de maneira geral, envolvem os ambientes: cultural, ecológico, econômico, político e social.

No Brasil, o setor turístico vem atraindo de modo progressivo a atenção dos governantes e demais autoridades responsáveis pelo planejamento de políticas públicas, por se tratar de um setor com grande vocação para a geração de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico, constituindo um efeito importante em termos de política econômica.

No que tange ao Nordeste brasileiro, este se apresenta com amplos potenciais de desenvolvimento no âmbito do turismo. Seu litoral é um grande receptor de investimentos turísticos mundiais. Os estados que compõem a região apresentam um grande potencial ou vocação turística, haja vista seus inúmeros atrativos.

Concernente ao Estado da Bahia, atualmente, observa-se um grande número de estudos e projetos realizados pelo Governo do Estado destinados ao setor turístico, tendo em vista o melhor aproveitamento de suas potencialidades culturais, históricas, naturais, redefinindo o espaço territorial baiano através do desenvolvimento turístico.

Face aos investimentos maciços em infra-estrutura, construção e modernização de equipamentos efetuados pelo Governo da Bahia, adicionando a uma política intensiva de projeção do Estado no Brasil e no exterior, o turismo alcançou, no ano de 2000, uma receita global de US\$ 856,7 milhões correspondente a 6,2% do PIB baiano (BARTELÓ, 2000). Merecem destaque, ainda, os investimentos realizados pela iniciativa privada, sobretudo no âmbito de implantação e crescimento da rede hoteleira, destacando-se os meios de hospedagem do tipo *Resort* (BONFIM, 2001).

No cenário atual, os investimentos do Governo do Estado da Bahia em conjunto com os investimentos privados representam um grande efeito indutor na economia, ao garantir a criação de empregos, empresas e, principalmente, mais renda. A Bahia, atualmente, vem se destacando como maior pólo de investimentos turísticos do Brasil (BARTELÓ, 2000).

O Estado da Bahia, esta recebendo investimentos privados, oriundos de grupos espanhóis e portugueses da ordem de 1 bilhão de reais, destinados a construção de 5 *Resorts*, localizados na Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Cacau e Costa do Descobrimento, que estarão em

pleno funcionamento até setembro de 2007 (BAHIATURSA, 2005).

Situado na Costa do Cacau, o Município de Itacaré, atualmente, encontra-se no seu terceiro ciclo de desenvolvimento: após o descobrimento, cultivou-se a cana-de-açúcar em áreas da floresta atlântica desmatadas pela extração do pau-brasil; em seguida, a monocultura cacaueteira e, hoje o turismo (DOLIS, 2004).

A Costa do Cacau, localizada no litoral Sul da Bahia, compreende os Municípios de Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Santa Luzia, Una, Uruçuca, contando, a partir do ano de 2004, com o Município de Itabuna. Nela, o turismo tem se desenvolvido com investimentos de empresários nacionais e estrangeiros. Nos últimos anos, a oferta de serviços e infra-estrutura cresceu na proporção da demanda da alta estação. Os turistas são atraídos para verdadeiros santuários ecológicos tropicais: dezenas de quilômetros de praias, com densos coqueirais, que se unem à variedade da vegetação, desde a Mata Atlântica nativa a extensas áreas de manguezais e fazendas de cacau (Ibidem). Tais atrativos promovem, além do turismo tradicional, e o de caráter ecológico.

O ecoturismo é uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da comunidade local. Porém sob a égide do ecoturismo vem se praticando uma má interpretação do conceito. Muitas localidades são divulgadas devido ao potencial ecoturístico, embora a atividade praticada não seja caracterizada como tal (LINDIBERG; HAWKINS, 1999).

Dentro da sua essência, a atividade ecoturística deve se desenvolver respeitando critérios socioambientais que irão dar sustentabilidade a atividade, porém o que se observa na prática, em algumas localidades de potencial ecoturístico é uma distorção deste conceito ou a apropriação de roteiros ecoturísticos por outras modalidades de turismo, ou seja, a exploração dos ambientes naturais pelo turismo sem nenhum respeito a estes critérios. Assim, há uma distorção da realidade local, que nem sempre usufrui os benefícios do turismo e ainda arca com uma série de impactos por ele ocasionado.

O Município de Itacaré apresenta um quadro exemplar desta controvérsia. É um

destino que se destaca por seu potencial ecoturístico, e que, após a pavimentação em 1998, da Estrada Parque a BA-001 que liga o Município de Ilhéus a Itacaré começou a receber um intenso fluxo de turistas e de migrantes que buscavam oportunidades nesta nova opção econômica. O despreparo do Município para receber este contingente de pessoas se revela em sua infra-estrutura precária e na falta de planejamento socioambientais e culturais enfrentados pelo Município hoje, embora sejam inegáveis alguns benefícios promovidos por este fenômeno.

Nesse contexto, encontramos o Município de Itacaré, possuidor de um grande potencial ecoturístico, com problemas sociais que se agravam em função do grande crescimento demográfico acelerado em função da atividade turística. Inicialmente, o turismo se apresentou como uma alternativa atraente para o desenvolvimento do Município, trazendo benefícios à comunidade local e principalmente à economia que se encontrava estagnada. Após o rápido crescimento da atividade turística, devido à falta de planejamento, infra-estrutura e mão-de-obra qualificada, o turismo como uma indústria de várias chaminés, tem revelado neste núcleo receptor as suas outras faces: aumento da violência, degradação ambiental, especulação imobiliária, importação e em consequência disto vazamento da renda, inflação, ocupação desordenada dos espaços urbanos, aumento dos índices de prostituição e do tráfico de drogas e entorpecentes.

O objetivo do presente trabalho é efetuar um estudo das repercussões do turismo no desenvolvimento dessa localidade. Trata-se de uma pesquisa exploratória, quali-quantitativa, documental, com base em dados secundários provenientes de organismos públicos e privados, tais como: BAHIATURSA², BID³, BNB⁴, IBGE⁵, IESB⁶, ITI⁷, TOI⁸, além de consulta a anuários estatísticos, artigos, jornais, monografias, livros, periódicos e teses. Os aspectos qualitativos foram priorizados em detrimento dos quantitativos, devido ao caráter social do tema.

A estruturação deste trabalho está dividida de forma que o leitor, no primeiro momento, conheça o Município, sua população, localização geográfica, o clima, a sua história, entre outras. No segundo, eviden-

A história de Itacaré data das Capitânias Hereditárias. Em 1530 chegaram os primeiros colonizadores, expulsando os índios tupiniquins e introduzindo o cultivo da cana-de-açúcar e a religião católica. Em 1718, com a construção da Igreja de São Miguel, o povoado passou a se chamar São Miguel da Barra do Rio de Contas. Antigo porto clandestino da Coroa Portuguesa, que recebia as pedras preciosas que vinham da Chapada Diamantina, através do Rio de Contas. Chegando ao "status" de Município em 1932.

Em meados do Século XIX, deu-se início no Município de Itacaré o ciclo da Lavoura do Cacau que impulsionou a economia local. No período áureo, o dinheiro do ganho do cacau, apelidado de "Ouro Negro", ajudou a erguer os casarões e sobrados que ainda hoje marcam a arquitetura do Município. No final da década de 80, um fungo conhecido vulgarmente como "Vassoura-de-Bruxa"⁹ dizimou a maioria das plantações e o Município entrou em declínio.

Apesar da crise da Lavoura Cacaueira, o cacau contribuiu decisivamente para a preservação da Mata Atlântica. Segundo Milton Santos (1957), são íntimas as relações do cacaueiro com a floresta. Se a preserva, com a prática do cabrocamento, que é o plantio sem destruição do manto florístico, são às árvores de maior porte que protegem o crescimento do cacaueiro e, afinal, vão ajudá-lo a própria frutificação. A plantação de cacau fica sendo simplesmente um verdadeiro sub-bosque, ensombrada pela floresta persistente.

A região Sul da Bahia, mais especificamente a faixa compreendida entre os Rios Jequitinhonha e Contas, conserva a parcela mais significativa da Mata Atlântica do Nordeste do Brasil. As florestas desta região são caracterizadas por árvores altas com folhas sempre verdes. Sobre os troncos das árvores encontram-se dezenas de orquídeas, bromélias, cactáceas, ou seja, epífitas perfeitamente adaptadas a vida longe do solo.

2 Impactos socioambientais

O PRODETUR da Bahia, em sua primeira fase, investiu US\$ 231,3 milhões. O Pólo Litoral Sul recebeu investimentos provenientes do BID que somam US\$ 21,2 mi-

lhões, sendo que destes a pavimentação da Rodovia BA-001 Ilhéus a Itacaré foi a obra que consumiu mais recursos: US\$ 18,058 milhões, ou 77,5% do total do pólo.

Com a conclusão da Estrada Parque em 1998, um trecho de 65 Km, da BA-001, ligando os Municípios de Ilhéus a Itacaré, verificou-se um significativo aumento do fluxo de turistas para Itacaré, na alta temporada, que no ano de 2005 passou a receber cerca de 120 mil turistas, um número seis vezes maior que a sua população. Na verdade a estrada configurou-se como um vetor de desenvolvimento regional atraindo empresários de outras regiões brasileiras e de outros países.

Tal evento foi responsável direto pelo surgimento de alguns problemas graves, para a comunidade local, a saber: crescimento econômico desordenado, falta de infra-estrutura, degradação ambiental, poluição, ocupação desordenada dos espaços (favelas), importação, vazamento da renda e especulação imobiliária. Dentre esses dados o crescimento desordenado é o mais grave, uma vez que este se torna gerador de todos os outros problemas. Qualquer crescimento pressupõe um planejamento, seja o crescimento da atividade turística ou da expansão do Município. Dentro desse planejamento deve estar em posição igualitária com os interesses econômicos, a preocupação com o bem estar social e com o meio ambiente. Como afirma Doris Ruschmann (1997, p.10):

o planejamento é fundamental para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir.

A partir da ascensão do turismo no Município de Itacaré, muitas pessoas foram atraídas a fixar residências, nesta localidade, embora em diferentes esferas. Empresários e empreendedores ávidos por obter lucros do turismo, em sua maioria, despreparados para lidar com tal atividade (TORRES, 1999). Pessoas dos grandes centros urbanos em busca de melhor qualidade de vida, seguindo uma nova tendência migratória da década de 90 (REBOUÇAS, 2002). Pessoas das cidades e regiões circunvizinhas em busca de oportunidades de emprego no setor turístico e por fim moradores da zona rural, expulsos pela crise do cacau (REIS, 2002).

Todo esse contingente populacional foi distribuído espacialmente de acordo com o seu poder aquisitivo e ocasionando uma redistribuição da população local. Os empresários e empreendedores, mais abastados, ocuparam a parte central da cidade e os pontos mais valorizados pelo turismo, à beira mar ou rio, assim como os migrantes de maior poder aquisitivo. Pode-se observar nestes locais empreendimentos voltados para o turismo, pousadas, restaurantes, agências de turismo, e também belas residências. Os outros extratos sociais foram absorvidos nos bairros periféricos. Assim, favelas surgiram, como o Santo Antônio, na entrada da cidade. Outras áreas particulares foram invadidas e degradadas no ano de 2001.

Outro fato que chama a atenção nestas transformações sócio-espaciais é que os autóctones foram sendo gradativamente empurrados para os bairros periféricos pois, a terra que antes era trocada por eletrodomésticos devido ao seu baixo valor, segundo depoimento de um antigo morador, teve o seu valor agregado em função da atividade turística após a construção da estrada. Deslumbrados pela oportunidade de lucros em curto prazo, venderam suas propriedades e no caso de posseiros, suas terras foram reclamadas pelos donos.

Conforme Archer e Cooper (2002) à medida que o turismo continua a crescer em dada região, suas exigências sobre os recursos escassos da área são cada vez maiores. É então, necessário, sobretudo, terra, e conseqüentemente o preço deste recurso se eleva. Os donos de terra locais são incentivados a vender a sua propriedade, e o resultado é que, embora possam obter ganhos à curto prazo, no final, a única coisa de que eles dispõem é de seu trabalho de baixa remuneração. Na verdade, a maior parte do benefício decorrente da elevação dos preços da terra é recebida pelos especuladores, que compram-na dos proprietários anteriores antes de ter sido designada para um empreendimento turístico.

Ainda, segundo Bandeira (2002), o preço dos alimentos e outros produtos básicos subiram tornando assim o custo de vida mais caro para os autóctones, que em sua maioria tem pouca renda.

O grande fluxo de turistas concentrados na alta estação, tem contribuído para a

degradação ambiental (poluição das praias, lixo e desmatamento). Isto revela que o consumo do espaço turístico não está se dando de forma sustentável, não está sendo respeitada a capacidade de carga ambiental, que é a quantidade de turistas que um local pode suportar sem causar maiores impactos ao meio ambiente. O que já começou a ocorrer em Itacaré é a degradação dos atrativos naturais, os quais representam o próprio produto turístico, podendo dessa forma comprometer o futuro da atividade local.

Segundo Ruschmann (1997) como o meio ambiente constitui um elemento fundamental do turismo, sua alimentação "sadia" é essencial para a evolução da atividade. E, a motivação "contato com a natureza" se torna cada vez mais intensa, a natureza intacta pode tornar-se economicamente viável desde que associado à proteção dos espaços naturais e à existência dos serviços e equipamentos oferecidos aos turistas.

O impacto a esses espaços naturais não se restringe apenas a natureza, a comunidade local e sua cultura também sofrem estes impactos, desde quando o cotidiano da cidade é modificado e novos valores são introduzidos na comunidade. Quando esta cultura importada passa a predominar, a cultural local perde seu valor, causando verdadeiros conflitos entre a população nativa que não consegue se adequar aos novos costumes.

No Município de Itacaré observa-se uma acentuada exclusão social da população local e marginalização de sua cultura. Os lucros do turismo não estão proporcionando uma melhoria na qualidade de vida dos mais carentes. As políticas priorizam os empresários, atraindo cada vez mais investimentos sem o devido planejamento.

Os nativos acabam sendo excluídos do mercado de trabalho, pois não estão qualificados, perdendo a vaga para pessoas de outras localidades com um nível de educação maior. Segundo Reis (2002), a educação é um grande problema para este Município. Em Itacaré, só há uma escola que oferece o nível médio e cursos profissionalizantes, não existem. O autor sugere a implantação deste tipo de curso, em especial ligado ao turismo, para preparar a população para este novo mercado de trabalho. Dessa maneira, as oportunidades de emprego são absorvi-

das por pessoas que chegam de outras cidades e que dispõem de capacitação. Mesmos os nativos que são incluídos no mercado formal, sofrem problemas com contratos temporários, não conseguindo estabilidade e os cargos ocupados em sua maioria são de baixa remuneração.

Todas estas agressões a comunidade tradicional do Município de Itacaré, abrem espaço para que os excluídos encontrem como estratégia de sobrevivência meios ilícitos como a prostituição e o tráfico de drogas.

Sintonizados com esta problemática, e como esses novos tempos, em Itacaré, o Txai¹⁰ Resort, num exemplo de Responsabilidade Social, vem desenvolvendo um projeto intitulado "*Companheiros do Txai*", que trabalha com a comunidade rural que está localizada no entorno do seu empreendimento, onde promove ações no sentido de conscientizar essa população da importância da conservação e preservação dos recursos naturais (fauna e flora), criando alternativas de geração de emprego e renda para esta comunidade através da reciclagem do lixo do próprio Resort, cultivo de horta, produção de plantas ornamentais e confecção de peças artesanais que são adquiridas pelo próprio Txai. Mais recentemente, a ONG Yonic¹¹, uma organização de caráter sócio-ambiental, que vem atuando na sede do Município, hoje responsável pela coleta de lixo, vem promovendo oficinas de artesanato, visando criar uma alternativa de ganho para os nativos na baixa temporada, com ênfase na reciclagem do lixo e utilização dos recursos naturais disponíveis (como a palha do coco), além de ter criado um cursinho pré-vestibular, que é oferecido gratuitamente a comunidade carente.

3 Impactos econômicos

Segundo Fernandes (2002), os resultados positivos ou negativos dos impactos econômicos do turismo sobre uma comunidade dependerão, em grande parte, do grau de desenvolvimento da região em estudo, pois qualquer indústria pode acarretar dois tipos de efeitos sobre a economia: a) intensa atividade de investimento, com períodos de expansão quando da sua implantação; e b) operação propriamente dita.

No entanto, é bom frisar que em ambos os casos o volume dos impactos dependerá da capacidade da economia local em fornecer os bens e serviços demandados pelo setor turístico. Se por exemplo, um hoteleiro que esteja ampliando seu empreendimento tiver todas as condições necessárias, tais como materiais de construção de boa qualidade e com preços acessíveis, mão-de-obra, etc., melhor para ele e para a cidade. Caso contrário irá buscar essas facilidades em outro lugar.

Mais que impactos econômicos são esses?

- Redução dos desequilíbrios regionais;
- Contribuição na arrecadação de impostos;
- Efeitos multiplicadores de renda, produção e emprego;
- Contribuição na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

Muitos lugares ao redor do mundo apresentam regiões subdesenvolvidas ou relativamente subdesenvolvidas dentro do país em que elas se encontram. No Brasil, por exemplo, as regiões localizadas principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste exibem condições socioeconômicas bem aquém da média do país como um todo.

O Município de Itacaré, não foge a esta regra. Apresenta elevado nível de pobreza. Segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a intensidade da pobreza em Itacaré, que em 1991 era de 57,85%, reduziu para 54,00% em 2000. Também, no mesmo período houve uma melhoria do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que em 1991 era de 0,472 e que em 2000, passou a ser 0,588. Tal fato demonstra uma pequena melhoria na qualidade de vida no Município de Itacaré, provocada pelo desenvolvimento da atividade turística.

Com relação aos efeitos multiplicadores da renda, produção e emprego. O impacto econômico dos gastos turísticos nos MH's¹² sobre a geração de renda turística do Município de Itacaré, conforme Leal (2005), revela que o Município apresenta um multiplicador do rendimento turístico igual a 1,0849. Ou seja, os gastos efetuados pelos MH's de Itacaré geram um efeito multiplicador de 1,0849, causando um impacto de 8,49% sobre a economia do Município, além do gasto original.

Conclui-se um baixo impacto das despesas turísticas sobre a renda turística de Itacaré. Esse resultado pode ser justificado pelas consideráveis evasões decorrentes das importações e das arrecadações fiscais.

A capacidade de uma determinada economia para reter o rendimento turístico nela gerado depende da capacidade produtiva da mesma. Portanto, quanto maior for esta capacidade, maior será a renda gerada pela despesa inicial. Em contraposição, quanto maiores os vazamentos, menor será essa renda.

Nesse sentido, a magnitude do multiplicador gerada em um certo destino turístico (neste caso, Itacaré) depende do nível de integração do turismo na economia local, da capacidade desta economia para corresponder à demanda de bens e serviços a que o dispêndio turístico produz, assim como da propensão a consumir dos receptores da renda; das importações a que esse rendimento deu espaço e do nível de gastos dos turistas. Portanto, essas são as condições para impetrar um multiplicador expressivo, as quais ocorrem, sobretudo nas economias diversificadas.

Entretanto, o Município de Itacaré não satisfaz essas condições, haja vista a insuficiência na oferta de bens e serviços para o atendimento das diversas etapas da demanda gerada pelos gastos turísticos.

No que se refere aos motivos que levam os estabelecimentos de hospedagem a importarem bens e serviços fora da economia de Itacaré, 57,5% dos entrevistados responderam que em Itacaré os preços são maiores, 32,5% declararam que em Itacaré a qualidade do bem/serviço é inferior e 10% revelaram que não há oferta do bem/serviço no Município.

Apesar da atividade turística em Itacaré, só ter sido iniciada de forma empresarial, a partir de 1998, com a pavimentação da Estrada Parque (BA-001) que liga Ilhéus a Itacaré. O setor de serviços neste Município tem se destacado, e no período de 2001 a 2002, superou o setor agropecuário que em décadas anterior representava o segmento mais expressivo, devido à monocultura do cacau, atualmente em franca decadência, conforme poderemos verificar na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto de Itacaré - BA, Período 2001 a 2002. Em R\$.

Setores	Ano - 2001	Ano - 2002
Agropecuária	9.545.000,00	19.421.000,00
Indústria	3.182.000,00	3.177.000,00
Serviços	16.551.000,00	20.650.000,00

Fonte: IBGE (2006).

Considerações finais

O estudo do Município de Itacaré revela como o território se transforma para oferecer as condições necessárias à racionalidade hegemônica do grande capital. Esses "vetores verticais" estabelecem uma nova ordem, uma nova organização espacial não construída efetivamente pelos atores locais. Conforme Milton Santos (2001), tratam-se de ordens "estranhas" e impostas de fora com o aval do Estado que alteram profundamente o cotidiano e a especificidade do lugar.

Para Just Krippendorf (2000), a "divisão do trabalho" entre a cidade e o campo é

desigual e injusta. Não é preciso ser marxista ou ter estudado ciências econômicas para saber que "é o dinheiro que comanda". Na indústria do turismo, o dinheiro vem dos grandes centros, das zonas altamente produtoras e é para lá que volta, na maioria das vezes. É claro que às populações das periferias dispõem de dois outros meios de produção indispensáveis: o solo e o trabalho. Mas os habitantes e os empresários e empreendedores das metrópoles podem adquiri-los a preços módicos. Para obterem vantagens da fortuna que proporciona o turismo, os autóctones vendem o trabalho e o solo a preços baixos.

Segundo Reinaldo Dias (2003), o turismo foi durante muito tempo considerado uma atividade econômica limpa, não poluente e geradora de amplo leque de oportunidades. Contrariando essa hipótese, os resultados preliminares obtidos com esta pesquisa, vem desnudar as outras faces da atividade turística em curso neste núcleo receptor, a saber: crescimento desordenado, degradação ambiental, especulação imobiliária, exclusão da população nativa, importação, ocupação desordenada dos espaços urbanos (favelas), prostituição, tráfico de drogas e vazamento da renda.

Por fim, levando-se em consideração os dados da HVS Internacional, responsável por prestar consultoria ao Instituto de Turismo de Itacaré (ITI), o fluxo anual de turistas para o destino é de 120.000. Segundo alguns estudos, a capacidade de carga do Município é de cerca de 20.000 turistas. Diante deste fato, fica evidente, que é necessário criar estratégias para combater essa concentração principalmente na alta estação. Pois tal ocorrência é extremamente grave, pondo em risco a sustentabilidade da atividade turística a longo prazo.

Notas

- ¹ Organização Mundial de Turismo.
- ² Órgão Oficial de Turismo da Bahia.
- ³ Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- ⁴ Banco do Nordeste do Brasil.
- ⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ⁶ Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia.
- ⁷ Instituto de Turismo de Itacaré.
- ⁸ Tour Operators Initiative.
- ⁹ Nome Científico do Fungo "*Crinipelis perniciosas*" (OLIVEIRA, 2004).
- ¹⁰ Palavra da língua dos índios kaxinawá (do Acre) que significa mais do que companheiro, a outra metade de cada um.
- ¹¹ Palavra grega que quer dizer a força feminina.
- ¹² Meios de Hospedagem (albergues, hotéis e pousadas).

Referências

BAHIATURSA. *Oferta hoteleira costa do cacau*: município de Itacaré. Salvador: DST - Diretoria de Serviços Turísticos. Disponível em: <http://www.bahiatursa.gov.br>. Acessado em: 15 mar. 2006.

BANDEIRA, A. da S. *A política do turismo na Bahia e a apropriação do espaço litorâneo: o exemplo de Itacaré*. 2002. 237p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia.

BARRETO, Margarida. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, v. 9, n. 20, p. 15-29, out. 2003. ISSN 0104-7183.

BARTELÓ, Cassandra. Costas da Bahia. *ViverBAHIA*, Salvador, ano 5, n. 8, p. 30-31, 200.

_____. Novos destinos na Bahia. *ViverBAHIA*, Salvador, ano 5, n. 8, p. 6, 200.

BONFIM, Marcos Vinicius. *Análise da capacidade de geração de emprego e renda setor de alimentos e bebidas da cadeia produtiva do turismo no município de Ilhéus*. 2001. 57p. Monografia (Graduação em Economia) - UESC.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. *Informações municipais*: Itacaré-BA. Disponível em: [http://www.portalmunicipal.org.br/v6/economia/...](http://www.portalmunicipal.org.br/v6/economia/) Acesso em: 22 mar. 2006.

COOPER, Chris et al. *Turismo: princípios e práticas*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 559p.

DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.

DOLIS, Rosangela. *Consciência ecológica, a chave do sucesso de Itacaré*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/parceiro/click21/noticias/2003/dez/03/97.htm>. Acesso em: dez. 2003.

FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Márcio Ferreira. *Economia do turismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

IBGE. *Cidades*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/cidadesat/...](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/) Acesso em: 22 mar. 2006.

ITI. Instituto de Turismo de Itacaré. *Plano Itacaré 2.015*. HVS Internacional. Itacaré, 2005.

KENT, Micel. *The Hidden Stone Discovered: tourism, environmental preservation and social conflict in the Brazilian town of Itacaré; an Analysis of discourses*. MA - Thesis in Cultural Anthropology. Vrije Universiteit, Amsterdam, August 2000.

KRIPPENDORF, Just. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Trad.: Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2000. (Série Turismo). 186p.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. *Economia do turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1991 (Coleção Turismo). 122p.

LEAL, Flávia Pereira. *O multiplicador turístico de Itacaré-BA: o caso dos meios de hospedagem*. 2005. 44p. Monografia (Graduação em Economia) - UESC.

LINDBERG, Kreg; HAWKINGS, E. Donald. *Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão*. 2. ed. São Paulo: [s.n.], 1999. 289p.

MOESCH, Marutschka Martini. *A produção do saber turístico*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOREAU, Ana Maria S. Santos. *O potencial ecoturístico de Itacaré: repercussões no desenvolvimento sustentável do município*. ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 7. Anais... Ilhéus: Editus, 2004. 13p.

MOREAU, Maurício Santana. *Mapa de localização do município de Itacaré - Bahia*. 1 mapa. Escala 02.55-10 Km. 2006.

- OLIVEIRA, Elton Silva. *O perfil da demanda turística nos municípios de Ilhéus e Itacaré, Bahia: uma análise comparativa para o ano de 2002*. 2004. 39p. Monografia (Graduação em Economia) – UESC.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. *Turismo internacional: uma perspectiva global*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- REIS, D.S.J. dos. *Comportamentos de indicadores socioeconômicos do município de Itacaré de 1971 a 1996*. 2002. 56p. Monografia (Graduação em Economia) – UESC.
- REBOUÇAS, R.C. *As faces do turismo em Itacaré. ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA, 6 Anais...* Salvador: Editus, 2002. 8p.
- RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997. (Coleção Turismo). 199p.
- SANTOS, Milton. *Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHLÜTER, Regina G. *Metodologia de pesquisa em turismo e hotelaria*. Trad. Tereza Jardini. São Paulo: Aleph, 2003. (Série Turismo). 192p.
- SOUZA, Ana Paula Andrade. *O turismo como transformador do espaço em Ilhéus e Itacaré, Bahia*. 2005. 129p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – UESC.
- TOI. Tour Operators Initiative: for sustainable tourism development. *Destino Itacaré, Bahia, Brasil – Relatório*. Novembro, 2005. 12p.
- TORRES, A. P. *Capacidade de carga turística como fator de sustentabilidade ambiental: o caso da cidade de Itacaré*. 2001. 51p. Monografia (Graduação em Economia) – UESC.

Utilitarismo, política e cultura na agenda das águas*
Utilitarianism, politics and culture in the agenda of the waters
L'utilitarisme, la politique et la culture dans le programme des eaux
Utilitarismo, política y cultura en la agenda de las aguas

Rodrigo Constante Martins**

Recebido em 22/2/2007; revisado e aprovado em 29/3/2007; aceito em 2/7/2007

Resumo: Este trabalho apresenta uma crítica conceitual à compreensão neoclássica da questão ambiental. O artigo propõe uma análise do modelo lógico-dedutivo usado pela economia ambiental neoclássica para a interpretação dos modernos conflitos sócio-ambientais. Apresenta uma revisão crítica dos princípios neoclássicos partindo do caso do uso e acesso aos recursos hídricos. Particularmente, o trabalho tratará do uso de instrumentos econômicos na experiência de política de águas no Brasil.

Palavras-chave: política ambiental; sociedade e recursos hídricos; sociologia ambiental.

Abstract: This work presents a conceptual critique about the neoclassical comprehension of the environmental question. The article proposes an analysis of the logical-deductive model used by the neoclassical environmental economy for the interpretation of the socio-environmental conflicts. It presents a critical revision of the neoclassic principles starting from the case of the access to water resources. Particularly, the work will treat the use of economical instruments of environmental policy experience of the water management in Brazil.

Key words: environmental political; society and water resources; environmental sociology.

Résumé: Ce travail présente une critique conceptuelle à la compréhension neo-classique dans la question environnemental. L'article propose une analyse du modèle logique-déductif pratiqué par l'économie environnemental neo-classique pour l'interprétation des modernes conflits socio- environnementaux. On présente une révision critique des principes neo-classiques à partir de l'emploi et de l'accès aux ressources hydriques. Notamment, le travail traitera de l'emploi de l'outils économiques dans l'expérience de la politique de l'eau au Brésil.

Mots-clés: politique environnemental; société et ressources hydriques; sociologie environnemental.

Resumen: Este trabajo presenta una crítica conceptual a la comprensión neoclásica de la cuestión ambiental. El artículo propone un análisis del modelo lógico deductivo usado por la economía ambiental neoclásica para la interpretación de los modernos conflictos socio ambientales. Presenta una revisión crítica de los principios neoclásicos, partiendo del caso del uso y acceso a los recursos hídricos. Particularmente, el trabajo tratará del uso de instrumentos económicos en la experiencia de política de aguas en Brasil.

Palabras clave: política ambiental; sociedad y recursos hídricos; sociología ambiental.

Introdução

A temática do acesso aos recursos hídricos conquistou grande abrangência científica e política no decorrer das últimas três décadas. Publicações e conferências científicas sobre o tema, bem como encontros multilaterais envolvendo técnicos e chefes de governo, revelam a consolidação da questão hídrica na agenda política internacional.

Do ponto de vista simbólico, também têm sido recorrentes as iniciativas de re-significação do recurso, associadas, no mais das vezes, à importância mercantil que lhe foi conferida ao longo do século XX. Classifica-

da por muitos como *ouro azul* ou mesmo *petróleo* do século XXI, a água segue sendo pauta do debate por aquilo que comumente tem fornecido significado político aos demais recursos ambientais neste início de século, a saber, sua dimensão econômica.

Esta re-significação do recurso, alçado à categoria de capital natural, também repercute na construção de novas estruturas de gestão, voltadas fundamentalmente para o ideal econômico da alocação eficiente dos fatores de produção. Neste sentido, a adoção dos chamados *instrumentos econômicos* de gestão ambiental vem sendo apontada como solução eficaz para o ajustamento do

* Uma versão preliminar deste trabalho, intitulada *Territoire, nature et théorie sociale: ambivalences sur la notion de développement durable*, foi apresentada na mesa-redonda *Territoires et interactions nature-société* do *Colloque International Interactions Nature-Société* (La Baule/Loire-Atlantique, França), organizado pela Universidade de Nantes, Universidade da Bretanha Ocidental, Universidade da Normanda, Universidade de Rennes 2 e pelo CNRS (LETG - UMR 6554). A realização do trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP-Brasil) e da Maison des Sciences de l'Homme (MSH-França).

** Sociólogo. Bolsista de pós-doutorado FAPESP e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: rodrigo@iris.ufscar.br.

consumo social da água. Tais instrumentos teriam o mérito maior de fazer refletir, através de mecanismos de mercado, os níveis de escassez relativa do recurso, induzindo os agentes econômicos a adotarem condutas *racionais* de uso do capital natural.

Dos aspectos de maior complexidade envolvidos na temática hídrica, certamente os problemas das instituições e dos instrumentos de regulação ocupam posição de destaque. Os arranjos institucionais envolvidos na criação de ambientes descentralizados de gestão, bem como o caráter universalizante dos instrumentos de intervenção, têm fornecido novos questionamentos para os que seguem atentos à necessidade crescente de reflexão sobre os pressupostos conceituais correntes relacionados com a questão hídrica.

Neste artigo buscaremos desenvolver breves reflexões sobre o aparato conceitual e os valores sociais envolvidos na construção das políticas públicas para a regulação do uso e acesso à água. Mais especificamente, trataremos do emprego de instrumentos econômicos de política ambiental na experiência brasileira de gestão das águas, notadamente alicerçada na governança local do recurso. Para tanto, o texto divide-se em três partes. Na primeira discutiremos os pressupostos conceituais do utilitarismo neoclássico, base teórica de parcela significativa das políticas de gestão dos recursos naturais em geral e das águas em particular. Na segunda parte apresentaremos algumas alternativas de crítica sociológica ao aparato conceitual utilitarista, ressaltando as distintas esferas que compõem os quadros de sociabilidade e de orientação das práticas de grupos sociais distintos. Na terceira parte trataremos dos limites que os princípios da mercantilização dos recursos naturais colocam para um aprofundamento da crítica às estratégias capitalistas de uso dos processos ecossistêmicos para a produção de valores excedentes. Por fim, nas considerações finais, será feita uma síntese das principais implicações das discussões empreendidas ao longo do texto.

1 Os instrumentos econômicos na regulação público-ambiental

A economia ambiental neoclássica tem fornecido um importante suporte conceitual para a adoção em escala internacional de instrumentos econômicos para a gestão dos recursos naturais (JACOBS, 1994; MARTINS, 2004). No nível das políticas públicas, este suporte conceitual fornece os fundamentos para a hipótese do *Princípio do Poluidor Pagador*, adotado pela legislação ambiental de grande parte dos países filiados à OCDE (Organisation de Coopération et de Développement Economiques). De acordo com tal princípio, o agente social poluidor deve arcar com as despesas para manter o meio ambiente dentro de parâmetros aceitáveis de qualidade, sustentando, por conseguinte, a hipótese de que, ao ser penalizado pela cobrança no uso deletério da água, o poluidor seria induzido a adotar práticas menos onerosas ao meio ambiente (OCDE, 1992). No caso dos agentes econômicos, tal indução *per si* proporcionaria condições suficientes para a adoção de novas estratégias tecnológicas de uso dos recursos naturais.

Na construção epistemológica do referido princípio – que, em consonância com o utilitarismo neoclássico, segue uma lógica estritamente hipotético-dedutiva, onde os conceitos aplicadas na análise *derivam* abstratamente uns dos outros¹ –, supõe-se que o agente econômico isoladamente induziria o progresso técnico, respondendo rapidamente à demanda de sustentabilidade ambiental. Contudo, tal resposta justificaria menos pela legitimidade dos valores da sustentabilidade ambiental ante ao cálculo econômico do agente do que pela ameaça de custos adicionais que o não atendimento à demanda de sustentabilidade lhe acarretaria. No caso da aplicação do *Princípio do Poluidor Pagador* à gestão das águas, espera-se que a insistência de um agente na adoção de um mesmo padrão de uso e descarte de água pelo agente leve ao aumento dos seus custos de produção, custos estes que, repassados ao preço final de seus produtos, diminuirá sua competitividade. Assim, seria esta uma forma de internalização do problema ambiental pelos agentes econômicos tida pela OCDE como legítima e urgente de

ser instaurada nos países que atravessam situações limite.

Nestes termos, a criação de mercados de água e a valoração do recurso surgem como processos de significação por excelência da questão ambiental em nível social. Por intermédio da instauração destas novas institucionalidades, as situações de degradação e escassez relativa dos recursos hídricos seriam naturalmente incluídas no cálculo racional-econômico dos agentes consumidores, que, por sua vez, seriam incitados a definir formas de uso mais sustentáveis de tais recursos.

No concernente à experiência internacional de gestão das águas, os instrumentos econômicos mais utilizados para a garantia de usos mais eficientes do recurso têm sido os orientados para a criação de *mercados de água* e para formas de cobrança pelo uso dos recursos hídricos – *a valoração da água*.

Na América Latina, o Chile é atualmente o único país que dispõe de legislação que estabelece um claro sistema de direitos transacionáveis do uso e acesso à água. Datada de 1981, a legislação chilena garante a negociabilidade dos direitos de água, permitindo o intercâmbio entre as formas de uso (LEE; JURAVLEV, 1998). Contudo, historicamente, menos de 3% das transações comerciais ocorreram com mudanças na modalidade de uso do recurso, sendo que, do total de transações (considerado como excessivamente baixo para a consolidação de um mercado efetivo), cerca 94% ocorreu entre fazendeiros. Não por outra razão, conforme demonstra Galaz (2004), grande parte dos conflitos no acesso ao recurso no país envolvem, de um lado, usuários de *clusters* agroindustriais, e de outro, camponeses e comunidades indígenas.

Já em relação à cobrança pelo uso da água, as experiências latino-americanas mais expressivas são a mexicana e a colombiana. No México, a cobrança, seguindo o *Princípio do Poluidor Pagador*, é praticada sobre os despejos efetuados por municipalidades ou indústrias que excedam limites determinados de poluição (BELAUSTEGUIGOITIA; CONTRERAS; GUADARRAMA, 1996). Coordenado pela Comissão Nacional de Água, o atual sistema de cobranças, em vigor desde 1991, enfrenta problemas institu-

cionais (dado seu caráter centralizado) e de resistência de distintos seguimentos sociais à precificação do recurso. De acordo com Castro (1998), a valoração da água no país foi seguida da elevação do número de ligações clandestinas, dando assim margem ao acirramento dos conflitos entre usuários e poder público. Além disso, o autor ainda destaca a existência de grandes disparidades no poder de negociação de diferentes seguimentos sociais diante das instituições públicas responsáveis pela regulação do acesso à água, ressaltando também o uso político do recurso por parte dos poderes locais.

Na Colômbia, o sistema de cobrança pelo uso da água é descentralizado. A responsabilidade pela execução da cobrança é das Corporações Autônomas Regionais. Desde 1942, o valor cobrado era normalmente calculado com base na tentativa de cobrir custos de operação dos sistemas de monitoramento. A partir de 1993, quando da aprovação da nova legislação ambiental do país, a cobrança por poluição passou a ser definida pelo custo dos danos causados aos “serviços” ambientais. Contudo, a complexidade que envolve a determinação do valor monetário dos “serviços” ambientais e sua tradução em preços para segmentos usuários vem tornando o sistema institucionalmente custoso e socialmente questionável, tendo oposição forte e organizada de poluidores e usuários (RUDAS; RAMIREZ, 1996).

No Brasil, o modelo francês tem sido a principal referência para a construção dos arcabouços institucionais nacional e estaduais de gestão dos recursos hídricos². Em nível federal, a lei 9.433 de 1997, ao instituir a Política Nacional de Recursos Hídricos, definiu em seu artigo quinto que a valoração seria o instrumento privilegiado de ação política de controle ambiental. Dado o caráter descentralizado da gestão das águas no país, nos rios de domínio da União, cumpre aos Comitês de Bacia Hidrográfica³ a implementação da cobrança. No caso dos rios de domínio estadual, são os estados da federação os responsáveis pela regulamentação do sistema de cobrança.

Desde 2003, em nível federal, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos é praticada pelo Comitê do rio Paraíba do Sul, que envolve municípios dos estados de São Pau-

lo, Rio de Janeiro Minas Gerais. Em nível estadual, o Ceará implementou a cobrança no final de 1998. No estado de São Paulo, o projeto de lei que regulamenta a cobrança nos rios do estado tramita em regime de urgência na Assembléia Legislativa estadual desde dezembro de 2000. Neste último caso, a pressão de grupos de usuários e mesmo a indisposição do executivo estadual em aceitar a gestão integral Comitês de Bacias Hidrográficas sobre os recursos arrecadados são alguns dos impasses para a aprovação da cobrança no estado (MARTINS; VALENCIO, 2003).

De maneira geral, no Brasil, o princípio da mercantilização da água, sobretudo através das estratégias de valoração, vem sendo amplamente defendido por movimentos ambientalistas e pelas instituições descentralizadas de gestão ambiental (Comitês de Bacia Hidrográfica). As justificativas comumente manifestadas em favor do princípio estão, por parte dos movimentos ambientalistas, relacionadas à perspectiva de penalização dos agentes poluidores, e, por parte das instituições gestoras, voltadas à arrecadação de recursos financeiros para as atividades de gerenciamento.

Considerando as motivações políticas que seguem assegurando a expansão das estratégias de mercantilização da água não só no Brasil, mas nas sociedades latino-americanas como um todo, nos parece que, em termos de reflexão científica, fazem-se necessários novos esforços de interpretação crítica dos principais termos envolvidos na noção de valoração ambiental. Ou seja, se por um lado as necessidades de recursos financeiros para a gestão ambiental e de enquadramento jurídico dos agentes poluidores são inquestionáveis, por outro, é preciso atentar para a *não-naturalização* de noções lógico-dedutivas que pouco contribuem para a construção de políticas públicas condizentes com a complexidade das disputas sócio-ambientais.

Do ponto de vista da análise sociológica, são vários os caminhos de interpretação crítica que podem ser desenvolvidos sobre os princípios da mercantilização dos recursos naturais. Dentre tais caminhos, buscaremos aqui percorrer brevemente os contornos essenciais de duas alternativas interpretativas, quais sejam: a das dimensões extra-

econômicas do comportamento econômico dos agentes sociais, e; a da crítica ao padrão capitalista de uso e acesso aos processos ecossistêmicos.

2 O mercado e as demais esferas de sociabilidade

Diante da situação de hegemonia teórica dos pressupostos neoclássicos da economia ambiental na construção de políticas público-ambientais, parece ser de grande valia a proposição de outros olhares como alternativas de compreensão das disputas sócio-ambientais. Em grande medida, estes novos olhares podem partir do resgate de críticas já produzidas por interpretações sociológicas e antropológicas dos limites empíricos e conceituais da análise utilitarista dos fenômenos sociais. Neste resgate, as obras de autores como Pierre Bourdieu e Marcel Mauss podem fornecer novas luzes às esferas de sociabilidade que estão para além das determinações econômicas imediatas.

Em estudo sobre a crise da agricultura tradicional na Argélia, Bourdieu (1963) destaca o quão limitante pode ser, do ponto de vista analítico, a universalização do *homo oeconomicus* utilitarista. Ao tratar das transformações da ordem econômica e social do campesinato argelino durante o período de domínio francês sobre o país, o autor evidenciou o papel desempenhado pelo conjunto dos saberes empíricos, transmitidos pela educação difusa, sobre o agir dos membros de grupos sociais específicos. No caso dos camponeses argelinos, as categorias econômicas capitalistas – tais como a previsão, a organização técnica do trabalho, o crédito e a troca monetária –, ao serem confrontadas com a consciência temporal campesina, foram por esta assimiladas não através de sua essência ou *tipo puro*. Ao contrário, tais categorias foram depuradas pelas noções de previdência, de ajuda (baseada em laços de consangüinidade reais ou fictícios) e de troca de dons com base na tradição do grupo social.

As transações culturais efetuadas entre estruturas temporais distintas promoveram, neste caso, uma nova conjuntura social sem o predomínio indistinto da ideologia colonial ou mesmo do tradicionalismo local. Do jogo de oposições e valores da economia

simbólica resultou aquilo que Bourdieu e Sayad (1964) denominaram de *coexistência dos contrários*, onde o ethos moderno do comportamento econômico capitalista passou a coexistir, em cada sujeito, com os modelos e o ethos herdados da tradição.

Destarte, a possibilidade de coexistência de distintos ethos e da composição de novos *habitus* que re-significam categoriais econômicas é não apenas possível, mas absolutamente pertinente para a construção de visões prospectivas sobre o comportamento dos grupos sociais ante às novas temporalidades que a mercantilização dos recursos naturais incitam. No caso brasileiro, em particular, se considerarmos a diversidade de construções simbólicas em torno das águas, os grupos sociais que têm na interação com o recurso seu núcleo de sociabilidade (tal como os pescadores artesanais profissionais e certas comunidades ribeirinhas tradicionais) e as diferentes formas de interpretação da importância do recurso para a conservação ambiental e dos modos de produção material sobre a natureza, logo verificar-se-á a premência das interpretações sobre as distintas formas de interpretação e adequação dos segmentos sociais diante dos propósitos das estratégias de mercantilização da água. Ou seja, torna-se possível supor que a universalização do cálculo utilitarista da economia ambiental simplifica as expectativas em torno de supostas condutas econômico-racionais de uso do recurso ambiental⁴.

Ainda sobre a constituição das categorias econômicas, é importante ressaltar que a sociedade cria formas diversas de trocas, que se relacionam e se retroalimentam. Neste sentido, cumpre destacar a assertiva de Mauss (2003) de que os mercados são constituídos de práticas econômicas que são, simultaneamente, políticas e culturais⁵. Em seu *Ensaio sobre a Dádiva*, o autor interpreta a troca como um fato social total, cujas regras manifestam-se simultaneamente na moral, na religião, no direito, na economia, na política, na organização das relações de parentesco e na estética da sociedade em questão. Neste sentido, os indivíduos não podem ser concebidos como estátuas econômicas, posto que também são agentes políticos, culturais e pessoas morais. É justamente por esta razão que, ao se supor a conduta racional

do agente econômico diante dos mecanismos de valoração da água, está-se absolutizando a dimensão econômica da conduta social e refletindo-se sobre um agente abstrato, fracionado em sua integridade social.

Este superdimensionamento do cálculo econômico na conduta individual em ambientes de mercado é, tal como sugere Sahlins (2001), uma expressão da própria cultura permeada pela hegemonia da razão utilitária. Tal razão, fundamento da visão moderna de racionalidade econômica, é, do ponto de vista cultural, a maneira pela qual as sociedades ocidentais vêm se experimentando desde o início do século XX. Equivocadamente, este modo de experimentação social segue sendo reificado como único fundamento para a explicação das propriedades das relações sociais, desconsiderando que mesmo a *utilidade* é composta por dimensões simbólicas que escapam ao universo dos fluxos de oferta e demanda dos mercados.

Senão, como interpretar as práticas culturais de segmentos diversos em relação às águas tomando como referência as noções de utilidade e conduta racional sustentadas pela economia ambiental? Ou, como interpretar a resistência à precificação da água por aqueles que a concebem como recurso sagrado, sem possibilidade de representação no universo das mercadorias? Neste caso, tratar-se-ia simplesmente de uma conduta residual, nos termos paretianos?⁶ Ou ainda, no sentido antropológico, como compreender os ritos da Festa do Divino, parte do folclore bandeirante paulista, ou as tradicionais Festas dos Pescadores e as práticas religiosas sobre as águas, tão presentes em cidades ribeirinhas, a partir das posições sociais de *ofertante* e de *consumidor* do utilitarismo neoclássico? Qual será a resposta racional dos que cotidianamente mantêm com as águas práticas simbólicas que estão para além dos ajustamentos de mercado?

Desta sorte, podemos afirmar que mesmo a noção de *racionalidade econômica* constitui-se também em construção conceitual de relativo alcance. Do ponto de vista cultural, esta noção reafirma o modo utilitário de experimentação do cotidiano social; do ponto de vista da construção do conhecimento, dissocia a ação social dos demais processos que lhe compõe. Como nos esclarece Santos

(2002), esta fragmentação da ação social propiciou o reducionismo das concepções modernas de *regulação* e *emancipação*. Isto porque a emancipação moderna tornou-se estritamente associada à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência, voltada à produção totalitária do saber e promissora da dominação plena da sociedade sobre os recursos naturais. A regulação, por sua vez, foi associada, com larga contribuição do utilitarismo neoclássico, à livre atuação das forças de mercado. Deste modo, o pragmatismo do paradigma da racionalidade econômica, reduzindo em nível analítico as várias dimensões envolvidas nos processos de desenvolvimento social, de produção de saberes e de regulação institucional de práticas sociais, foi alçado à condição de *parâmetro supradimensional* para a problematização de quaisquer temas relativos à sociedade, política, economia, ciência e cultura em tempos de modernidade.

Com efeito, as relações sociais não são balizadas somente pelas disputas econômicas por benefícios. Como bem acentua Mauss (2003), em sociedade, não são apenas as mercadorias que circulam, mas também as pessoas, os nomes, palavras, os títulos (prestígio) etc. Por esta razão, cálculos de custo-benefício não refletem os distintos instrumentos sociais empregados nas práticas cotidianas de classes e grupos. Outras regras e recursos sociais interferem nas ações individuais. A experiência dos grupos sociais, por exemplo, através da construção de saberes e valores sobre o ambiente e sobre a própria sociedade (incluindo as percepções sobre as relações de poder, a construção de ideologias e de identidades sociais, dentre outras), é um instrumento de percepção social decisivo para os eventuais redimensionamentos da relação sociedade-natureza.

3 Sociedade, capital e meio ambiente

Outra dimensão que passa ao largo das políticas de gestão das águas baseadas em instrumentos econômicos é a crítica à moderna estrutura de produção de valores excedentes. Ou seja, em sentido macro, as intervenções baseadas na simples criação de ambientes de cálculo econômico de custo-benefício para a alocação de recursos des-

prezam o debate mais amplo – e importante – acerca dos pilares da produção social sob o capitalismo. Na análise da economia ambiental, as contradições deste modo de produção social são ignoradas.

Tal como ressalta Martins (2004) a partir de um resgate do materialismo dialético para os estudos sócio-ambientais, sob o capitalismo, *produção imediata* e *consumo* se retroalimentam, formando uma totalidade *concreta* (no sentido da unidade do diverso), que é mantida por um complexo processo de particularização, que envolve experiência, cultura e assimetrias econômicas e políticas. Nas sociedades modernas, a poluição ou o consumo desregrado dos recursos naturais não são resultados da ausência de práticas capitalistas “racionais” e de mercados para os “bens” ambientais, tal como sugere a economia ambiental; são essencialmente expressões das práticas que integram o chamado *cálculo* capitalista.

A economia ambiental, contudo, parte da poluição ou do consumo desregrado dos processos ecossistêmicos como fato dado e auto-explicativo, relacionado tão somente com práticas isoladas que externalizam prejuízos econômicos. Tal procedimento vem significando um simples questionamento técnico sobre a situação imediata da degradação ambiental, de modo que as relações sociais que sustentam tanto os processos de produção econômica quanto as formas de apropriação e uso dos recursos naturais permanecem intocadas pelo questionamento científico.

Mesmo a questão tecnológica, ao ser abordada pelo olhar da economia ambiental, reduz sobremaneira o processo de geração de conhecimento nas disputas capitalistas. No caso da gestão das águas, crê-se que os custos da poluição, ao serem sinalizados por instrumentos de mercado, induzirão novos comportamentos dos agentes econômicos. Todavia, como destaca Cardoso (1964), o inovar sob o capitalismo pode significar tanto a realização de novas combinações, aumentando o domínio técnico sobre os fatores de produção, quanto a conquista de posições-chave na sociedade pelos agentes econômicos, abrindo campo de influência de domínio político. Por esta razão, qualquer inferência sobre a racionalidade

capitalista deve supor relações de dominação social que perpassam as esferas do trabalho imediato, de sua divisão social e, em sentido mais amplo, da produção social de conhecimento tecnológico. Este conhecimento, desta feita, não se torna apropriado pelo movimento de produção de valor, mas, pelo contrário, é dele resultante.

Também no caso dos comportamentos de consumo dos agentes sociais, é pertinente destacar que, ao atuarem em estruturas sociais de mercado, estes agentes mantêm as relações de domínio/subordinação tecidas em outras esferas de sociabilidade. Isto significa considerar que, na criação de instrumentos de mercado para os recursos ambientais, as disputas que ali serão constituídas não deixarão de reproduzir outras conjunturas de relações sociais assimétricas. Neste sentido, como demonstram Castro (1998), no caso da valoração da água no Chile, e Martins (2006), no caso do projeto de valoração da água nas áreas rurais do estado de São Paulo (Brasil), os conflitos estabelecidos nos vários níveis das práticas sociais contribuirão para situar os agentes também diante dos “mercados” ambientais. Sem embargo, abstrair estes mercados dos demais contextos de sociabilidade significa desprezar a possibilidade de compreensão da real complexidade que envolve os conflitos sócio-ambientais modernos.

Desta sorte, além da compreensão histórica dos processos de uso e apropriação dos recursos ecossistêmicos, também faz-se necessária a análise da transformação social da natureza através de um dado território, com formação histórica específica e relações próprias de dominação. Neste âmbito, a produção social de valores excedentes nos espaços sociais ganha nova dimensão, porquanto abre caminho para a problematização da relação *sociedade-natureza* a partir da disputa entre grupos e classes sociais pela hegemonia nas formas de uso, regulação e apropriação da natureza local. Além disso, do ponto de vista analítico, os processos ecológicos circunscritos aos ambientes de produção de valor adquirem um conteúdo histórico que ultrapassa a simples condição de base biofísica dos processos de acumulação.

Em síntese, o que a concepção da relação sociedade-natureza presente no instru-

mental conceitual da economia ambiental deixa de esclarecer é justamente a emergência de novas contradições nas formas capitalistas de sociabilidade. Ou, ainda, mantém obscuros os processos que revelam mais elementos da crise da *sociedade produtora de valores excedentes*, posto que seu modo de reprodução social não é capaz de incorporar em sua lógica, dentre outros, a situação de finitude dos recursos ecológicos.

No propósito de tornar estes limites analíticos mais nítidos, Stahel (1999) propõe oportunamente que a abordagem crítica deva dirigir-se aos fundamentos da sociabilidade capitalista, que em sua concepção mecânico-instrumental de tempo não consegue dar conta da dimensão sistêmica da produção social. O limite deste modo de sociabilidade estaria em sua incapacidade de assimilação do tempo como um recurso essencialmente interno à produção capitalista. Ao ser concebido externamente, como instrumental a ser “controlado” pelo ritmo de produção, o tempo deixa de ter significado sistêmico, ou seja, não mantêm associado às suas representações os limites que ele próprio, como categoria indissociável das práticas sociais, incorpora às ações individuais e às esferas de sociabilidade.

Como bem pontua Leff (1995), a tentativa de pensar a articulação entre *sociedade e natureza* exclusivamente em função das categorias de investimentos de capital e utilidade marginal dos fatores de produção impossibilita a compreensão dos processos ecológicos como integrantes da história social. Na medida em que as condições ecológicas do processo produtivo surgem como externalidades do sistema econômico, as contribuições dos processos ecossistêmicos e da própria produtividade ecológica à geração de riqueza passam a ser negligenciadas, juntamente com as diferenças entre a produção de valores de uso e valores excedentes. Isto impediria uma análise da transformação ecossistêmica derivada da apropriação social dos recursos naturais como objeto e meio de trabalho para a produção de mercadorias, o que, por sua vez, repercutiria negativamente na construção de alternativas políticas para os grandes temas da moderna crise sócio-ambiental – como é o caso da questão hídrica.

Portanto, no âmbito histórico-estrutural, é importante o estabelecimento de conhecimentos complexos para a promoção de políticas públicas para o uso e acesso sustentáveis das águas no Brasil. Neste sentido, torna-se de grande relevância o esforço de integrar os conflitos de gestão do recurso às relações dinâmicas da dialética do particular-universal. Este esforço, ao dispor-se a interpretar a complexidade das esferas de sociabilidade historicamente inscritas nos modos de interação da sociedade com a natureza, permite a construção de cenários de políticas públicas mais condizentes com o cotidiano dos grupos e classes que possuem interesses concretamente situados diante das potencialidades ecológicas e sociais.

Considerações finais

Este artigo não teve como objetivo propor soluções fechadas para a regulação público-ambiental dos recursos hídricos no Brasil. Também não ousou, em razão de sua extensão, construir cenários sobre a gestão das águas no país ou mesmo sugerir críticas sistemáticas aos modelos pontuais de políticas vigentes. Visou tão somente pontuar questões importantes para o debate em torno da sustentabilidade social e ambiental do uso e acesso à água em nível *lato*, permitindo-se menos atender às especificidades regionais de gestão do que mencionar referenciais analíticos importantes para tal empreendimento.

No concernente às estratégias de valoração das águas, parece adequado avaliar sua conveniência social com base em dois critérios não excludentes de apreciação de políticas públicas, quais sejam, os de *extensão* e *densidade*. Conforme discutido ao longo do texto, a *extensão* pretendida pelos princípios conceituais dos instrumentos econômicos de gestão dos recursos naturais é bastante ampla, posto que, em um contexto lógico-dedutivo, dissemina as hipóteses do utilitarismo econômico para todas as esferas da vida em sociedade. Entretanto, justamente por aprisionarem os referenciais da experiência social aos mecanismos de conduta econômica, as estratégias de mercantilização da água apresentam baixa *densidade informacional*, uma vez que não fornecem suportes em seus princípios de política para

as dimensões extra-econômicas da relação sociedade-natureza.

Como procurou-se ressaltar através dos marcos críticos aqui abordados, há sempre uma intencionalidade simbólica corporificada no código de recursos socialmente desejáveis. Isto significa dizer que um recurso natural não pode ser reduzido à sua dimensão econômica mesmo para os que o observam como tal; ele também é recurso simbólico que corporifica signos culturais, ocupando assim posição no conjunto hierárquico das trocas simbólicas. Evidentemente, em razão de sua posição neste conjunto hierárquico, suas dimensões políticas e econômicas assumem significado particular para sociedades e grupos sociais determinados.

Por fim, mesmo na análise histórico-estrutural das condutas econômicas nos mercados capitalistas, o formalismo da análise utilitarista impede a problematização do mercado como instituição política, palco de disputas que se estruturam em outros contextos (ou campos) de sociabilidade. Ou seja, no curso da análise sócio-ambiental, este formalismo impede a constatação de que os grupos e classes não apenas criam bases materiais distintas para seus modos de vida, mas também interpretam de formas diversas a construção dos modos de vida, das identidades culturais e da experiência social sobre as potencialidades ecológicas.

Notas

- ¹ Neste sentido, a própria Economia Ambiental, com as noções de *equilíbrio* e *externalidade*, surge como derivação do neoclassicismo no campo da ciência econômica. A propósito deste caráter lógico-dedutivo do utilitarismo neoclássico, ver Wolff e Resnick (1988).
- ² Calçado em legislação da década de 60, o modelo francês de gestão dos recursos hídricos define a bacia hidrográfica como unidade administrativa de gestão das águas nacionais, além de também garantir a cobrança pelo uso da água para os agentes públicos e privados que contribuam para a deterioração da qualidade do recurso. A propósito do modelo francês de gestão das águas, ver Barraqué (1991).
- ³ O Comitê de Bacia Hidrográfica é definido por lei como a instância governança descentralizada das águas. Trata-se de um colegiado composto por diversos segmentos sociais envolvidos na gestão dos recursos hídricos. Atua na definição das prioridades, programas e projetos componentes dos Planos de Recursos Hídricos. O estado de São Paulo, por exemplo, é atualmente dividido em 20 Comitês de Bacias Hidrográficas, que compõem o Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIGRH).

⁴ Este é o caso, por exemplo, da expectativa do Banco Mundial (1998, p. 80) de que “as tarifas de água e incentivos fiscais podem incentivar as firmas a adotarem tecnologias para economizar e conservar a água, incluindo sistemas de reciclagem. Tais tecnologias e alternativas de gerenciamento tornarão fácil a conservação da água e a reutilização”. No caso da agricultura – e em particular, da agricultura camponesa ou *familiar* –, a despeito das dimensões culturais e ambientais envolvidas na decisão *do que plantar*, bem como da estrutura agrária que pode determinar-lhe *onde e como plantar*, o banco acredita que “da mesma forma, as tarifas podem servir de incentivos aos agricultores para alternarem seu trabalho agrícola para culturas que utilizem pouca água”.

⁵ Alguns autores da economia ambiental consideram que as trocas políticas na gestão dos recursos naturais constituem-se em falhas de governo (ou falhas de intervenção) que justificariam a retirada das autoridades governamentais do núcleo das estratégias de gestão. Na construção deste argumento, supõe-se que a ação econômica pode ser *pura* no sentido de distanciar-se do mundo da política (sendo este identificado em grande medida como restrito ao universo das ações de governo). A propósito da construção deste argumento, ver Turner, Pearce e Bateman (1993) e Gowdy e O'Hara (1995). Para uma interpretação crítica deste argumento, ver Martins (2004).

⁶ A noção de conduta racional em Pareto está intimamente atrelada à conduta lógico-ideal. Em sua obra sociológica, através do método lógico-experimental, Pareto busca explicações para as *ações não-lógicas*, relacionadas ao que chama de *resíduos e derivações*. Mesmo no tratamento das ações não-lógicas o autor mantém o formalismo lógico, ainda considerando a correspondência dos resíduos/derivações com certas ações humanas instintivas. A propósito das noções de resíduos e derivações, ver Pareto (1984).

Referências

- BANCO MUNDIAL. *Gerenciamento de recursos hídricos*. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 1998.
- BARRAQUÉ, B. *Les politiques de l'eau en Europe*. Paris: Éditions la Découverte, 1991.
- BELAUSTEGUIGOITIA, J.C.; CONTRERAS, H.; GUADARRAMA, L. *Market based instruments for environmental policymaking in Latin America and the Caribbean: lessons from eleven countries*. Washington, D.C.: World Bank, 1996. (Country Background Paper).
- BOURDIEU, P. La société traditionnelle: attitude à l'égard du temp et conduit économique. *Sociologie du Travail*, v.1, n.5, p.24-44, 1963.
- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. *Le déracinement: la crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les Éditions de Minut, 1964.
- CARDOSO, F.H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.
- CASTRO, J.E. La lucha por el agua y los derechos de ciudadanía: el caso del Valle de México. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, n. 24, jan./dez. 1998.
- GALAZ, V. Stealing from the poor? Game, theory and the politics of water markets in Chile. *Environmental Politics*, v.13, n.2, p.414-37, summer 2004.
- GOWDY, J.; O'HARA, S. *Economic theory for environmentalists*. Florida: St. Lucie Press, 1995.
- JACOBS, M. The limits to neoclassicism: towards an institutional environmental. In REDCLIFT, M.; BENTON, T. (edits.). *Social theory and the global environment*. London and New York: Routledge, 1994, p. 67-91.
- LEE, T.; JURAVLEV, A.S. *Los precios, la propiedad y los mercados en la asignación del agua*. México: CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1998.
- LEFF, E. *Green production: toward an environmental rationality*. New York-London: The Guilford Press, 1995.
- MARTINS, R.C. Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais. *Sociologias*, Porto Alegre-RS, n.15, p. 288-35, jan./jun. 2006.
- MARTINS, R.C. *A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo*. 2004. Tese (Doutorado) – PPGSEA-USP.
- MARTINS, R.C.; VALENCIO, N.F.L.S. Valoração dos recursos hídricos e impasse sócio-ambiental na agricultura paulista: alguns desafios para a gestão de políticas públicas. *Informações Econômicas*, Instituto de Economia Agrícola, v.33, n.10, p. 28-40, out. 2003.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p.183-314.
- OCDE (Organisation de Coopération et de Développement Economiques). *The Polluter-Pays Principle*. Organisation de Coopération et de Développement Economiques, OCDE/GD (92)81: Paris, 1992.
- PARETO, V. Tratado de sociologia geral. In: RODRIGUÊS, José A. (org.). *Vilfredo Pareto: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, p.32-111).
- RIOS, B.M.; QUIROZ, J. *The market for water rights in Chile: major issues*. The Washington, D.C.: World Bank, 1995. (World Bank Technical Paper, 285).
- RUDAS, G.; RAMÍREZ, J.M. *Water pollution taxes in Colombia*. Background. UNEP-Compendium of Case Study Analysis on the Use and Application of Economic Instruments in Latin America, 1996.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SANTOS, B.S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2002.
- STAHEL, A.W. Time contradictions of capitalism. *Capitalism, Socialism ad Nature*, 10 (1), Março, 1999.
- TURNER, R.K.; PEARCE, D.; BATEMAN, I. *Environmental economics: an elementary introduction*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- WOLFF, R.D.; RESNICK, S.A. *Economics: marxian versus neoclassical*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988.

Extensão rural e desenvolvimento com sustentabilidade cultural: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano (Brasil)

Rural extension and development with cultural sustainability: the point of the culture on the arid and remote interior of Pernambuco (Brazil)

L'extension rurale et le développement avec la sustentabilité culturelle: le point de culture dans le désert de Pernambuco (Brésil)

Extensión rural y desarrollo con sostenimiento cultural: el Punto de Cultura en Sertão Pernambucano (Brasil)

Camila Loureiro*
Angelo Brás F. Callou**

Recebido em 20/12/2006; revisado e aprovado em 29/3/2007; aceito em 20/7/2007

Resumo: Analisa-se no presente artigo as contribuições do *Projeto Estação da Cultura: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano*, selecionado pelo *Programa Cultura Viva*, do Governo Federal para o desenvolvimento local de Arcoverde, em Pernambuco. Especificamente, pretende-se observar as possibilidades de “sustentabilidade cultural”, a partir da implantação da Estação da Cultura nesta cidade. Neste trabalho, ressalta-se a importância de centralizar a sustentabilidade cultural como premissa para o desenvolvimento local, vislumbrando nas pessoas dessas comunidades como principais atores nesse processo.

Palavras-chave: extensão rural; desenvolvimento local; sustentabilidade cultural.

Abstract: In this essay we analyse the contributions of the “Projeto Estação da Cultura: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano”, selected by “Programa Cultura Viva”, from Federal Government for the local development of Arcoverde, in Pernambuco. Specifically, we intend to observe the possibilities of “Cultural supports”, starting from the Estação Cultura implementation at the city. In this work, it is spotted the importance of to centralize the “cultural supports” as basis for the local development, looking to the people of these towns as the stars of these process.

Key words: rural extension; local development; cultural support.

Résumé: Cet article analyse les contributions du Projet de la Station de la Culture dans le désert du Pernambuco, sélectionné par le Programme Cultura Viva (Culture Vive), du Gouvernement Fédéral pour le développement local de Arcoverde, à Pernambuco. Notamment, on espère étudier les possibilités de sustentabilité culturelle, à partir de l'implantation de la Station de la Culture dans cette ville. On accentue l'importance de centraliser la sustentabilité culturelle comme prémisses pour le développement local. Alors, les habitants de ces communautés sont primordiaux dans ce processus.

Mots-clés: extension rurale; développement local; sustentabilité culturelle.

Resumen: Se analiza en el presente artículo las contribuciones del Proyecto Estación de la Cultura: el Punto de Cultura en Sertão Pernambucano, seleccionado por el Programa Cultura Viva, del Gobierno Federal para el desarrollo local de Arcoverde, en Pernambuco. Específicamente, se pretende observar las posibilidades de “sostenimiento cultural”, a partir de la implantación de la Estación de Cultura en esta ciudad. En este trabajo, sobresale la importancia de centralizar el sostenimiento cultural como premisa para el desarrollo local, vislumbrando en las personas de esas comunidades como principales actores en ese proceso.

Palabras clave: extensión rural; desarrollo local; sostenimiento cultural.

Introdução

A temática da comunicação e cultura e do desenvolvimento local nos estudos de Extensão Rural surge a partir dos anos 90. Expande-se, assim, com o advento dos processos de globalização, da degradação ambiental, dos avanços tecnológicos emergentes, dos estudos de recepção latino-americanos (desenvolvidos a partir do *cultural studies* ingleses) e das novas concepções sobre o ru-

ral brasileiro (CALLOU, 2002). Esse assunto é abordado pela primeira vez no artigo *Desafios da Comunicação Rural em Tempo de Desenvolvimento Local*, em 1995 (CALLOU; TAUKE SANTOS, 1995). A partir daí, as antigas abordagens de Extensão Rural, que oscilavam entre o paradigma funcionalista modernizador e as teorias de participação paulofreirianas, “não servem mais para explicar o velho objeto” (TAUKE SANTOS, 2000, p. 299). Contemporaneizar a Exten-

* Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, amiaaa@hotmail.com.

** Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco, peixes@elogica.com.br.

são Rural significa, para Tauk Santos (2000), enfocar o desenvolvimento local numa tentativa de promover mudanças em prol das culturas populares.

Os estudos culturais latino-americanos da comunicação, sobretudo, pela via dos estudos de recepção, propostos por Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini, trouxeram novos aspectos teóricos para instrumentalizar a Extensão Rural na sua relação com o desenvolvimento local (CALLOU, 2004). Isso ocorre particularmente a partir da tese de doutoramento de Tauk Santos (1994) sobre a participação de pequenos produtores no Programa de Desenvolvimento Rural do Serviço de Tecnologias Alternativas (SERTA). Se, até então, os estudos de recepção, ainda que escassos, estavam voltados majoritariamente para a recepção de produtos midiáticos, a partir de agora, abriam-se também para revelar e reconhecer as apropriações e ressignificações que as culturas populares, na sua singularidade e criatividade, fazem das propostas de desenvolvimento de organizações governamentais e não-governamentais (TAUK SANTOS, 2000).

As culturas populares, compreendidas a partir dos estudos de recepção de Martín-Barbero, não são conceituadas por sua autenticidade ou beleza, “mas sim por sua representatividade sociocultural, sua capacidade de materializar e expressar o modo de viver e pensar das classes subalternas [...]” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.105). Este entendimento assume na pesquisa de Extensão Rural em sua relação com o desenvolvimento local, um foco relevante de interesse neste trabalho. Isso porque a dimensão cultural é considerada, por alguns autores, dentro de um complexo multidimensional do desenvolvimento local, isto é, econômico, social, ambiental e político. Jara (1998), por exemplo, traduz essa multidimensionalidade em várias preocupações com: o presente e o futuro; a produção e o consumo de bens e serviços; a necessidade básica de subsistência; os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; as práticas decisórias e a distribuição de poder. Ao tratar da dimensão cultural no desenvolvimento, o autor ressalta que se “deve combinar os interesses com os valores culturais e as decisões com crenças para ativar os processos de inovação” (JARA, 2002, p. 109).

Por sua vez, a noção de sustentabilidade cultural na área do desenvolvimento aparece de modo explícito e chamativo no último parágrafo do livro de Benjamin (2004), *Folkcomunicação na Sociedade Contemporânea*. Apesar de esta concepção ser ainda pouco explorada nos estudos de desenvolvimento local, salta-se aos olhos como um aspecto significativo no campo da Extensão Rural. O *Programa Cultura Viva* do Governo Federal, no incentivo e apoio ao *Projeto Estação da Cultura: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano* torna-se campo-chave de análise, por reconhecer “a centralidade da dimensão cultural no impulso do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2004, p. 10), ao auxiliar na formação de jovens agentes culturais, em Arcoverde e nas suas comunidades circunvizinhas.

Nesse sentido, para a Estação da Cultura (2004, p. 4), “Arcoverde é um ponto de encontro”, por ser passagem para as comunidades indígenas e remanescentes a quilombolas, estando estrategicamente situada no centro do estado de Pernambuco. Contudo, o poder executivo arcoverdense apóia-se na idéia que essa cidade é de forasteiros, sendo esquecidos os negros e índios, primeiros habitantes dessas localidades, bem como, das comunidades periféricas e rurais. Por isso, o próprio projeto almeja ser o *Ponto de Cultura no Sertão pernambucano*, numa tentativa de “preservar o patrimônio histórico, ambiental e cultural dessa região” (ASSOCIAÇÃO, 2004, p.4).

O esforço analítico desse trabalho almeja produzir conhecimento sobre a importância da cultura no desenvolvimento local pretendido pela Extensão Rural contemporânea. Isto é, uma proposta de desenvolvimento em bases extensionistas com sustentabilidade cultural. Tem-se, portanto, uma preocupação em construir uma base metodológica, com o objetivo de analisar as possibilidades de sustentabilidade cultural do projeto da Estação da Cultura, vislumbrando nesses agentes culturais como propulsores/extensionistas do desenvolvimento local para Arcoverde.

Em Pernambuco, foram indicados 26 Pontos de Cultura pelo *Programa Cultura Viva*. Assim, tem-se como objeto de estudo o *Projeto Estação da Cultura: o Ponto de Cultura*

no Sertão Pernambucano, em Arcoverde, inicialmente, por ser o primeiro convênio do Ponto de Cultura, assinado no Brasil. No decorrer da pesquisa, outras qualificações da Associação Estação da Cultura foram determinantes: priorizar a idéia de formar agentes culturais, em parceria com a rede escolar, e atuar em comunidades rurais, indígenas e remanescentes de quilombolas; preservar seu espaço físico (um dos poucos locais de Arcoverde com arquitetura conservada, tombada como patrimônio histórico e cultural do estado), e, por fim, agir ativamente no cenário social e político arcoverdense, evidenciado na ocupação da Estação da Cultura, para defender os bens materiais e simbólicos de sua região (ASSOCIAÇÃO, 2004).

Tal afirmação é demonstrada, quando um grupo de atores de teatro decidiu ocupar o prédio da antiga estação ferroviária, em 17 de novembro de 2001, com a intenção de garantir um espaço físico para produção de arte e cultura. Estes atores ainda almejavam preservar seu patrimônio histórico, antes “abandonado e deteriorado”. Mas pretendiam, sobretudo, formar lideranças sociopolíticas no Sertão pernambucano: os agentes culturais. Assim, numa atmosfera de conflito e resistência, fundou-se a Associação Estação da Cultura, por meio da união de forças de artistas e pesquisadores, para contrapor as práticas assistencialistas do poder político arcoverdense (ASSOCIAÇÃO, 2004).

A partir da análise do projeto da Estação da Cultura, optou-se por um estudo de caso, além da escolha de instrumentos específicos para coleta de dados. Para isso, são utilizadas as seguintes técnicas: a) levantamento bibliográfico; b) análise documental do projeto original *Estação da Cultura: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano*, aprovado pelo Ministério da Cultura; c) realização de roteiros de entrevistas semi-estruturadas, com os agentes culturais articuladores das oficinas artísticas e com os dois membros da Comissão Executiva da Estação da Cultura; e d) observação não participante.

1 Desenvolvimento local e sustentabilidade cultural: uma aproximação teórica

Dentre as concepções sobre desenvolvimento local que contemplam a noção de sustentabilidade, a mais difundida refere-se ao não esgotamento dos recursos naturais que poderão ser necessários a gerações atuais e vindouras. Nesse sentido, o conceito de sustentabilidade relaciona-se com a idéia de preservação e de conservação de recursos naturais limitados e não renováveis, ou seja, aqueles gastos sem uma devida racionalização e podendo escassear numa perspectiva futura. No entanto, pensa-se como Franco (1998), que tal concepção torna-se reducionista, por restringir a noção de sustentabilidade apenas à questão ambiental e ecológica.

A partir desse ponto de vista, o autor afirma que uma organização de um sistema é sustentável, conforme demonstrado na definição do problema de pesquisa, quando se mantém ao longo do tempo, por ter adquirido algumas “características que lhe conferem capacidades autocriativas” (FRANCO, 1998, p.22). Ele ainda afirma que não se pode confundir sustentabilidade com durabilidade. Ressalta que um processo independentemente de ser “econômico, social, cultural, político, institucional ou físico-territorial é sustentável quando se mantém prolongadamente no tempo”. Segundo Franco (1998, p. 22) “se um sistema é sustentável, então ele é durável, porque é capaz de se auto-organizar, de se reproduzir, enfim, de autocriar condições para sua continuidade”.

Numa discussão sobre ecodesenvolvimento, Sachs (1992) também compreende que a noção de sustentabilidade não se limita apenas à problemática ecológica e ambiental. Tanto que subdivide a idéia de sustentabilidade em cinco dimensões: social, econômica, política, espacial e cultural. Para o autor, a sustentabilidade cultural deve ser analisada no planejamento do desenvolvimento sustentável, por representar um novo paradigma da sustentabilidade. Assegura que seus referenciais metodológicos possibilitam à sociedade acompanhar o ritmo da capacidade dos recursos naturais, com a finalidade de atingir a harmonia entre seres humanos e a natureza. Para isso, constata que a operacionalização da sustentabilidade cultural deve nortear-se na:

Busca de raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de eco-desenvolvimento em pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura, de cada local. (SACHS, 1992, p. 8)

Nesse sentido, o autor parece considerar fundamental, tanto a dimensão cultural no desenvolvimento local sustentável (ao caracterizá-la pela valorização das diferenças, valores e saberes locais de cada população), quanto a ecológica, no seu aspecto imediato e/ou futuro. Ao definir desenvolvimento sustentável, Costabeber e Caporal (2006), pesquisadores em agroecologia, igualmente classificam em dimensões sociais, culturais e econômicas de uma sociedade, em sintonia com o meio ambiente e com os valores éticos e políticos. A sustentabilidade, para esses autores, deve ser estudada como uma busca incessante de pontos de equilíbrio numa perspectiva multidimensional de uma pirâmide constituída pelas seguintes bases: ecológica, econômica, social (primeiro nível); cultural, política (segundo nível) e ética (terceiro nível). Na ênfase à dimensão cultural, são consideradas as atitudes respeitadas para com a cultura local (os valores, os conhecimentos, os saberes), e ressaltam que esta dimensão deve ser analisada como ponto de partida nos projetos de desenvolvimento.

Apesar da importância da dimensão cultural no desenvolvimento local sustentável, Martinell (2003) diz haver uma carência de pesquisa evidencie a importância e a valorização da dimensão cultural, tanto dos aspectos quantitativos, quanto dos qualitativos. Segundo ele, existe uma dificuldade em atribuir um valor ao retorno das políticas culturais, ou seja, “calcular a rentabilidade social da cultura”, enfatizando a necessidade de aferir os benefícios intangíveis das políticas culturais (MARTINELL, 2003, p.97). Deve ser nesse sentido que Canclini (2003, p.37) chama atenção para a necessidade de promover o capital cultural de nossas sociedades, embora diga que “não se trata de acreditar que vamos nos salvar pela cultura. Mas, talvez, nos ocupando das questões culturais consigamos demonstrar que nem tudo depende das dívidas”.

Enfatiza-se, ainda, a importância da sustentabilidade cultural, pois na agenda política da maioria dos países, a ação cultural assume o caráter de medida marginal e suplementar, com investimentos precários. Segundo ainda Martinell (2003), a valorização da cultura no setor público é imprescindível para consolidação da democracia, consequentemente, promoção do desenvolvimento local. Para o autor, os neoliberais costumam defender que o Estado não deve intervir na cultura, atribuindo-lhe falta de competência. Ainda assegura a necessidade da intercessão do poder executivo, afirmando que ao “deixar a cultura nas mãos do mercado 60% ou 70% das formas expressivas desapareceriam” (MARTINELL, 2003, p. 95).

No entanto, Benjamin (2004, p. 139) observa que os próprios órgãos do governo apropriam-se das celebrações tradicionais, sob o patrocínio de grandes empresas, transformando os eventos em espetáculos de massa, definindo como uma “espetacularização da cultura”. Do mesmo modo, tal concepção exploradora é denominada por Canclini (1983) de “tecnocratismo desenvolvimentista”. O autor explica que a cultura popular é emoldurada aos hábitos estéticos e recreativos do turismo, transformando-a em verdadeiros espetáculos de massas ou em bailes modernos. Afirma que a burguesia comercial insiste em conservar essas festas para expandir seu capital. E, por fim, proporcionar ao homem do campo uma fonte complementar e aos turistas, atrações exóticas.

Dentro desse contexto, Ayala e Ayala (1995) defendem que uma manifestação cultural passa a ser institucional, quando seus produtores são dependentes de patrocínios de uma identidade pública ou privada. Para eles, há uma necessidade de os produtores culturais possuírem poder de decisão, tanto nos componentes estéticos do evento (na dança: coreografia, instrumentária, músicas, versos, falas), quanto nas formas de atuação dos produtores diretos (quem participa, exercendo quais funções). E isso deve ocorrer, não só na apresentação central, mas também, em todas as manifestações adjacentes.

Concordamos com Sousa Santos (2002, p. 49) que, no domínio cultural, os neoliberais são muito seletivos, pois “os fenômenos culturais só lhe interessam na medida em

que se tornam mercadorias que como tal devem seguir os trilhos da globalização econômica". Para o autor, a resistência mais eficaz contra a globalização hegemônica é a "localização", que reside na promoção das economias locais e comunitárias, diversificadas e auto-sustentáveis e ligadas a forças transnacionais, mas independentes delas. Ainda assegura que, numa cultura cada vez mais desterritorializada, a resposta contra os seus malefícios, seria a descoberta do sentido de lugar e de comunidade.

Desse modo, mencionamos Sousa Santos (2002) por pronunciar a idéia de "globalização contra-hegemônica" na construção de um multiculturalismo emancipatório, baseada no reconhecimento entre identidades e culturas distintas, conforme ele ressalta:

Este reconhecimento pode resultar em múltiplas formas de partilha – tais como, identidades duais, identidades híbridas, interidentidades e transidentidades – mas todas elas devem orientar-se pela seguinte pauta transidentitária e transcultural: temos o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza e ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. (SOUSA SANTOS, 2002 p. 72)

Pensa-se, portanto, que as manifestações culturais não devem estar subordinadas aos ditames de uma elite hegemônica, para evitar justamente uma possível "espetacularização da cultura" ou um desenvolvimento meramente tecnocrático. Nesse sentido, atribui-se a idéia de sustentabilidade como uma questão que faz parte da multidimensionalidade no desenvolvimento local, distante, portanto, do reducionismo econômico no desenvolvimento, bem como, ecológico e ambiental na sustentabilidade. Assim sendo, acredita-se que a sustentabilidade cultural assume um grau de importância na valorização da tradição, dos conhecimentos e dos saberes de uma localidade, mas enfatizando a preocupação com o respeito à diversidade e ao pluralismo cultural, em prol das gerações presentes e futuras.

Dentro dessas preocupações, o *Projeto da Estação da Cultura: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano*, selecionado pelo *Programa Cultura Viva* do Governo Federal, revela-se fecundo, pois parece assimilar o sentido de sustentabilidade cultural, ao deslocar a cultura de uma posição subalterna para

estratégica no desenvolvimento, a partir do seu entendimento como usina de símbolos, direito/cidadania e economia. E ainda apresenta-se como "um programa flexível que não será o que o governante pensa ser o certo ou o adequado, mas o que o cidadão consegue tocar adiante" (BRASIL, 2004, p.9). Como também, acolhe a idéia de desenvolvimento sustentável, quando considera que as interações entre o global e o local devem respeitar as ações desenvolvidas em cada Ponto de Cultura. De modo que ganhem musculatura e estrutura óssea, conquistando sua sustentabilidade e emancipação.

O *Programa Cultura Viva* definiu esse modo de pactuar com a sociedade como "Gestão Compartilhada e Transformadora e envolve os conceitos de empoderamento, autonomia e protagonismo" (BRASIL, 2004, p.20). O Programa enfatiza, assim, a necessidade da ausência de hierarquia na relação entre o Estado e a sociedade civil, considerando-se como uma proposta de construção de uma nova política pública para cultura.

2 O Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano: desenvolvimento com sustentabilidade cultural

No seu primeiro edital, publicado no Diário Oficial da União em 16 de julho de 2004, o Ministério da Cultura do Governo Federal, através do *Programa Cultura Viva*, selecionou 262 projetos e instalações, já existentes no Brasil urbano e rural, para estabelecer seus Pontos de Cultura, com a intenção de ajudar a impulsionar as atividades desses movimentos socioculturais. Para isso, o programa sugeriu algumas idéias, através de cinco ações: Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Escola Viva e Griôs, para que os Pontos de Cultura pudessem moldar, adequar ou transfigurar de acordo com sua realidade, disponibilizando ainda equipamentos e recursos (BRASIL, 2004).

No referido projeto, o Ponto de Cultura é o espaço físico da Associação Estação da Cultura, localizada na antiga Estação Ferroviária (RFSa), em Arcoverde. Cada Ponto de Cultura recebeu um total de R\$ 183.493,95, subdivididos em cinco parcelas. Nesse local, de acordo com os idealizadores do programa Cultura Viva, se deu a articu-

lação entre o Estado e o Ponto da Estação da Cultura (BRASIL, 2004). Na justificativa do *Projeto Estação da Cultura: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano*, essa associação define-se “como uma esfera pública que mantém uma relação indissolúvel com as questões de poder e de democracia”. Isto se evidencia no seu objetivo geral, aprovado pelo Ministério da Cultura, que é “formar o corpo de agentes culturais aptos para compor a coordenação do Ponto de Cultura e influenciar na proposição das políticas públicas para cultura no Sertão pernambucano” (ASSOCIAÇÃO, 2004).

Na Associação Estação da Cultura, há aproximadamente 120 agentes culturais em processo de qualificação nos Núcleos: Comunicação, Artes Plásticas, Música, Dança/Capoeira, Teatro, Educação e Pesquisa. Desse total, apenas 33 agentes culturais foram escolhidos para receberem as bolsas da ação “Agente Cultura Viva” do *Programa Cultura Viva*. O critério de seleção desses jovens deu-se pela idade, entre 16 e 24 anos, e pelo tempo de vínculo com a Estação da Cultura. Tais agentes culturais distribuem-se em 12, no Núcleo de Música, na Rua 18; conhecida como alameda do lixão, periferia de Arcoverde, na Casa da Música; um em Dança/Capoeira; nove em Teatro, com trabalhos com o Povo indígena Xukuru; quatro em Artes Plásticas, com oficinas na sede da Estação; e sete em Educação e Pesquisa, atuando nos sítios rurais Açudinho e Olho D’água (ASSOCIAÇÃO, 2004).

O Núcleo de Teatro, antes denominado de Artes Cênicas, desenvolve experiências pedagógicas no processo de formação dos agentes culturais, trabalhando com crianças e jovens das comunidades vizinhas da Estação da Cultura, como também, com oficinas com o Povo Xukuru e com Comunidade do Osso, áreas circunvizinhas a Arcoverde. Isto se trata de uma tentativa de estimular a sensibilidade das artes teatrais nesses atores sociais. Seus fundadores ainda consideram o teatro como o pai e mãe da Estação da Cultura (ASSOCIAÇÃO, 2004). No Núcleo de Teatro, encontram-se os trabalhos de maior proeminência da Estação da Cultura, como a oficina *Agente Construindo*, para qualificação profissional de atores, tendo oito agentes culturais em processo de formação, en-

tre 15 a 24 anos. Há também o grupo *Troupernas de Pau e Teatro*, oficina permanente de equilíbrio e mobilidade em pernas-de-pau para montagem da peça “*Quadrilha: um romance sertanejo*”, de Romualdo Freitas. Outro espetáculo em destaque é “*Carmem De La Zone*”, de Sérgio Vieira Cardoso.

A partir do desmembramento do núcleo de Artes Cênicas, também surgiu o Núcleo de Dança, com 11 agentes culturais (de 16 a 24 anos). Seus principais objetivos são fomentar a dança popular em Arcoverde; qualificar bailarinos através da prática e teoria; resgatar a forma autêntica da dança popular da comunidade (Cavalo Marinho, Caboclinhos de Aldeia e os Cocos do Sertão). Essa formação é feita a partir de diversas leituras: Carlos da Fonte, Antonio Nóbrega, Ariano Suassuna, Carlos Milton Junior, como também do conhecimento popular dos mais velhos e ainda de textos extraídos da internet. Tal pesquisa resultou na apresentação da coreografia do *Bumba meu Boi do Maranhão*.

Por sua vez, o Núcleo de Dança segmenta-se na oficina de Capoeira, com 19 agentes culturais, entre 9 e 23 anos. Os locais das oficinas de capoeira são, além da Estação da Cultura, na aldeia do Povo Xukuru, em Pesqueira, e na Escola Nunes Ferraz, em Arcoverde. Segundo Aldemir (22 anos), articulador da oficina de capoeira, suas pesquisas são fundamentadas “em textos da internet, mas realizamos também entrevistas com capoeiristas de Arcoverde e Juazeiro”. Para ele os principais objetivos desta oficina são:

Repassar as técnicas de capoeira para os agentes culturais, com a intenção de que eles multipliquem esse conhecimento para sua comunidade; desmistificar a idéia preconceituosa sobre o conceito de capoeira; formar o agente cultural para vida, através do diálogo e da amizade.

Esse depoimento revela um comprometimento do agente cultural em preservar a fluidez e a agilidade da capoeira, como uma tradição cultural. Observa-se que, através dessas oficinas, pesquisas e entrevistas sobre a capoeira, esses agentes culturais multiplicadores, além de proporcionarem a auto-estima coletiva, poderão possibilitar a continuidade, ou seja, a sustentabilidade cultural de

uma dança popular que, durante muito tempo, esteve à margem da sociedade.

Com ênfase na musicalidade arcoverde, o Núcleo de Música, com 11 agentes culturais de 8 a 22 anos, atuando na Casa da Música da Rua 18, periferia de Arcoverde. Esse conhecimento é aproveitado para confecção de instrumentos musicais, como: zabumbas, alfaias, surdos, pífanos e caixas, para serem comercializados. Para Renata (20 anos) e Aldemir (22 anos), articuladores dessas oficinas, o Núcleo de Música tem como objetivos cruciais:

Pesquisar os ritmos locais de Arcoverde; combinar o ritmo erudito com o popular, buscando uma musicalidade original; resgatar a música local, buscando uma visibilidade para sociedade; gerar renda, através da confecção de instrumentos musicais de percussão; integrar música e educação, através de oficinas.

No Núcleo de Música, notamos uma preocupação dos agentes culturais em mesclar os ritmos populares arcoverdenses com a música erudita, numa tentativa de recriar uma musicalidade própria. Na formação desses agentes culturais, parece haver a assimilação da idéia de promoção, preservação e recriação de sua cultura musical, enquanto expressão de uma representação simbólica, além de ressaltar o aspecto econômico, através da comercialização dos instrumentos musicais.

O Núcleo de Artes Plásticas tem como proposta, através de oficinas, a adequação das técnicas das artes plásticas para o público infantil, tendo 16 agentes culturais, entre 10 e 19 anos. O articulador dessas oficinas artísticas, Claudiney Mendes (19 anos), diz que sua finalidade era “constituir um grupo que atuasse e se identificasse com o sentimento da Estação da Cultura”. Para isso, almeja “aprimorar o dom artístico de cada agente cultural, descobrindo suas qualidades individuais, para enriquecer com as técnicas das artes plásticas”. E ainda pretende “revelar para os agentes culturais o mundo das artes plásticas, para depois apresentar o produto final dessas oficinas para a comunidade”. Dentre as exposições já exibidas para sociedade arcoverdense, ele menciona que:

Em 2005, realizamos as exposições *Caras e Cores* (17 quadros com imagens da Estação da Cultura), *Cubando e Expressando o Sertão*

(10 quadros retratando o Sertão nordestino, através das técnicas de Picasso do cubismo e expressionismo), e mais 10 quadros com temas livres, sugerido pelos próprios agentes culturais... Em 2006, criamos 20 máscaras de carnaval, nos inspirado num estudo da origem carnavalesca até aos dias atuais. No mesmo ano, no período das festas de São João, os agentes culturais realizaram uma pesquisa teórica de temas juninos universais. Decidimos, então, retratar algo de acordo com a realidade local deles, criando 20 esculturas de personagens do espetáculo *Quadrilha: um Romance Sertanejo*, uma tradição da Estação da Cultura e de Arcoverde.

A partir desse depoimento, nota-se no Núcleo de Artes Plásticas uma preocupação em potencializar as energias sociais, dando vazão à identificação dos agentes culturais com a própria comunidade arcoverdense. Acredita-se que a exploração da pesquisa da linguagem artística na sua expressão lúdica, além de desenvolver um modo diferenciado de aprendizado, também pode criar um espaço para reflexão crítica sobre a realidade em que o jovem está inserido.

Numa tentativa de discutir a democratização dos meios de comunicação predominantes na região, fundou-se o Núcleo de Comunicação na Estação da Cultura. Suas articuladoras, Emanuelle (17 anos) e Jéssica (16 anos), ressaltam que esse Núcleo tem como objetivos: “informar o público interno da Estação da Cultura, por meio da comunicação interna (mural, panfletos, *e-mails* e boca a boca)... Atingir o máximo de ouvintes, através dos seus veículos de comunicação”. Para isso, o Núcleo de Comunicação desenvolve um programa de rádio semanal sobre a Estação da Cultura, aos sábados de 13 às 14h, na Rádio Aliança, em Arcoverde, em que foram abordados temas como:

Movimento Calango (movimento cultural que ocorreu na década de 80 e 90), no seu primeiro programa no dia 06 de maio de 2006; Povo Negro (13/05); Movimento indigenista, especialmente sobre a morte do Cacique Xicão do Povo Xukuru (20/05); Educação, enfatizando Paulo Freire (27/05); Direito e Segurança (03/06); Universo Feminino (20/06); Teatro Popular (17/06); Terra: uma questão fundiária (01/07); Rock (08/07); Sexualidade (15/07); e Religiões (22/07).

Um outro veículo do Núcleo de Comunicação é o jornal mensal Coeviacá. Esta

expressão é oriunda de uma colagem de vários contos indígenas dos povos do alto Xingu: a Lenda do Píui, cuja história conta a façanha de um índio guerreiro encantado que periodicamente visitava as aldeias ateando fogo nas suas cabanas, com a intenção de reunir as pessoas para sua reconstrução (ASSOCIAÇÃO, 2004). No início da publicação do Coeviacá (já com 8 edições, tendo Teresa Padilha como a jornalista responsável pela sua edição), segundo Emanuelle e Jéssica, os temas desse jornal eram muito centrados nas ideologias e atividades da Estação da Cultura. Assim, elas notaram que esses conteúdos estavam “muitos fechados na Estação”. Desde então, decidiram abranger as matérias para temas de interesse da comunidade, especialmente, nas áreas de artes, cultura e política da região.

Segundo Raphaela, articuladora das oficinas artísticas, o Núcleo de Educação e Pesquisa “surgiu após o diagnóstico que no processo de qualificação do agente cultural, há uma necessidade, além da prática, um embasamento teórico, como complementação dessa formação”. Desde a ocupação da Estação, as ações em todos os núcleos sempre foram precedidas pela pesquisa, “tanto que para iniciar uma oficina de arte a pessoa precisa *se* conhecer, por este motivo a primeira ação de um agente cultural é fazer sua história de vida”. A importância desse núcleo se revela, na medida em que ele passa por todos os núcleos da Estação da Cultura, conforme ela explica:

Em Teatro existe hoje, *Encontros Teóricos* que acontecem uma vez por mês, onde os atores e atrizes fazem leituras de textos e debatem sobre o que foi pesquisado individualmente dentro de cada temática... No Núcleo de Artes Plásticas, antes de iniciar qualquer módulo faz-se primeiramente um estudo, por exemplo, antes de aprender as técnicas cubistas, os agentes procuram saber o que é o cubismo, como surgiu e quem foi Pablo Picasso, e assim por diante... Em Dança também não é diferente, como se trabalha principalmente com dança popular é preciso não só aprender os passos, mas saber suas origens... Os capoeiristas estão sempre procurando saber mais, já realizaram pesquisas sobre a história da capoeira além de diversas entrevistas com mestres, instrutores e adeptos desse jogo... A Comunicação é essencialmente educação e pesquisa; desde a

relação entre comunicador/a educador/a até a constante busca por novas informações.. O programa de rádio e o jornal exigem a prática cotidiana da pesquisa...

Esse longo depoimento dá sinais evidentes de que o Núcleo de Educação e Pesquisa é eixo motriz das diversas atividades artísticas, aspecto observado, ao longo da apresentação dos Núcleos da Estação da Cultura. Tal núcleo, ainda, é responsável pela manutenção da Biblioteca Paulo Freire, localizada na Estação da Cultura, aberta à comunidade de toda a região. Outra ação deste núcleo é o trabalho dos agentes culturais na Casa da Memória da Vó Chiquinha: eles realizam oficinas de arte e leitura para crianças e desenvolvem pesquisas sobre plantas medicinais, banda de pífano local, bem como, estudos sobre a história da vó Chiquinha e dos objetos desse museu popular. Pensa-se, portanto, que o *Projeto Estação da Cultura: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano*, enquanto projeto de intervenção no âmbito da Extensão Rural, pode contribuir para o desenvolvimento com sustentabilidade cultural de Arcoverde. Ao acreditar que as atividades culturais e linguagens artísticas levadas a cabo nessa intervenção, além de exercer um papel fundamental na reintegração social e na reflexão crítica, também são capazes de recuperar a auto-estima e o sentimento de pertencimento comunitário dos habitantes dessas comunidades.

Considerações finais

Compreende-se, nas questões aqui apresentadas, a importância de centralizar a sustentabilidade cultural no campo da Extensão Rural para o desenvolvimento local. Nesse contexto, compreendemos que a sustentabilidade cultural é uma questão inerente ao complexo multidimensional no desenvolvimento local. Por isso, a idéia do reducionismo econômico, nas teorias desenvolvimentista, bem como ecológico e ambiental, nas concepções sobre sustentabilidade, tornam-se incipientes. Nesse contexto, a noção de sustentabilidade cultural assume um grau de importância na valorização da tradição, dos conhecimentos e dos saberes de uma localidade, ressaltando a preocupação com respeito à diversidade e ao pluralismo

cultural, em benefício das gerações presentes e vindouras.

O *Programa Cultura Viva*, através do financiamento do projeto *Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano*, reconheceu as ações da Estação da Cultura, possibilitando, assim, a continuidade na formação dos agentes culturais, em comunidades circundantes à Arcoverde: periféricas, rurais e indígenas. Nessa perspectiva, considera-se a Estação da Cultura, em Arcoverde, como o Ponto amplificador das concepções e ações do projeto da Estação da Cultura, pois sua atuação se expande territorialmente para áreas rurais, como o povoado indígena Xukuru, a comunidade do Osso, em Pesqueira, bem como, os sítios Açudinho e Olhos D'água, em Arcoverde.

De um modo geral, acredita-se que os investimentos do Governo Federal contribuíram para o incremento do *Ponto de Cultura da Estação da Cultura*. Pois, não se restringiu, apenas, na formação dos agentes culturais, das oficinas Artes Plásticas, Teatro, Dança, Música, Educação e Pesquisa e Comunicação, mas, também, essas oficinas resultaram em produtos para os diversos Núcleos da Estação da Cultura.

Pensa-se, portanto, que o grande desafio do *Projeto Estação da Cultura* foi designar escassos recursos financeiros e, sobretudo, humanos, para atender a uma extensa área: Arcoverde, o Povo Xukuru, Comunidade do Osso e os sítios Açudinho e Olhos D'água. Dos recursos humanos, apenas duas pessoas adultas, ambas da Comissão Executiva da Estação da Cultura, são as responsáveis por coordenarem e acompanharem a qualificação desses jovens agentes culturais.

Essas reflexões ressaltam a necessidade de centralizar a sustentabilidade cultural, como premissa para o desenvolvimento local. Todavia, mais do que aos agentes culturais importa às comunidades reconhecerem a relevância da dimensão cultural e apropriarem-se dessa noção, com o objetivo de se tornarem protagonistas principais do seu próprio processo de desenvolvimento local. Este trabalho é apenas a ponta de um *iceberg*, não só a ser conhecido, mas também, lapidado, em busca da construção de um novo olhar sobre a relação entre Extensão Rural e o desenvolvimento com sustentabilidade cultural.

Referências

- ASSOCIAÇÃO Estação da Cultura. *Projeto enviado ao MINC, Estação da Cultura: o Ponto de Cultura no Sertão Pernambucano*. Arcoverde, 2004.
- AYALA, M.; AYALA, M.I.N. *Cultura popular no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.
- BENJAMIN, Roberto. *Folkcomunicação na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha do Folclore, 2004.
- BRASIL, Ministério da Cultura. *Programa Nacional de Educação, Cultura e Cidadania – Cultura Viva*. Brasília-DF, 2004.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Estratégias de comunicação em contextos populares: implicações contemporâneas no desenvolvimento local sustentável. In: CIMADEVILLA, G. (Comp.). *Comunicação, tecnologia e desenvolvimento: debates atuais*. Rio Cuarto: Córdoba, 2004.
- CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. Reconstruir políticas de inclusão na América latina. In: COELHO, T. (org.). *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.
- FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. 2.ed. Brasília-DF: Instituto de Política, 1998.
- JARA, Carlos Julio. *A sustentabilidade do desenvolvimento local*. Brasília-DF: IICA: Recife: Seplan, 1998.
- _____. *A dimensão intangível do desenvolvimento sustentável*. Brasília: IICA, 2001.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MARTINELL, Alfons. *Cultura e cidade: uma aliança para o desenvolvimento. A experiência da Espanha*. In: COELHO, T. (org.). *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para cultura*. Brasília-DF: UNESCO Brasil, 2003.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: ecologia e desenvolvimento 1972 -1992*. In: MAIMON, Dália (org.). *Ecologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APED, 1992.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- TAUK SANTOS, Maria Salett. *Comunicação rural – velho objeto, nova abordagem, mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local*. In: LOPES, M.L.V. de; FRAU-MEIGS; TAUK SANTOS, M.S. (orgs.). *Comunicação e informação: identidades sem fronteiras*. São Paulo: Intercom; Recife: Bargaço, 2000.
- TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Desafios comunicação rural em tempo de desenvolvimento local*. *Revista Signo*, João Pessoa, ano 2, n. 3, set. 1995.

O papel dos agentes na comunidade de artesãos em Três Lagoas-MS, como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local

The role of the agents in the artisans' community at Três Lagoas, city of Mato Grosso do Sul – Brazil, as impulsive human tools to the local development

Le rôle des agents dans la communauté des artisans à Três Lagoas, ville de Mato Grosso do Sul – Brésil, comme des instruments encourageants au développement local

El papel de los agentes en la comunidad de artesanos en Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, como instrumentos impulsadores del desarrollo local

Elisângela de Aguiar Alcalde*
Cleonce Alexandre Le Bourlegat**
Maria Augusta de Castilho**

Recebido em 30/12/2006; revisado e aprovado em 14/5/2007; aceito 25/6/2008.

Resumo: A pesquisa realizada analisou os agentes na comunidade de artesãos como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local. A construção dos conceitos de desenvolvimento local e políticas públicas é um processo amplo e de debate permanente como nova maneira de promover o desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, com capacidade de suprir suas necessidades mais imediatas, e de incrementar o intercâmbio externo por meio de ações comunitárias conjuntas. Para tanto, se fez necessário conhecer o perfil da comunidade estudada, pois sem conhecer a comunidade em questão, bem como sua realidade se tornaria difícil visualizar os caminhos a serem seguidos. Justifica-se, portanto, a necessidade de aprofundar o assunto mediante a sua relevância, pois a essência do trabalho vai ao encontro das propostas conceituais do desenvolvimento local.

Palavras-chave: artesãos; comunidade; territorialidade.

Abstract: This research evaluated the agents in the artisans' community as impulsive human tools to the local development. The construction of concepts about local development and public politics is an ample process of permanent discussion. It constitutes a new way to promote the development because it contributes to the improvement of the communities' life quality, with capacity to supply their immediate necessities and to increase the *external* exchange through conjunct community actions. For this, it was necessary to know the considered community aspects, since if it hasn't had knowledge about this community and its reality, it would be difficult to visualize the ways to be followed. Therefore, it justifies the need to make a profound study of this subject due to its importance, since the work essence comes across the concepts of local development.

Key words: artisans; community; territoriality.

Résumé: Cette recherche a évalué les agents dans la communauté des artisans comme des instruments encourageants au développement local. La construction des concepts de développement local et des politiques publiques est un processus ample de discussion permanente. C'est une nouvelle manière de promouvoir le développement contribuant à l'amélioration de la qualité de vie des communautés, ces dernières ayant la capacité de satisfaire leurs nécessités plus immédiates et améliorer les échanges *externes* par le moyen de actions communautaires. Pour cela, il a fallu connaître le profil de cette communauté, parce que sans connaître la communauté et sa réalité, il serait difficile visualiser les chemins à poursuivre. Par conséquent, il se justifie le besoin d'approfondir le sujet dû à son importance, puis que l'essence du travail va à la rencontre des propositions conceptuelles du développement local.

Mots-clés: artisans; communauté; régionalisme.

Resumen: La pesquisa realizada analizó los agentes en la comunidad de artesanos como instrumentos impulsadores del desarrollo local. La construcción de los conceptos de desarrollo local y políticas públicas es un proceso amplio y de debate permanente como nueva manera de promover el desarrollo, contribuyendo para la mejoría de la cualidad de vida de las comunidades, con capacidad de suprir sus necesidades más inmediatas, y de incrementar el intercambio externo por medio de acciones comunitarias conjuntas. Para tanto, se hizo necesario conocer el perfil de la comunidad estudiada, pues sin conocer la comunidad en cuestión, así como su realidad sería difícil visualizar los caminos a ser seguidos. Se justifica, por lo tanto, la necesidad de profundar el asunto mediante su relevancia, pues la esencia del trabajo va al encuentro de las propuestas conceptuales del desarrollo local.

Palabras-clave: artesanos; comunidad; territorialidad.

* Mestranda de Desenvolvimento Local – Universidade Católica Dom Bosco.

** Professoras Doutoras do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local – Universidade Católica Dom Bosco.

Introdução

Os primeiros artesãos surgiram no período neolítico (6.000 A.C) quando o homem aprendeu a polir a pedra e a fabricar a cerâmica como utensílio para armazenar e cozinhar alimentos; posteriormente descobriu a técnica de tecelagem das fibras animais e vegetais. O regime de trabalho que reúne as diferentes técnicas manuais de produção só recentemente ganhou nome, embora à história assinale a presença de objetos feitos à mão em todas as épocas e nas mais variadas culturas.

A atividade artesanal está ligada aos recursos naturais, do estilo de vida e ao grau de comércio com as comunidades vizinhas. A aprendizagem do trabalho artesanal é adquirida de maneira prática e formal, por meio de oficinas ou na vivência do indivíduo com o meio artesanal, em que o aprendiz maneja a matéria-prima e as ferramentas imitando os mais entendidos no ofício.

Desta forma, o objeto de estudo deste trabalho refere-se à comunidade de Artesãos do Município de Três Lagoas, composta por trinta e três artesãos e que, inicialmente, teve como parceiros a CACB – Confederação das Associações Comercial do Brasil, a ACITL – Associação Comercial e Industrial de Três Lagoas, o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e a PM - Prefeitura Municipal, via Secretaria de Turismo e Cultura, por meio da implantação no município do Projeto Empreender, constituindo inicialmente por cinco núcleos.

Nesse cenário, implantou-se, no ano de 2002 no município de Três Lagoas/MS, dentro do Projeto Empreender o núcleo de artesanato, tendo como objetivo promover o associativismo e o cooperativismo como alternativa de união dos artesãos para a sustentabilidade e o desenvolvimento do grupo. Segundo a ACISAP – Associação Comercial e Industrial e de Serviços de Santo Antônio da Patrulha (2007), o Projeto Empreender apresenta uma proposta inovadora, uma vez que estimula os empresários a se auto-organizarem e a determinarem as suas demandas. O objetivo do projeto é elevar a competitividade das Micro e Pequenas empresas, promovendo o desenvolvimento organizacional das Associações Empresariais

parceiras. Essa ação conjunta de políticas públicas, representadas pelos agentes de desenvolvimento, pressupõe a assimilação de novas formas de planejamento e gestão. Implica apoiar programas de capacitação para a formação de multiplicadores de iniciativas, lideranças e agentes locais que incorporem a perspectiva do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Assim, analisaram-se os agentes na comunidade de artesãos como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local, por meio de um levantamento do histórico da comunidade estudada, suas características, ações e etapas de consolidação.

No estudo foram utilizadas duas fontes distintas: uma de dados primários, coletados através de questionários com os artesãos no seu espaço físico de trabalho, e a outra, de dados secundários, oriundos de documentos, pesquisa bibliográfica em livros, periódicos, revistas, entre outros.

1 Desenvolvimento local, território, territorialidade e políticas públicas

• Desenvolvimento local

Desenvolvimento significa melhoria na qualidade de vida das pessoas. Analisando o fator econômico, devem-se agregar outros fatores como: o crescimento do capital social, a conquista da boa governança, dentre outros.

Pereira (1985) aponta que o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, na qual o padrão de vida da população passa por um crescimento significativo tornando-se automático e autônomo. O desenvolvimento não pode ser encarado de forma integral. As metas técnicas são absolutamente necessárias e respeitadas, porém devem ser encaradas como os meios para o alcance do objetivo final, que é, acima de tudo, a ampliação das oportunidades reais dos seres humanos de desenvolverem suas habilidades e potencialidades. Assim, o ser humano não é só um meio do desenvolvimento, mas sim, sua finalidade última.

Kliksberg (2003, p.110) assinala que: “junto com o crescimento econômico, surge

a necessidade de alcançar o desenvolvimento social, melhorar a equidade, fortalecer a democracia e preservar os equilíbrios do meio ambiente”.

Para Fragoso (2005), o conceito de desenvolvimento local seria um assunto para muitos estudos, mas, pode-se afirmar que se trata da possibilidade das populações poderem expressar uma idéia de futuro para um território, concretizando ações que possam ajudar na construção ou na reconstrução desse futuro.

Para a concretização desses conceitos, faz-se necessário construir um processo coletivo e altamente educativo, articulado com a participação dos moradores do local, bem como de agentes e de entidades externas.

O desenvolvimento local, na concepção de Martins (2002, p.51), se constitui em um “evento *sui generis* resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confronta o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade”.

Martin (1999) apud Martins (2002) completa o pensamento anterior afirmando que, o desenvolvimento local igual à escala humana deve ser interpretado como a satisfação das necessidades humanas essenciais através da efetiva participação dos atores, ou seja, de cada pessoa. Esse talvez seja o maior desafio do desenvolvimento local.

• Território

Diversos trabalhos sobre o desenvolvimento local têm demonstrado a importância da relação entre território e comunidade. Entende-se que, os territórios juntamente com as comunidades podem constituir identidades, isso acontece à medida que as pessoas estão estruturalmente localizadas a partir de suas relações primárias ou secundárias a que se relacionam.

Recentemente, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises. Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade. Segundo Corrêa (1994, p. 251), o termo “território

deriva do latim *terra* e *torium*, significando a terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas a sua apropriação”.

De acordo com Raffestin (1993, p. 144), o território é “um espaço onde se projetou um trabalho seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder [...] o território é a prisão que os homens constroem para si. [...]” O território se apóia no espaço, mas não é o espaço.

Heidrich (1998), ao se referir à constituição do território, afirma que a distinção do espaço em esfera histórica começa a partir da demarcação do mesmo, isto é; por sua apropriação como território, por um lado determinado pela necessidade e pela posse de recursos naturais para a conquista das condições de sobrevivência, por outro lado por sua ocupação física como habitat. Neste instante, na origem, a defesa territorial é exercida diretamente pelos membros da coletividade. Noutra extremo, como já ocorre desde a criação do Estado, quando há uma população fixada territorialmente e socialmente organizada para a produção de riquezas, cada indivíduo não mantém mais uma relação de domínio direto e repartido com o restante da coletividade sobre o território que habita. Assim, a defesa territorial passa a ser realizada por uma configuração social voltada exclusivamente à organização e à manutenção do poder. Machado (2005, p. 7) destaca que:

[...] analisar o território significa entendê-lo como um produto da história da sociedade, e que, portanto, está em constante modificação. Ele é o resultado de um processo de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, assim, ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural dadas historicamente. A noção de território pode ser utilizada sem problemas, em todas as escalas de análise.

Observa-se que, historicamente, a concepção de território associa-se à idéia de natureza e a de sociedades configuradas por um limite de extensão do poder.

Na análise de Tuan (1980), a questão do território leva a reflexão sobre a sua formação para o ser humano, onde ele constrói o território como um lugar repleto de emoções e racionalidade, sendo capaz inclusive de idealizar o seu território como um espaço que se refere a uma grande carga

emocional, atribuindo-lhe um grande sentimento de pertença.

O território em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando se considera o momento em que se pensa juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (SANTOS, 2002).

Deste modo, as relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e/ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Percebe-se, dessa forma, que a questão do território não está baseada apenas nas características geofísicas, mas, sobretudo, está baseado nas relações sociais, o que reproduz um espaço de manifestações e ações.

No aporte de Souza (1995, p. 78-96),

O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...] o poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido [...] Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade [...] territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias.

Essa afirmação salienta a importância das relações humanas em uma comunidade, pois são essas relações que irão compor os cenários do território. A interação entre os grupos nas comunidades é o caminho para a evolução do desenvolvimento local.

Neves (1998, p.271) entende território como:

[...] espaços de ação e de poderes, dentro de uma idéia de globalidade e vivência da fragmentação. O exercício do poder se daria sobre o 'conteúdo do espaço', transformando os territórios através das forças econômicas, mas em especial, através das raízes culturais, onde as imagens e os mitos não podem ser negligenciados.

Nesse sentido, Tuan (1976) exemplifica o território comparando o comportamento

dos animais com o dos seres humanos. Para este autor, as atitudes humanas, quanto ao território, são semelhantes aos dos animais irracionais. Porém, a diferença é que os animais são menos carregados de emoções e pensamentos simbólicos. Assim sendo, o território para eles, é uma área não circunscrita, trata-se de caminhos em redes e lugares suscetíveis. Em contra partida, os seres humanos são capazes de cultivar o território como um conceito, considerar mentalmente sua forma, mesmo aquelas que não são totalmente perceptíveis.

Souza (1995) acrescenta que, na Geografia política, o território aparece como espaço concreto em si, com suas características naturais ou sociais construídas, sendo sustentado e apropriado por um grupo social e, ainda, é visto como algo criador de raízes e de identidade própria.

Observa-se, desta forma, que a importância que o território assume para a Geografia hoje repousa em seu significado concreto, o que envolve não apenas o aspecto físico ou material, mas também tudo o que uma sociedade pode comportar como ideal, como representações, sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial. A questão fundamental continua sendo a de saber como se organiza uma sociedade na relação com espaço.

• Territorialidade

A territorialidade afeta o comportamento humano em todos os níveis da atividade social e sua noção é estabelecida a partir do conceito ocidental de propriedade privada. Dessa forma, concebe-se a territorialidade como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, o que implica em analisar a territorialidade em função da apreensão das relações recolocadas no seu contexto.

Santos (1978) esclarece que a territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e o seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas de uma localidade, uma região ou um país e, dessa maneira, expressa um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado território. Perce-

be-se, assim, que a territorialidade supõe o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões cultural, política, econômica e social. Como atributo humano, ela é primariamente condicionada por normas sociais e por valores culturais, que variam de sociedade para sociedade.

Castoriades (1993 citado por SOUZA, 1995, p. 101-105) assinala que:

[...] Como toda a construção da realidade é um instrumento de poder, a (re) ordenação territorial regional, pode ser instrumento de poder tanto para os atores locais do desenvolvimento, como para a dominação do território, quando realizado sem a efetiva participação local. [...] a perspectiva da territorialidade regional, deveria ser o horizonte utópico a ser buscado pelos grupos sociais de uma determinada região, ao serem desafiados num processo de (re) ordenação do território, ou de alavancagem do desenvolvimento regional. Isto porque, a autonomia constitui a base do desenvolvimento, este encarado como o processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdades.

Holzer (1997) argumenta que a territorialidade é a expressão dos comportamentos vividos, ou se preferido, da construção dos mundos pessoal e integrado, englobando o arrolamento do território com o desconhecido.

- Políticas públicas

Em seus primórdios, a ciência política considerava as políticas públicas quase exclusivamente como *outputs* do sistema político, o que justificava o fato de a atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos *inputs*, isto é, nas demandas e articulações de interesse. Por outro lado, antes que a análise de políticas públicas fosse reconhecida como uma subárea na disciplina, a ênfase dos estudos recaía como em larga medida ainda hoje, diga-se de passagem, nos processos de formação das políticas públicas, o que parece refletir o *status* privilegiado que os processos decisórios sempre desfrutaram junto aos profissionais da área. Em um segundo momento, contudo, a partir da década de 1950, passou-se à definição das próprias políticas públicas como unidade de análise, o que gradualmente conferiu desta-

que aos aspectos dinâmicos do chamado *policy process* e aos distintos atores, estatais e não estatais, usualmente envolvidos (RADAELLI, 1995 apud FARIA, 2003).

Há quase vinte anos, discorrendo sobre políticas públicas, Demo (1979) expôs a problemática da situação nacional, fazendo um retrospecto dos ciclos da política social no Brasil. E, já naquele período, ele indagava a viabilidade da formação de uma sociedade menos desigual num país em desenvolvimento. Este mesmo autor afirmava que o processo de desenvolvimento não se concebe sem planejamento e que a redução das desigualdades não se dá por si só. Ele alertava que era preciso forçar o mercado a assumir padrões redistributivos, pois era necessário também intervir na realidade de maneira a alcançar um desenvolvimento com metas mais racionais e desejáveis, obtendo assim uma sociedade mais igualitária.

Observa-se que as políticas públicas no Brasil estão em curso. Diante disso, nota-se, a partir do início da década de 1980, um movimento, plenamente consciente, de pesquisadores, de agências de fomento e de organizações públicas, que atuam na área de planejamento ao proporem novas formas de elaboração das políticas públicas, em uma nova perspectiva do significado de desenvolvimento e com base em uma visão do papel do Estado que não pode ser confundido com o estadismo nem com o privatismo. O destaque deve ficar por conta das parcerias e solidariedade da sociedade civil, mantendo o Estado responsável pela condução do processo de formulação de políticas relativas ao desenvolvimento.

Para Becker (1995), essa nova perspectiva consiste em selecionar pontos para aplicação de forças e na política do desenvolvimento regional, cuja maior expressão é a prática dos pólos de crescimento. Para a construção do desenvolvimento humano sustentável, uma das principais estratégias consiste na formação dos recursos humanos para programar tais políticas. É imprescindível que as pessoas que irão conduzir esse processo tenham, além da qualificação adequada, o conhecimento da realidade na qual irão trabalhar e estejam preparadas para levar em consideração as crenças e valores da comunidade local.

Dentre as principais características das políticas públicas, segundo Pereira (2000), encontram-se:

- 1) Existência de um conteúdo que orienta os recursos humanos e materiais na busca de determinados resultados, de forma que não pode ser confundida com um ato isolado;
- 2) A existência de convergência entre o conteúdo da política, os atores e os mecanismos disponíveis para sua execução.

Portanto, o papel do Agente de Desenvolvimento é estimular a construção do desenvolvimento municipal/local numa visão de auto-sustentabilidade, trabalhando de forma articulada em parcerias com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, ou seja, é preciso que haja uma melhor articulação entre as iniciativas no nível local e as mudanças no nível dos sistemas. Indivíduos e organizações locais devem ser capazes de iniciar e manter o desenvolvimento de sua própria comunidade.

2 A comunidade de artesãos em Três Lagoas-MS

A comunidade de artesãos de Três Lagoas-MS surgiu por iniciativa de três organizações locais: SEBRAE, Prefeitura Municipal e ACITL no dia 9 de novembro de 2002, a partir do Projeto Empreender, idealizado pela CACB e o SEBRAE Nacional com o objetivo de promover o associativismo e o cooperativismo como alternativa de união dos artesãos para a sustentabilidade e o desenvolvimento do grupo. A primeira reunião realizada no dia 19 de novembro de 2002 teve como participante somente uma artesã, representantes do SEBRAE, ACITL e a Consultora do SEBRAE Maria Luzia Lomba de Souza.

A sensibilização de participantes para o Núcleo Setorial de Artesanato foi feita com divulgações na mídia escrita e falada local e, também, buscou-se o apoio da Prefeitura, que fez um levantamento dos nomes de artesãos que participavam das festas locais como a Festa do Folclore (realizada no mês de Agosto) em que apresentavam seus trabalhos. Após a localização desses artesãos, uma nova reunião foi marcada.

Para a participação da reunião compareceram vinte e dois artesãos, que não se conheciam e se consideravam concorrentes

por trabalharem com artesanato. Percebeu-se que os participantes estavam encantados com o projeto, embora ainda não conseguissem visualizar os caminhos e os meios para colocar em prática as ações de divulgação dos trabalhos, qualificação da mão de obra, novas técnicas de confecções e a utilização de novas matérias primas. Observou-se, na fala dos participantes que a maioria não tinha disponível sequer a matéria-prima para confeccionar seus trabalhos.

- Feira de artesanato na Praça da Bandeira: uma revelação dos artistas locais

Após algumas reuniões, o grupo começou a se organizar, e para comemorar o Dia Internacional da Mulher (8 de março de 2002), foi organizada pela Associação Comercial e pela Prefeitura Municipal a 1ª Feira de Artesanato em Três Lagoas. Foi um grande desafio, porque muitos não tinham matéria-prima para confeccionar as peças e nem infra-estrutura adequada para a montagem do espaço onde aconteceria o evento

A feira foi realizada na Praça da Bandeira ao ar livre e, mesmo com todas as dificuldades de infra-estrutura, segundo o jornal do povo, foi um sucesso (março/2002). Conforme os relatos em ata feita pelos artesãos, os elogios dos visitantes foram satisfatórios, pois a maioria dos moradores de Três Lagoas ainda não conhecia os trabalhos dos artesãos e nem se quer sabia que existiam. Devido ao sucesso, foi estabelecido que os artesãos apresentassem seus trabalhos sempre no segundo sábado de cada mês em espaço público

Como parte do aprimoramento proposto pelos representantes do projeto, os artesãos começaram a expor suas peças em vários locais da cidade, como: Exposição Agropecuária de Três Lagoas, na Faculdade AEMS, Expo Mulher; Pousada do Tucunaré; 18ª Festa do Folclore. Essas exposições e feiras possibilitaram participações em outras cidades da região, ora vendendo os produtos ora visitando as feiras para adquirir novos conhecimentos. Dentre os eventos participados estão a Exposição Agropecuária de Andradina; a 1ª Feira do Artesanato em Brasilândia; a viagem para Campo Grande na Caravana MS Faz Tecnologia e a viagem de aprimoramento técnico para Naviraí

- Ação de coordenação e aspectos do grupo de artesãos, e dos empresários locais

As feiras na Praça continuaram e a partir do desempenho dos integrantes do projeto, os empresários locais doaram cinco barracas, protegendo assim os trabalhos da chuva e do sol. Pouco a pouco, as feiras foram ficando mais organizadas e com maior qualidade dos produtos, atendimento e novo visual.

Os artesãos receberam treinamentos por meio de cursos específicos como: liderança, desenvolvimento interpessoal, formação de preço, motivação, qualidade no atendimento, solidariedade e reciprocidade, dentre outros. Essa iniciativa foi fundamental para a conscientização, aprimoramento técnico e criação de uma comissão com tesoureiro, secretaria, e sub-coordenação, já que a coordenação geral cabia à consultora Maria Luzia Lomba de Souza. O mandato da comissão duraria seis meses podendo ser alterado conforme a atuação dos artesãos escolhidos.

Além de receberem a doação das barracas, os artesãos do projeto passaram a ter um espaço para vender suas peças com a doação do espaço por uma das integrantes do projeto, Ana Viturino. Entretanto, o ponto era longe do centro comercial dificultando a locomoção dos compradores e dos artesãos na reposição dos produtos. Com o tempo deixaram de levar o artesanato e o local foi desativado.

- Identidade e autonomia do grupo: Criação da Atar – Associação Três-lagoense de Artesãos

Durante o apoio dos parceiros e da consultora os agentes enfatizavam que o sucesso só dependia deles e que a confiança, a solidariedade e a participação desenvolvidas entre eles eram fundamentais nessa caminhada. Em outubro de 2004 as parcerias chegaram ao fim e o núcleo de artesãos teria que continuar sozinho, mas antes a consultora do núcleo de artesanato sugeriu que escolhessem uma liderança, um representante, e elegeram a irmã Zélia Lopes da Silva (freira) como líder, ocasião em que obteve 96% da votação, pois desde o começo do projeto ela se fez presente e atuante. A Irmã

Zélia é uma das grandes responsáveis pela continuidade da comunidade de artesãos depois da saída da consultora Maria Luzia do Projeto Empreender. Conforme ressalta Boog (1999), para ser um bom líder é preciso fazer com que os outros tenham vontade de fazer algo que eles estejam convencidos de que deve ser feito.

A comunidade se tornou uma Associação Três-lagoense de Artesãos - ATAR, contando com 38 associados que desenvolvem os mais variados tipos de trabalhos manuais, como pintura, retalhos, costuras, bordados, tecelagem, madeira, arte em jornal, meia de seda, mosaicos, crochês, entre outros e recentemente, foi inaugurada uma nova sede na Av. Ranulpho Marques Leal. Neste momento, o grupo também está mais amadurecido para manter esse empreendimento. Diferente da situação anterior, a ATAR arca com as despesas de aluguel e da manutenção do estabelecimento.

Segundo Massunari (2006), o artesanato na cidade de Três Lagoas desenvolve um papel relevante na sociedade local, já que, além da expressão artística e cultural, gera trabalho e renda para uma parte da população, fazendo-se um meio de vida para uns e um equilíbrio no orçamento familiar para outros. Nesse contexto, as peças artesanais, têm se destacado como verdadeiros ícones da cidade e até mesmo do Estado.

3 Análise e interpretação dos dados coletados

A pesquisa de campo foi realizada via entrevistas estruturadas e questionários na sede da comunidade de artesãos na cidade de Três Lagoas-MS com vinte e cinco artesãos. O processo da pesquisa caracterizou-se pela interação dos seguintes elementos: questão básica da pesquisa, o que motivou a investigação. Quanto aos sistemas conceituais foram utilizados para interpretar os fenômenos e utilizaram-se métodos específicos para coletar, registrar e transformar os dados. Na análise foi utilizado o método de porcentagem e números absolutos na apresentação dos resultados obtidos nos questionamentos, pois o questionário possibilitou a população alvo mais de uma alternativa em algumas questões.

A comunidade de artesãos é formada por 92% (23 artesãs) de mulheres e apenas 8% (dois artesãos) de homens, verificando-se que a sociedade ainda considera o artesanato como uma atividade feminina. Dos informantes 16% (quatro artesãos) possuem o ensino fundamental; 60% (15 artesãos) o ensino médio; 12% (três artesãos) ensino superior e 12% (três artesãos) possuem pós-graduação. Observa-se que a base educacional da comunidade está equilibrada, em que, segundo elas, várias artesãs são professoras aposentadas. Isso mostra que, ao contrário do que se pensava, que nem todas as comunidades de artesãos são formadas por pessoas carentes e analfabetas. A educação escolar (primário, secundário e superior) constitui a base para diferentes patamares de qualificação. Nessa concepção, portanto, o grau de escolaridade formal constitui um dos principais ingredientes do processo de consolidação da comunidade.

Manfredi e Bastos (1997) salientam que a sociedade que queremos construir antecipa-se na escola como possibilidade desejável e realizável através de iniciativas de solidariedade, participação e de exercício de governo compartilhado.

Quanto à renda familiar mensal, sem contar a renda com o artesanato, observou-se que 4% (um artesão) tem renda mensal de um salário mínimo, 68% (17 artesãos) possuem renda mensal de dois a quatro salários e 28% (sete artesãos) têm renda mensal acima de quatro salários mínimos. Nem todos os integrantes da comunidade são casados ou têm a necessidade de contribuir com a renda familiar, o que justifica a porcentagem de um salário mínimo. Constatou-se que 68% receberam de dois a quatro salários mínimos e 28% acima de quatro salários. Justifica-se tal índice pelo grau de escolaridade desses artesãos, já que uma grande parcela deles são professores(as) aposentados(as).

Quando questionados porque confeccionavam artesanato; identificou-se 10,81% (quatro artesãos) foi por influência familiar; 18,92% (sete artesãos) ingressaram na atividade por curiosidade, 13,51% (cinco artesãos) receberam convite de outros artesãos, 45,95% (17 artesãos) para complementar a renda familiar (representando quase a metade da população pesquisada) e 10,81%

(quatro artesãos) atribuíram a outros fatores. Informaram também que 6,25% (dois artesãos) tomaram conhecimento do artesanato por meio da mídia; 65,62% (21 artesãos) por meio de convites de outros artesãos; 18,75% (seis artesãos) a partir de eventos realizados e 9,38% (três artesãos) pelos agentes do Projeto Empreender. Vale lembrar que nesta questão os questionados responderam mais que uma alternativa.

A falta de participantes na primeira reunião deu origem a várias estratégias para que os artesãos locais se interessassem pela comunidade. Uma delas foi à veiculação do projeto na mídia com o objetivo de convidar pessoas que tinham conhecimento sobre a atividade. Outra maneira foi à divulgação boca a boca feita pelos envolvidos a fim de propagar o projeto à comunidade. Vale destacar que dentre os métodos este foi o mais eficaz.

A venda do artesanato, segundo os informantes, proporciona uma rentabilidade de menos de um salário mínimo para 92% (23 artesãos), de um salário mínimo para 4% (um artesão) e entre dois e quatro salários para 4% (um artesão). A atividade não garante uma rentabilidade satisfatória que segundo os artesãos se dá pelo fato da venda do artesanato depender da sazonalidade, ou seja, em algumas feiras, as apresentações dos trabalhos em épocas festivas, como por exemplo: páscoa, dia das mães, dia dos pais e natal onde nem sempre todos vendem produtos de forma igualitária. Verifica-se, dessa forma, que a atividade não pode ainda ser considerada como um meio de vida para esses artesãos, pois necessitam de outra fonte de renda para sobreviver. Por outro lado, na questão sobre a influência familiar referente ao ofício de artesão, assinalaram que devem dar possibilidade de trabalho às gerações mais novas, que devem receber das mais velhas as técnicas e demais experiências acumuladas, porém, cada um deve acentuar às peças o seu cunho de originalidade pessoal.

A pesquisa apontou que as principais dificuldades enfrentadas pela atividade artesanal são: a escassez de recursos financeiros com 21,15% (11 artesãos), a qualidade da matéria-prima com 13,46% (sete artesãos). O mercado para o artesanato apresen-

tou 36,54% (19 artesãos) como dificuldade e quando questionado sobre o grau de satisfação do mercado responderam que o mercado do artesanato é ótimo com 18,8% (dois artesãos); muito bom com 4% (um artesão) bom com 24% (seis artesãos); regular com 48% (12 artesãos) e atribuíram como ruim 16% (quatro artesãos). Outra dificuldade atribuída diz respeito à falta de incentivo governamental, apresentando 21,15% (11 artesãos), e apenas 7,70% (quatro artesãos) caracterizam a falta de relacionamento interpessoal. É importante destacar que o município de Três Lagoas-MS ainda não se caracteriza como uma cidade turística e a sociedade local ainda não valorizam e nem é estimulada a adquirir produtos confeccionados pelos artesãos, o que justifica a falta de mercado apontada pelos informantes.

Outras preocupações segundo os informantes são a falta de espaço físico para comercialização do artesanato com 52% (13 artesãos), desunião dos integrantes com 24% (seis artesãos), cooperação e custo da matéria prima com 8% (dois artesãos); falta transporte próprio para transportar os artesanatos para as feiras e eventos com 4% (um artesão) e a imposição da liderança sobre as atividades executadas pelo grupo também com 4% (um artesão).

Baseando-se nas colocações de Martins (1973), percebe-se que o regime de trabalho manual necessita de um estímulo vigoroso e pertinaz para se desenvolver, sendo que isto só se conseguirá mediante uma ação da comunidade, da sociedade local e do governo municipal. Não convém que essa ajuda se faça de maneira ostensiva, mas cautelosa. Desse modo, qualquer plano de proteção ao artesanato deve preceder de estudos bem dirigidos e deve ser elaborado com a convicção plena dos bons resultados que serão obtidos e segundo os objetivos a que se tem em vista alcançar.

A atividade artesanal está ligada ao estilo de vida e do grau de comércio com comunidades vizinhas, sendo o artesanato uma manifestação da vida comunitária. Sobre tudo, a comunidade deve ser orientada no sentido de produzir objetos de uso mais comum no lugar, seja em função utilitária, lúdica, decorativa ou religiosa, portanto, é preciso pesquisar quais os produtos que o mercado deseja comprar.

Quanto aos artesanatos confeccionados 42,10% (24 artesãos) responderam que os produtos são comercializados em feiras realizadas na Praça da Bandeira; 29,83% (17 artesãos) em feiras livres; 22,80% (13 artesãos) nas residências; 5,27% (três artesãos) comercializam no ponto de venda. Para as vendas ambulantes não houve porcentagem. Observou-se que as feiras realizadas na praça exercem um papel fundamental na venda dos artesanatos, mas a venda nas residências representa valor significativo que precisa ser estudado como uma ferramenta. Segundo os artesãos a venda de porta em porta significa clientela fixa, o que sugere uma segurança na sua rentabilidade. Esses mesmos clientes indicam que os produtos para amigos e familiares têm aumentando o potencial de venda desses artesãos. Já a comercialização na loja, conforme aponta a pesquisa, não representa um número expressivo (5,27%). Vale lembrar que o local destinado à venda foi inaugurado recentemente, não se localiza em ponto estratégico comercial tornando a venda mais lenta.

Quando questionados sobre o conhecimento na formação de preço do artesanato, 14% (sete artesãos) responderam que sim, 28% (14 artesãos) conhecem as formas de comercialização; 8% (quatro artesãos) têm conhecimentos básicos sobre pesquisa de mercado; 26% (13 artesãos) fizeram cursos sobre a qualidade dos artesanatos e 24% (12 artesãos) têm conhecimento sobre relacionamento interpessoal. Isso se dá pelo fato dos cursos e treinamentos ao longo do processo do projeto - Desenvolvimento Empreendedor.

Conforme salienta Harbison (1974), as transformações em curso na sociedade brasileira, decorrentes das mudanças técnico-organizacionais no mundo do trabalho, estão fazendo ressurgir, com muita ênfase, entusiasmados debates relativos a temas e problemas que nos remetem às relações entre trabalho, qualificação e educação (especialmente a formação profissional). A expressão "formação de capital humano", empregada por Harbison (1974), significa o processo de formação e incremento do número de pessoas que possuem as habilidades, a educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento.

Conforme explica Manfredi (1998), os trabalhadores como sujeitos coletivos, estariam também se construindo e se qualificando, apesar das condições alienantes e alienadoras do trabalho sob a égide e o controle do capital. Sobretudo, a preparação técnica é considerada importante, mas é entendida como uma dentre as várias dimensões a serem valoradas no processo educativo. É importante destacar que a técnica não é instância separada da cultura de uma sociedade.

Analisando os dados coletados observou-se que 57,58% (19 artesãos) dos informantes adquiriram esses conhecimentos através do SEBRAE; 12,12% (quatro artesãos) foram treinados pela consultora do Projeto Empreender na sede ACITL onde eram realizadas as reuniões; 9,09% (três artesãos) através da participação em cursos oferecidos pela Prefeitura Municipal e 21,21% (sete artesãos) através de outras fontes como pesquisas realizadas em revistas especializadas, jornais, colegas da própria comunidade e cursos promovidos por escolas técnicas. Quando questionados sobre o grau de classificação quanto a participação no desenvolvimento da comunidade de artesãos 20% (cinco artesãos) atribuíram como ótima, 16% (quatro artesãos) como muito boa, 28% (sete artesãos) como boa e 36% (nove artesãos) como regular. As maiores reclamações apontadas por eles dizem respeito à falta de atenção para a comunidade e um local para a comercialização do produto do qual o Sebrae e a ACITL não podem resolver, pois seu papel é de capacitação para a gestão local, com a possibilidade de realizar diagnósticos, elaborar e executar projetos, monitorar e avaliar os resultados e capacitação.

A pesquisa mostrou que em todos os anos houve um aumento na entrada de novos participantes à comunidade de artesãos, onde 12% (três artesãos) dos informantes fazem parte da comunidade desde seu início em 2002; 20% (cinco artesãos) ingressaram entre 2002 e 2003; 16% (quatro artesãos) em 2003 e 2004; 32% (oito artesãos) ingressaram entre 2004 a 2005 e 20% (cinco artesãos) ingressaram em 2006. Isso se deve ao fato de que o progresso dos trabalhos e o reconhecimento do grupo cada vez mais têm aumentado. Porém, verifica-se que, no período de 2003 a 2004, houve um declínio no percentual.

Segundo os dados obtidos através das documentações transpostas em ata, foi neste período que tiveram fim as parcerias entre o SEBRAE e a ACITL que durou dois anos. Nesse momento, eles precisaram colocar em prática todos os ensinamentos que os agentes passaram, principalmente, sobre motivação pessoal, pois dependeria de cada um a continuidade do trabalho. Esse processo levou a desenvolver a solidariedade, o sentimento de pertença e a identidade coletiva.

Com isso, em 2005, a comunidade se reafirmou e obteve um aumento no percentual de integrantes perdurando em 2006, conforme mostra a pesquisa.

Observou-se que 40% (10 artesãos) responderam que a comunidade coopera e interage entre si; 4% (um artesão) responderam que não; 56% (14 artesãos), ou seja, mais da metade responderam que às vezes há interação e cooperação entre a comunidade. Foi levantado também que 72% (18 artesãos) participaram das atividades da comunidade e 28% (sete artesãos) participaram às vezes.

Evidencia-se que a participação dos integrantes não é totalmente efetiva. Segundo os relatos, os objetivos individuais ainda prevalecem sobre os grupais. A cooperação dos integrantes oscila conforme o benefício que terá com aquela ação. Em dias de apresentações em feiras, esse fator se sobressai ainda mais; uma vez que todos querem o lucro. Porém, são poucos que contribuem para a realização das atividades. Segundo eles, este é um dos grandes problemas enfrentados pela comunidade.

Conforme assinala Fritzen (1980), as relações entre as pessoas continuam sendo motivos de grandes conflitos e muitas dificuldades. As diferenças de valores, experiências, percepções e opiniões são diversas e essas diferenças estão vivamente presentes na comunidade e em suas interações pessoais, influenciando cada ação, pensamento e decisão. A cooperação é uma filosofia baseada em conceitos e valores humanísticos, como solidariedade, confiança e organização funcional de grupos. Tem como propósito substituir o individualismo pela ação coletiva.

Quanto ao artesanato confeccionado, os percentuais não atingiram 100% porque nesse quesito, além das criações serem muito diversificadas, os pesquisados respondeu

mais de uma alternativa. Assim, os dados coletados foram: 8,64% (sete artesãos) biscoitos; 7,40% (seis artesãos) tapetes; 6,17% (cinco artesãos) bonecas; 2,47% (dois artesãos) licor; 9,88% (oito artesãos) bolsas; 13,59% (11 artesãos) pano de prato e bordados em geral; 6,17% (cinco artesãos) animais de vários materiais; 6,17% (cinco artesãos) bijuterias; 3,70% (três artesãos) artefatos em jornal; 9,88% (oito artesãos) objetos de cerâmica; 4,94% (cinco artesãos) pintura em tela; 7,40% (seis artesãos) artefatos de madeira e 13,59% (11 artesãos) trabalhos com meias de seda, crochê, mosaico, decopagem, sabonetes, velas decorativas e bolachas. Há uma grande diversificação de artesanatos onde o artesão, geralmente, domina várias técnicas do artesanato, favorecendo, assim, a diversidade no mercado consumidor. Cabe ressaltar que todos eles continuam fazendo cursos para o aprimoramento das técnicas. Esses cursos são feitos particularmente ou realizados a partir das parcerias com o SEBRAE e a Prefeitura Municipal.

Considerações finais

O desenvolvimento local tem sido motivo de intenso estudo entre os profissionais das áreas de Economia, Administração, Sociologia, Política, Antropologia, Geografia e História. A partir da crise econômica no final dos anos 70 e começo dos 80, mudou-se a discussão sobre o desenvolvimento de uma visão global para uma visão local, logo, mais apropriada para as comunidades.

A construção dos conceitos de desenvolvimento local e políticas públicas é um processo amplo e de debate permanente como nova maneira de promover o desenvolvimento contribuindo para: melhoria da qualidade de vida das comunidades dos municípios, surgimento de comunidades sustentáveis, capacidade de suprir suas necessidades mais imediatas, despertar ou descobrir suas vocações, expandirem suas potencialidades e incrementar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais. Juntamente, a construção e a formação da identidade local, as questões econômicas, sócio-culturais e ambientais, a participação de atores sociais, as novas territorialidades criadas na distribuição/in-

tegração espacial do desenvolvimento, as novas estratégias de políticas locais, têm sido re-interpretados a partir de novos conceitos e modelos de análise.

Os princípios do desenvolvimento local buscam atuar, dirigindo os esforços e as atividades nas comunidades, com enfoque nos conceitos de identidade, cooperação e solidariedade. A necessidade da solidariedade vai readaptando ou redefinindo as vocações locais como um conjunto de potencialidades não apenas econômicas, mas também de condições sócio-culturais e ambientais, que possam garantir a manutenção dos atores econômicos presentes e a qualidade de vida das populações no desenvolvimento local.

A capacitação da comunidade pelos atores externos locais constitui a alma de todo o processo. Nada será feito se a comunidade não for capacitada para a gestão local, isto é, se não aprender a fazer diagnósticos, elaborar, executar, monitorar e avaliar projetos, prestar contas, articular atores externos, programar e negociar interesses e opiniões diversas e, ainda, animar a comunidade no seu processo de emancipação. O processo de capacitação deverá ser inicialmente por meio da sensibilização dos participantes da comunidade estudada e, posteriormente, por treinamentos.

O comportamento dos artesãos, a percepção das políticas e as mudanças não são automáticas. A aprendizagem é um processo de médio e longo prazo, constituindo-se em oportunidades concretas de desenvolvimento. No entanto, verificou-se com o estudo que na comunidade de artesãos de Três Lagoas-MS a falta de: espaço físico para a venda dos produtos, mercado para os produtos, recursos financeiros, divulgação dos produtos e a dependência dos agentes externos, relação interpessoal são fatores que dificultam o desenvolvimento da comunidade de artesãos no local.

Para que esses fatos sejam revertidos deve-se fomentar a cultura da cooperação e da confiança entre os membros da comunidade, realizar treinamentos e capacitação gerencial, para que elas dependam pouco dos agentes externos, governos e associações de classe e assim consigam definir sozinhos aonde, como e quando atingir a auto-suficiência do grupo.

Referências

- BECKER, Bertha K.; CASTRO, Iná Elias et al. (orgs.). *Geografia, conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BOOG, Gustavo G. (Coord.). *Manual de treinamento e desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia D. de e SILVEIRA Maria Laura (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- DEMO, Pedro. *Formação profissional e desenvolvimento econômico/social*. I SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICA E PLANEJAMENTO. FGV: SENAC/DN, 1979.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, n.51, fev. 2003.
- FRAGOSO, Antônio. Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas. In: *Revista Lusófona de Educação*, n. 5, p. 63-83, 2005.
- FRITZEN, José Silvino. *Exercícios práticos de dinâmica de grupo e de relações humanas*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- HARBISON, Frederick H. Mão-de-obra e desenvolvimento econômico: problemas e estratégia. In: PEREIRA, Luiz (org.). *Desenvolvimento, trabalho e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- HEIDRICH, A. Fundamentos da formação do território moderno. *Boletim Gaúcho de Geografia*, AGB - Seção Porto Alegre, n. 23, 1998.
- HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Território*, Rio de Janeiro, ano II, n.3, jul./dez. 1997.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MACHADO, M. S. *Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade*. Disponível em: www.bdmdl.ucdb.br, 5/9/2005.
- MANFREDI, Silvia Maria; BASTOS, Solange. Experiências e projetos de formação profissional entre trabalhadores brasileiros. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n. 60, dez. 1997.
- MANFREDI, Silvia Maria. **Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.19, n.64, set. 1998.
- MARTINS, Saul. *Contribuição ao estudo científico do artesanato*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1973.
- MARTINS, Sérgio R.O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo grande: UCDB, v.3, n.5, p. 51-59, set. 2002.
- MASSUNARI, Laura. Associação Três-lagoense de artesãos inaugura sede para comercializar trabalhos. *Jornal do povo*, Três Lagoas, 10 jun.2006, p.16.
- NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: algumas notas. In: SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia D. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Território, globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios á crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SACK, Robert David. *Territorialidade humana: teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia D. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Território, globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____. *Território e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. *Anais... da Associação de Geógrafos Americanos*, v.66, n.2, jun./1976.
- _____. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- 1997.
- MARTINELL, Alfons. Cultura e cidade: uma aliança para o desenvolvimento. A experiência da Espanha. In: COELHO, T. (org.). *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para cultura*. Brasília-DF: UNESCO Brasil, 2003.
- SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: ecologia e desenvolvimento 1972 -1992. In: MAIMON, Dália (org.). *Ecologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: APED, 1992.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- TAUK SANTOS, Maria Salett. Comunicação rural – velho objeto, nova abordagem, mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: LOPES, M.L.V. de; FRAU-MEIGS; TAUK SANTOS, M.S. (orgs.). *Comunicação e informação: identidades sem fronteiras*. São Paulo: Intercom; Recife: Bargaço, 2000.
- TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Desafios comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. *Revista Signo*, João Pessoa, ano 2, n. 3, set. 1995.

Un perfil profesional para el gestor de desarrollo local rural e indígena*
Um perfil profissional para o gerente do desenvolvimento local em zonas rurais e indígenas
A professional profile for the manager of local development in rural and indigenous zones
Un profil professionnel pour le manager de développement local dans les zones ruraux et indigènes

Dr. José Ángel Vera Noriega**
MC. Claudia Karina Rodríguez Carvajal

Recebido em 20/9/2006; revisado e aprovado em 28/5/2007; aceito em 31/7/2007.

Resumen: El presente artículo tiene por objetivo plantear un perfil de lo que podría ser la formación de un gestor en desarrollo local en zonas rurales e indígenas para Latinoamérica. Se presentan los rasgos teóricos conceptuales del desarrollo local como estrategia trans-disciplinaria. En el marco de la globalización se supone un territorio inmerso en un proceso de identidad y participación social para el cambio, donde se toman en cuenta tres momentos en la persona, que tienen un efecto directo sobre la productividad de la comunidad: adquisición, formación corporativa y consolidación de actitudes. Estas se presentan a través de cualidades como: compromiso cívico, normas colectivas e integración social, no solo geográficas, sino, de saberes, fortalezas, necesidades y políticas. Invitando a las universidades a generar objetivos que mejoren la competitividad centralizando los intereses sobre el desarrollo local. Se concluye con un modelo de evaluación de tipo cuantitativo para estimar en el egresado: actitudes y habilidades de cooperación e integración y obtener soluciones eficientes y eficaces a los problemas sociales y económicos.

Palabras clave: gestor de desarrollo local; universidad; globalización.

Resumo: O artigo atual tem o objetivo de apresentar um perfil de o que pôde ser a formação de um agente no desenvolvimento local nas zonas rurais e indígenas para América Latina. As características conceituais teóricas do desenvolvimento local como uma estratégia trans-disciplinaria são apresentadas. No contexto da globalização conjeturamos um território dentro de um processo da identidade e na participação social para a mudança, onde três momentos têm um efeito direto na produtividade da comunidade: aquisição, formação corporativa e consolidação das atitudes. Aparecem como qualidades: compromisso civil, regras coletivas e integração social, não somente geográficas, também, conhecimento, forças, necessidades e políticas. Convidamos as Universidades para gerar os objetivos que melhorem a competitividade focalizando interesses do desenvolvimento local. Nós concluimos com um tipo quantitativo de avaliação para estimar nos graduados: habilidades e atitudes para lá cooperação e integração, tentando obter soluções eficientes e eficazes aos problemas sociais e econômicos.

Palavras-chave: gerente do desenvolvimento local; universidade; globalização.

Abstract: The present article has the objective of presenting a profile of what might be the formation of an agent in local development in rural and indigenous zones for Latin America. The theoretical conceptual features of local development as a trans-disciplinary strategy are presented. In the frame of globalization there is supposedly a territory immersed in a process of identity and social participation for change, where three moments are taken in account, which have a direct effect on the productivity of the community: acquisition, corporate formation and consolidation of attitudes. These appear like qualities: civic commitment, collective procedure and social integration, not only geographical, also, knowledge, strengths, needs and policies. Inviting universities to generate objectives that improve competitiveness focusing on the interests of local development. We conclude with a quantitative type model of evaluation to estimate in graduates: attitudes, cooperation and integration skills, to obtain efficient and effective solutions to the social and economic problems.

Key words: manager of local development; university; globalization.

Résumé: Cet article a le but de présenter un profil pour la formation d'un agent de développement local dans les zones ruraux et indigènes en Amérique Latine. Les caractéristiques conceptuelles du développement local comme une stratégie transdisciplinaire sont présentées. Dans le contexte de la mondialisation, nous conjeturons dans un processus de l'identité et de la participation sociale pour le changement, dans lequel trois moments ont un effet direct dans la productivité de la communauté: l'acquisition, la formation corporative et la consolidation des attitudes. Conçu comme qualité: le compromis de la société civile, les règles collectives et l'intégration sociale, non seulement géographiques, mais aussi la connaissance, les forces, les nécessités et les politiques. Nous avons invité les Universités pour définir les objectifs qui améliorent la compétitivité, focalisant les intérêts du développement local. Nous avons conclu avec un type quantitatif d'évaluation pour être appliquée sur les gradués: les habilités et les attitudes pour la coopération et l'intégration, pour obtenir des solutions efficaces et efficaces pour les problèmes sociaux et économiques.

Mots-clés: manager du développement local, université, mondialisation

* Este trabajo forma parte de la producción académica de la Maestría en Desarrollo Regional. Agradecemos al Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología la beca otorgada al coautor para llevar a cabo esta investigación.

** Dirección: Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo A.C., Carretera a la Victoria km. 0.6, Hermosillo, Sonora, CP 83000, C.P. 1735 Teléfono: (662) 289 2400 e-mail: avera@cascabel.ciad.mx, claudiak@estudiantes.ciad.mx.

Introducción

El presente artículo tiene por objetivo plantear un perfil de lo que podría ser la formación de un gestor en desarrollo local en zonas rurales e indígenas para Latinoamérica. El artículo inicia planteando los rasgos teórico-conceptuales del desarrollo local como estrategia transdisciplinaria en el orden de un territorio inmerso en un proceso de identidad y participación social para el cambio.

El contexto del desarrollo local: Cooperación, capital social, liderazgo y gobernabilidad

Un concepto fundamental al desarrollo local es de cooperación y su relación con la participación dentro de un territorio. La cooperación en lo social es una respuesta racional a la propia lógica de cada uno de los agentes y actores de un territorio en la cual se pueden distinguir tres momentos: un primer momento de adquisición, el cual, tiene como fundamento la motivación de encontrar o hacer posible una serie de expectativas para generar una estrategia común bajo condiciones que operan en el contexto y no como una motivación preexistente. De tal forma, que debe entenderse que las estrategias para el inicio de este proceso de cooperación tendrán diferentes objetivos dependiendo del territorio y del nivel base de relación que tengan los actores. En un segundo momento que podríamos llamar de "formación cooperativa" las relaciones aparecen de manera más acabada y consciente con el objeto de gestionar intercambios y sinergias para lograr mayor competitividad en el territorio. Un tercer momento que podríamos llamar de "consolidación" es cuando nos referimos al concepto de cooperación estratégica el cual implica un fuerte liderazgo por parte de las organizaciones locales (BARREIRO, 2000).

Así pues, no se entiende cooperación como una respuesta puntual hacia una amenaza o hacia una oportunidad, sino más bien como un proceso que inicia con la necesidad de una relación entre los actores vinculadas a una planeación a largo plazo, que no tiene una racionalidad que indique cuál será el proceso que se habrá de seguir para lograr la consolidación del proceso co-

operativo, ni tampoco requiere de la enumeración de pasos. Esta imposibilidad de dibujar un conjunto de pasos y reglas para lograr el avance en cada una de las etapas genera una problemática al momento de intentar formar un gestor local, ya que no existen condiciones para la reproducibilidad de experiencias, ni datos que permitan predecir un final bajo una serie de pasos.

Por otro lado, es importante señalar que la cooperación tiene diferentes modalidades basadas principalmente en los intereses y se establecen a través de las reglas y el tipo de cooperación que se propone. Esto quiere decir que se establecen nexos cooperativos no solo con fines productivos sino como alianzas para la asesoría, la transferencia de información, el apoyo social y político.

La cooperación desde este punto de vista, es un aprendizaje social que resulta de las relaciones de confianza que aunadas a la calidad de las formas o modos con los que se transfieren los intereses entre los participantes conforman una acumulación de capital social.

Las redes sociales de compromiso cívico y sus normas colectivas tienen un efecto directo sobre la productividad de la comunidad, generando así una relación condicional entre el concepto de capital social y el de cooperación, colocando así al capital social como un determinante del desarrollo local.

Esto implica que a mayor cambios en la cantidad y densidad de las interacciones sociales (cooperación) mayor será el capital social y en consecuencia la construcción de un patrón de desarrollo local.

Aunque puede parecer una actitud reduccionista, esta posición lineal entre cooperación y capital social tiene un trasfondo evolutivo porque siempre es visto como un proceso de largo plazo que genera un alto nivel de confianza y hace que los mercados se vuelvan cada vez más eficaces, siempre y cuando, las reglas y normas de cooperación se mantengan dentro de un ámbito de alto nivel de honestidad y responsabilidad, proximidad y convivencia entre los actores. En general lo que necesita un proyecto de gestión local es un movimiento de los miembros del territorio hacia la formación de sus habitantes, con conocimientos técnicos y sociales, con el

objeto de acumular capital social dentro y fuera del territorio y a su vez estudiar las condiciones de producción, participación, cooperación y desarrollo local existente, con el objeto de trazar un plan entre las entidades civiles, estatales y privadas para lo que será la fuente base para el desarrollo local.

Territorio e identidad

Un factor que resulta básico en los procesos de adquisición, para el entramado cooperativo dentro de un territorio, esta relacionado con las identidades colectivas y como ellas construyen sentidos de pertenencia facilitando la participación y la integración de las diferentes visiones individuales. Como el territorio en la mayoría de los casos no es una geografía sino una red compleja de relaciones e intereses, es preciso construir o reforzar identidades. En un mundo local y global a la vez, las personas y colectivos construyen identidades múltiples y requieren ir transformando los criterios de pertenencia a los nuevos contextos, por lo que las nuevas identidades nacen mas bien de objetivos y necesidades compartidas mas allá del amor por la tierra o por el pueblo (PARKER, 1995).

Las identidades son múltiples, no son únicas y se documenta un proceso en el cual las personas se identifican con lo local en momentos en los cuales se vuelve difícil construir una identidad global fundamentalmente para aquellos que viven en la pobreza.

Esta es una fortaleza empírica de la que parte la metodología de desarrollo local integrado y sostenible. La idea de lo local no sólo como geográfico sino como integración de saberes, fortalezas, necesidades, políticas rebasa el ámbito geográfico y nos coloca frente a un modelo innovador que entiende lo local como comunidad que de manera endógena puede construir y desarrollare un futuro alternativo, se habla de un "ethos" de la comunidad desligado de comunidad y sociedad (FRANCO, 2000). El modelo supone que las personas son capaces de lograr por su fuerza política y de asociación, creatividad e innovación, acceso a la renta, riqueza, conocimiento y poder pero para esto hace falta promover a través de las políticas públicas un capital humano, social y natural a través no solo de la dimensión económica sino de la cultural, so-

cial, ambiental y política (HARVEY, 1993)

Una perspectiva actual errónea de lo local implica resguardarse en un discurso de lo local como parte de las políticas macroeconómicas que pretenden con fórmulas exógenas y con un "altruismo mesiánico" rescatar a las comunidades pobres de su atraso (ALLENDE, 1998)

En un segundo momento que llamaremos proceso de consolidación, los conceptos de liderazgo y de gobernabilidad adquieren un papel central en el análisis de los procesos de desarrollo local pues se hacen evidentes empíricamente cuando las relaciones de cooperación están consolidadas, Esto es, cuando existe capacidad para formular e implementar estrategias locales de desarrollo y reposicionamiento territorial. Esto requiere capacidad para formular e implementar políticas públicas, un tejido institucional y cultural, y un liderazgo eficaz y los tres implican un proceso de consolidación social entre los actores y los agentes del desarrollo local. De aquí que sea necesario entender la gobernabilidad como una estrategia de construcción de capacidades de los actores políticos, económicos y sociales y a su vez, de un liderazgo eficaz, capaz de articular la diversidad de visiones. Gobernar en este sentido, es hacer que se respeten las reglas del juego que fueron desarrollándose durante el proceso mismo de las alianzas y asociaciones y a su vez, promover los procesos de aprendizaje y adaptación social. Esto requiere un liderazgo plural, participativo y orientado al futuro. Para lo cual es importante la comprensión de los diversos intereses a corto y largo plazo, la percepción clara de los equilibrios en las relaciones entre agentes y actores y una clara conciencia de los impactos que tienen las tendencias y transiciones sobre el territorio y sus actores.

En este interaccionismo complejo que tiene una forma lineal y a largo plazo, el liderazgo y la gobernabilidad son categorías analíticas que están presentes conjuntamente con las de capital social y cooperación en los diferentes intentos para identificar los objetivos de desarrollo para movilizar las organizaciones e impulsar proyectos y seleccionar aquellos que contribuyen a los objetivos. Todos ellos, tienen una construcción sinérgica y poco predecible que pueden ser útiles como

indicadores de un proceso, pero difícilmente se conoce como éstos se promueven, instrumentan, o desarrollan, o responden más a una actitud colectiva en una red compleja de relaciones entre actores y agentes de desarrollo que a una determinación personal o grupal, sistemática, guiada por una expectativa única e inamovible.

La universidad y su papel en la formación de gestores de desarrollo local

En el contexto de un modelo de desarrollo local, la universidad es un elemento conceptual e instrumental que tiene un papel fundamental en la mediación del proceso entre las diferentes Empresas y sus intereses, el sector público a través de sus organismos no gubernamentales y el sector gubernamental. Su objetivo es crear y transferir conocimiento y a partir del conocimiento básico generar tecnología útil en la solución de problemas que mejoren la competitividad de los procesos productivos y de servicios del territorio. Se propone multiplicar la universalidad del conocimiento pero centralizar los intereses de la universidad sobre los del territorio. O sea que la misión y visión de la universidad tengan como objetivo estratégico el desarrollo local. El desarrollo local como se describió anteriormente es un proceso de planeación conjunta y paralela entre las instancias de la sociedad. Así pues, sin dejar de producir conocimientos básicos se privilegia el desarrollo de carreras técnicas relacionadas con los procesos productivos locales (CASTELLS, 1989).

En un primer momento con la formación de recursos como gestores de desarrollo local, después, como especialistas no solo en las técnicas fisicoquímicas sino en las de tipo social, la universidad se convierte en mediador entre los productores, el gobierno y las instituciones y el sistema científico - tecnológico y finalmente, como sistema que organiza el desarrollo y ajusta los conocimientos científicos al sistema territorio. Es decir, en principio la Universidad deberá formar sujetos profesionales que sean capaces de rebasar los modelos reduccionistas de tipo macroeconómico y global y asumir la concepción de desarrollo como algo generado a partir de capacidades de los actores locales. Dejar de creer que el asunto del desarrollo local es un

asunto "técnico", sino que se trata de uno de tipo sociopolítico cultural.

La Universidad y los Centros de Investigación deberán ser capaces de llevar a cabo relaciones de cooperación entre el sistema gobierno, productivo y científico - tecnológico a través de selección y traducción de modelos, expresiones y teorías que puedan ajustarse a las condiciones del contexto. Algunos casos de desarrollo endógeno demuestran que los proyectos mas exitosos son aquellos que operan, se desarrollan y retornan al contexto propio del territorio. Las nuevas enseñanzas y técnicas a aprender en la Universidad deberán centrarse en un trabajo de interpretación educando cada fenómeno en una red conceptual de esquemas, expectativas, memorias y sistemas sociales, siendo éstos quienes asuman un sentido relacional específico en el contexto de la acción. La Universidad deberá partir de un enfoque basado en los "activos relacionales" que se refiere a la interacción de roles entre persona y organizaciones en la creación de un entorno económico, social y político que derive un desarrollo sostenible y acelere así el proceso de cambio territorial (MADOERY, 2001)

El profesional deberá ser una persona con capacidad de intervención y habilidades de gobernar o controlar los procesos de gestión y relación entre los sistemas que se relacionan, asumiendo la postura de un animador económico - social. Estas personas deberán formarse como emprendedores (estrategias para definir proyectos, delimitando riesgos) y operadores territoriales que conozcan y operen eficazmente sobre el territorio, desde los diferentes sistemas y subsistemas y manejar didácticas activas como el aprendizaje por competencias, colaborativo y significativo. La enseñanza deberá tener lugar en el contexto y será necesario enseñar a la persona especialista en desarrollo local a elaborar ajustes o transferencias de conocimiento abstracto a concreto a través de diferentes escenarios. Además, se requiere establecer competencias de gestión y sectoriales. Las competencias de gestión para desarrollar habilidades en el estudiante para su relación con agentes y actores institucionales productivos, de investigación; y sectoriales, vinculados a los procesos y prácticas medulares en las especializaciones productivas territoriales.

Algunos elementos para el currículo de enseñanza para la gestión local

Uno de los problemas que enfrenta la enseñanza de los gestores locales tiene que ver con las características propias del evento que se aborda. Por la complejidad de su naturaleza y los tiempos en los que tiene lugar resulta difícil generar modelos explicativo-causales y su re generalización como conocimiento es muy poco probable ya que las circunstancias contextuales de los escenarios locales tienen una diversidad considerable desde arreglos políticos institucionales hasta aquellos de tipo social y cultural. Segundo, existe una resistencia natural al cambio, más aún cuando los nuevos métodos no han sido totalmente probados y tercero, en algunos lugares existen aún estructuras institucionales que deben desarrollarse antes de que cualquier proceso quiera ser transferido.

Los componentes del desarrollo local vinculados principalmente a las ideas, principios filosóficos y de acción, tienen pocas posibilidades de ser objetivizados, organizados, y sistematizados por lo cual, su visibilidad es muy baja y su capacidad de transferencia es casi nula. Estos componentes teórico-conceptuales en la formación del gestor son fundamentales pues constituyen las capacidades de análisis y discusión teórica que requiere el alumno para contribuir con su pensamiento al desarrollo propio de conocimiento en el área. En esta área de preparación se incluye además los procesos de desarrollo histórico y social del territorio.

Por otro lado los componentes operativos o instrumentales que abarcan métodos, técnicas y reglas de operación, aún cuando presentan un nivel de objetivación importante, su nivel de visibilidad es intermedio, pues se refiere a prácticas muy analíticas que si se logran extraer tienen un alto grado de transferencia. Este grupo de objetivos que llamaremos procedimentales en la formación del gestor representan la parte más instrumental o metodología que se instituye como un entrenamiento tanto en técnicas de mediación, negociación, socialización, conocimiento jurídico y normativo además de aquellos de tipo administrativo y contable. Finalmente, los componentes mas macro que se refieren a los programas, proyectos conjuntos y modos de organi-

zación que son altamente visibles pues constituyen el centro neurálgico del desarrollo local pero su especificidad los hace muy poco transferibles. Esta parte conforma, un componente esencial de la formación en la cual se conocen las experiencias nacionales e internacionales y se analizan en base a los modelos de conocimiento teórico y metodológico. Podríamos entender esta parte como la de adquisición de habilidades técnicas para entender, más que para manipular a los colectivos.

Para la enseñanza de las técnicas se incluyen dos tipos de experiencias, primero aquella experiencia de tipo planificado las cuales derivan de un proceso de intercambio lineal. Se inicia con una evaluación de la naturaleza del problema seguido por una investigación nacional e internacional en aquellas áreas en las que se han tenido experiencias por el mismo problema y las soluciones han ayudado a resolverlo. Esta investigación provee al alumno de un inventario de diferentes respuestas al mismo problema y la tarea siguiente es identificar la más apropiada y evaluar sus características.

Una vez seleccionada, el proceso de transferencia de esa respuesta puede requerir el uso de diferentes mecanismos como la asistencia técnica, la asesoría, etc.

Un segundo tipo de experiencias tiene que ver con el modelo de ensayo y error que se caracteriza por un período muy largo de enseñanza-aprendizaje a través de la exploración de diferentes posibilidades en el área o territorio y ajustes sucesivos de las prácticas que se van a transferir a través de un proceso en el que se trata de enfocarse hacia aquellos elementos que comienzan a generar resultados positivos en el contexto y abandonando a aquellos que no trabajan.

Se pretende que el alumno adquiera el conocimiento posible para deslindar los tres elementos circunstanciales que facilitan o inhiben una transferencia: primero, la existencia de colectivos o individuos en el territorio local que sean capaces de transferir los elementos del intercambio. Segundo, la existencia de nichos de actividades que se ajusten a los objetivos, principios y métodos de organización de los usuarios locales. Por ejemplo, en algunas localidades, estas actividades pueden ser la construcción, en otras puede ser los servicios de limpieza, en otra los teji-

dos y bordados, etc. Tercero, es necesaria la existencia de un desarrollo local base que permita a las innovaciones contar con los recursos y servicios requeridos como un insumo necesario para llevar a cabo la transferencia.

Como evaluar al egresado

Una vez formado el alumno nos enfrentamos con la necesidad de evaluar al egresado más allá de sus conocimientos, sino sobre su papel en el desarrollo local. El desarrollo local como objeto y sujeto de evaluación, tiene algunas características que lo hacen de difícil acceso, la primera de ellas es que las variables y mecanismos que dan cuenta del éxito o fracaso del desarrollo local, sólo se pueden observar una vez que se producen los resultados. En este sentido, se vuelve casi imposible la evaluación del proceso, pues no conocemos, los valores que adquieren los indicadores en diferentes momentos y por tanto, no podemos generar normas que permitan resolver una desviación, pues no se tienen los datos suficientes que nos indiquen cuales son los valores promedio que se deben alcanzar en cada una de las medidas para suponer que el desarrollo local esta siguiendo una evolución "adecuada".

Lo anterior establece un grave problema de reproducibilidad pues sin las medidas de proceso, no hay verdaderas lecciones útiles que puedan ser aprovechadas. Existe un final "feliz" que debe tratar de provocarse, algunos problemas que deben preverse, pero muy poco se puede constatar, por lo tanto, el desarrollo local no constituye científicamente un modelo y en consecuencia no se pueden llevar a cabo comparaciones con ningún otro modelo. En esta misma línea de argumentación, la medición del éxito o fracaso del desarrollo local, no puede plantearse de una vez y para siempre como si tuviera objetivos metas, lo cual hace complicado el uso de cuantificaciones y coloca a la evaluación siempre como una actitud parcial frente a un ciclo sin reconocer etapas finales convirtiendo a la evaluación en un proceso de retroalimentación de un sistema complejo de relaciones y diluyendo así el concepto de éxito o fracaso, haciendo más importante el uso de tendencias y rangos de evaluación.

Partiendo de lo anterior, la formación de gestores solo se puede evaluar como el impacto del colectivo universitario sobre los procesos de desarrollo local. El modelo de evaluación que se propone, se centra fundamentalmente en indicadores de comportamiento social de los colectivos, los cuales requieren medidas cualitativas adicionales a las que puedan crearse de tipo cuantitativo para medir habilidades, conocimientos, actitudes y competencias de liderazgo, organización, control, cooperación e integración. Un segundo grupo de indicadores vinculados al desarrollo económico, se refieren a técnicas de costo - beneficio, sostenibilidad ambiental, transferencia de tecnologías, gestión, calidad y asistencia técnica. Y finalmente un tercer grupo de indicadores de tipo sociológico para medir el impacto de las acciones colectivas sobre las políticas públicas.

La descripción de los diferentes factores a medir, se encuentran a un nivel meramente propositivo y para cada uno de ellos se puede suponer una gran cantidad de medidas cualitativas y cuantitativas. El problema se refiere a los criterios para seleccionar estas medidas, según el tipo de proceso y el momento de evolución en que se encuentra, lo cual seguramente requerirá de grandes esfuerzos para la construcción de indicadores y a su vez, de mayor documentación empírica para evaluar la validez y confiabilidad de cada uno de ellos en el contexto específico.

Propuestas para los objetivos profesionales del gestor local

a) De los objetivos profesionales que deberán hacerse explícitos en el currículo de los gestores es de primordial importancia el establecimiento de habilidades para llevar a cabo regionalizaciones con el objeto de que sean capaces de hacer propuestas para la reestructuración territorial de los municipios pues en Latinoamérica los criterios para promover y definir un espacio como municipio están fundamentalmente relacionados con el número de habitantes y posiblemente esto no sea la mejor manera de establecer condiciones para una participación social y para un sistema de gobierno que permita a largo plazo desarrollar propuestas para la reforma de estado.

b) Un segundo grupo de objetivos profesionales estarían dirigidos no solo al conocimiento de los alumnos de la reforma de estado para involucrar a la sociedad civil para cumplir con los requerimientos del desarrollo, sino al entendimiento de la importancia de que las soluciones eficientes a los problemas sociales y económicos se derivan de una eficiencia adaptativa que no es mas que esa capacidad social para aprender a resolver problemas y estar retroalimentando un sistema complejo de adaptación al entorno, y por otro lado, el aprendizaje colectivo el cual, es un elemento involucrado en este proceso de eficiencia adaptativa que permite convertir en experiencia acumulada la solución a viejos y nuevos problemas. El gestor preparado en la universidad debe asumir que la sociedad juega un papel importante y sus organizaciones colectivas son los actores fundamentales de un desarrollo local endógeno y se comprometen a los procesos de cambio de manera responsable (JIMÉNEZ, 1996).

c) Un tercer grupo de objetivos profesionales se deberán dirigir al establecimiento de competencias para ofrecer alternativas, entender y ser capaz de incidir sobre: las prácticas de interacción dentro de las organizaciones gubernamentales y civiles para la descentralización de la información, estimular la participación y hacer más eficiente la coordinación. Segundo, con estas prácticas, incrementar la eficiencia adaptativa pública y privada y de esta manera darle entrada al aprendizaje social y tercero, asegurar la credibilidad de las autoridades y la gobernabilidad social. Se propone entonces que los objetivos profesionales vinculados a la competitividad, el desarrollo social y la reforma de estado, pueden impulsar desde el trabajo de los gestores en el ámbito municipal o regional transformaciones de los procesos democráticos haciéndolos mas eficientes y transparentes en los sistemas de gobernabilidad y en los procesos de descentralización y transferencias de competencias.

d) Se requiere un gestor que sea capaz de establecer prácticas, rutinas y estilos de gestión que privilegien la transición y recepción de información entre gobierno y ciudadanos. Lo anterior requiere no sólo de modernizar la estructura administrativa sino

adquirir habilidades de gestión en el sentido estratégico, lo cual requiere capacidad para articular potencialidades sociales del territorio, capacidad para organizar y administrar los recursos públicos, dispositivos que vinculan al gobierno local de manera eficiente con su comunidad y herramientas de gestión para definir, procesar, seleccionar y desarrollar las demandas de los usuarios.

e) Finalmente es fundamental formar un gestor del desarrollo local creativo e innovativo en sus propuestas y soluciones sobre todo en sus estrategias y conocimientos para promover, desarrollar e implementar metodologías ofreciendo alternativas novedosas para estimular: el derecho a la información, la transparencia y cuentas claras, la simplificación de trámites, los sistemas normativos de carácter general para evitar la interpretación y sistemas de toma de decisiones; capacidad de respuesta: eficiencia y efectividad (dispositivos para flexibilizar estructuras, procedimientos y normas, organizar procesos y rutinas para racionalizar tiempo y recursos).

Referências

- ALLENDE, L.J. Lo local frente a la globalización. *Ecología Política*, n. 16: 119-132, 1998.
- BARREIRO, F. Desarrollo desde el territorio. A propósito del Desarrollo Local. *Red de Desarrollo Económico Local*. 2000. En red: <http://www.redel.cl/documentos/otros.html>.
- CASTELL, M. Nuevas tecnología y desarrollo regional *Economía y sociedad*, Madrid, Junio 11-22, 1989.
- FRANCO, A. ¿Por qué precisamos de un desarrollo local integrado y sostenible? *Revista Instituciones y desarrollo*. Instituto Internacional de Gobernabilidad/PNUD, n. 6, p. 133, Mayo 2000. En red: <http://www.campus-oei.org/n4550.htm>.
- HARVEY, D. From space to place and back again: reflections on the conditions of postmodernity. En: BIRD, John et al. (ed). *Mopping the futures: local cultures, global change*. Londres: Routledge, 1993.
- JIMÉNEZ, G. Territorio y cultura. Estudios sobre las culturas. *Época II*, n. 4, diciembre 9-30, 1996.
- MADOERY, O. *La formación de agentes de desarrollo local: ¿Cómo contribuir desde la universidad a la gestión territorial?* VI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Buenos Aires, Argentina. Noviembre 2001. p. 5-9.
- PARKER, Ch. Identidad, modernización y desarrollo local. *Revista de la academia*, Santiago de Chile, Universidad Academia de Humanismo Cristiano, n. 1, 43-56, 1995.

Terra Indígena Nioaque: processo de formação sociopolítica, divisão da aldeia Água Branca e os momentos históricos vividos por este povo ao longo dos anos
Nioaque Indian Reserve: process of social-political formation, Indian settlement Água Branca (White Water) and the historical moments of this people along the years
Le Parc Indigène Nioaque: processus de la formation socio-politique, la division de la tribu Água Branca (L'Eau Blanche) et les moments historiques vécus pour ce peuple au fil des années
Tierra Indígena Nioaque: proceso de formación socio política, división de la aldea Água Branca y los momentos históricos vividos por este pueblo a lo largo de los años

Claudionor do Carmo Miranda*

Recebido em 16/12/2006; revisado e aprovado em 30/1/2007; aceito em 31/7/2007

Resumo: O Estado de Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população indígena do país. Os Terena em particular tratado neste artigo vivem em oito municípios do Estado de Mato Grosso do Sul e sua população soma, aproximadamente, 18.000 índios no Estado, vivendo em pequenas áreas cercadas por fazendas, chamadas de "Reservas Indígenas". Este artigo pretende relatar um pouco a realidade sócio-organizacional dos índios Terena da Terra Indígena Nioaque-MS e algumas considerações da realidade atual sob o ponto de vista do Terena. A Terra Indígena Nioaque inicialmente foi formada por dois pequenos núcleos: a aldeia Brejão fundada em 1.904 pela família do "Capitão Vitorino" e a aldeia Água Branca, sendo posteriormente dividida em três, em função de três aspectos apontados pelo autor: dominação do território por grupos familiares agnáticos, busca de poder e facilidade de organizar/administrar a aldeia. O autor relata três momentos históricos importantes vividos pelos povos Terena no Estado, mas chama atenção para o quarto momento que os Terena vivem atualmente, que é a busca por conhecimentos externos através da educação, como forma de sobrevivência e fortalecimento cultural de seu povo.

Palavras-chave: terra indígena; organização social; aldeia; fortalecimento cultural.

Abstract: Mato Grosso do Sul State covers the second greatest Indian population in Brazil. The Terena people, privately treated in this article, live in eight cities of Mato Grosso do Sul and his population is approximately 18.000 (eighteen thousand) Indians, disposed in small areas hedged in farms, called "Indian Reserves". This article intends to report the social organization of Terena Indians in Nioaque Indian Reserve and some considerations of the actual reality of the point of view of Terena people. Nioaque Indian Reserve was formed by two small places: the Indian settlement Brejão founded on 1.904 by the "Capitão Vitorino" family and the Indian settlement Água Branca, that was divided on three settlements, due to three aspects indicated by the author: domination of the territory by agnatic familiar groups, searching of power and organization/ administration facility of the Indian settlement. The author reports three important historical moments of the Terena people in Mato Grosso do Sul State, but advertises to the fourth moment they live nowadays: the searching by external knowledge through the education, as survival form and cultural encouragement of this people.

Key words: indian reserve; social organization; Indian settlement; cultural encouragement.

Résumé: L'État de Mato Grosso do Sul (Brésil) a la deuxième population indigène la plus grande du Brésil. Les Terena, traités dans cet article, sont distribués dans de huit villes de l'État de Mato Grosso do Sul et sa population ajoute autour de 18.000 indiens. Ils vivent dans les petites régions entourées par des fermes, appelées de "Parcs Indigènes". Cet article rapporte la réalité sócio-organisationnelle des indiens Terena du Parc Indigène Nioaque, à Mato Grosso do Sul et quelques considérations de la réalité actuelle du point de vue du indien Terena. Le Parc Indigène Nioaque était constitué par deux petits noyaux: la tribu Brejão, fondée en 1904 par la famille du "Capitaine Vitorino" et la tribu Água Branca. Après le parc a été divisé en trois parties, en fonction de trois aspects touchés par l'auteur: la domination du territoire par les groupes familiaux, le quête par le pouvoir et la facilité d'organiser la tribu. L'auteur aborde trois importants moments historiques vécus par les peuples Terena à Mato Grosso do Sul, mais faisant attention au quatrième moment où les Terena vivent actuellement: la recherche par les connaissances externes à travers l'éducation, comme forme de subsistance et d'affermissement culturel.

Mots-clés: parc indigène; organisation sociale; tribu; affermissement culturel.

Resumen: El Estado de Mato Grosso do Sul abriga la segunda mayor población indígena del país. Los Terena en particular tratado em este artículo viven en ocho municipios del Estado de Mato Grosso do Sul y su población suma, aproximadamente, 18.000 indios en el Estado, viviendo en pequeñas áreas cercadas por haciendas, llamadas de "Reservas Indígenas". Este artículo pretende relatar un poco de la realidad socio organizacional de los indios Terena de la Tierra Indígena Nioaque-MS y algunas consideraciones de la realidad actual desde el punto de vista del Terena. La Tierra Indígena Nioaque inicialmente fue formada por dos pequeños núcleos: la aldea Brejão fundada en 1.904 por la familia del "Capitán Vitorino" y la aldea Água Branca, siendo posteriormente dividida en tres, en función de tres aspectos señalados por el autor: dominación del territorio por grupos familiares agnáticos, búsqueda de poder y facilidad de organizar/administrar la aldea. El autor relata tres momentos históricos importantes vividos por los pueblos Terena en el Estado, pero nos llama la atención para el cuarto momento que los Terena viven actualmente, que es la búsqueda de conocimientos externos a través de la educación, como forma de supervivencia y fortalecimiento cultural de su pueblo.

Palabras clave: tierra indígena; organización social; aldea; fortalecimiento cultural.

* Administrador Regional da FUNAI em Campo Grande-MS. Aluno do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Introdução

O Estado de Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população indígena do país, constituída por nove etnias: Kadiwéu, Guató, Ofayé, Guarani, Kaiowá, Terena, Kinikinau, Camba e Atikum, superado apenas pelo Estado do Amazonas. Com cerca de 60.000 índios, esse contingente vive em municípios de norte a sul do Estado.

Os Terena em particular tratado neste artigo vivem em oito municípios do Estado de Mato Grosso do Sul: Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio, Aquidauana, Miranda, Nioaque, Dourados e Rochedo, segundo Fernandes Júnior (1997). Sua população soma, aproximadamente, 18.000 índios no Estado, vivendo em pequenas áreas cercadas por fazendas, chamadas de "Reservas Indígenas".

Neste artigo trataremos em especial sobre a Terra Indígena Nioaque cuja área demarcada é de 3.029 hectares e encontra-se localizada a sete quilômetros da cidade de Nioaque-MS, e distante 170 quilômetros da Capital do Estado de MS, a cidade de Campo Grande. Com uma população aproximada de 1.300 habitantes (FUNAI, 1996), esta comunidade indígena dedica-se ao cultivo de arroz, milho, feijão, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe para o autoconsumo. Existem também diversas espécies frutíferas, como a manga, laranja, limão e abacate, produzidas de forma rústica no fundo dos quintais.

Esta Terra indígena possui uma extensa área de mata com diversas espécies arbóreas nativas que são utilizadas pelos indígenas de forma racional, tanto na construção de suas casas, quanto para consumo como lenhas e cercas. Essa cobertura vegetal permanece ainda preservada porque as formas culturais de ocupação, uso e manejo dos recursos naturais, feitas pelos índios Terena da referida comunidade, estão em conformidade com sua estreita relação com o ambiente natural, baseado num conhecimento profundo e extenso das características ambientais e dos fenômenos naturais.

Este povo possui uma forma diferenciada de lidar com o ambiente natural, de aprender, repassar e até mesmo de guardar seus saberes tradicionais. Desde o nascimen-

to, os pequenos já são envolvidos em práticas culturais como ritos, cantos, cerimônias, que marcam as fases de sua vida no sentido de ter, este, sua cosmovisão formada a partir dos valores que possui o grupo a qual pertence.

Este artigo pretende relatar um pouco a realidade sócio-organizacional dos índios Terena da Terra indígena Nioaque-MS. Na primeira parte relatarei a história do povo Terena em Mato Grosso do Sul e da Terra Indígena Nioaque. Na segunda parte relatarei, baseado em minha experiência própria, alguns tópicos importantes da organização social de minha comunidade e na terceira e última algumas considerações importantes sob meu ponto de vista da realidade atual que estamos vivendo.

1 Breves comentários sobre os Terena de MS

Mato Grosso do Sul é um estado que possui um dos maiores números populacionais de índios do Brasil, superior a 50.000 indígenas, divididos em grupos com histórias seculares de contato com a sociedade envolvente, com diversas estratégias de resistência cultural, com formas bem definidas de enfrentamento, resolução ou fuga de conflitos, pelas quais conseguem equilibrar-se no fio da navalha representado pelas alternativas de contato propostas pelas elites dominantes. É contemplado por seis etnias oficialmente reconhecidas: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadwéu, Ofaié e Guató; e três ainda não reconhecidas: Kamba, Kinikinau e Atikum.

Cada um destes povos traz em suas bagagens, histórias, costumes, tradições e organizações sócio-culturais diferenciadas. Diferem quanto ao grau de integração à sociedade nacional; quanto às respostas construídas para fazer frente às agressões do colonizador europeu e depois, do estado; quanto à organização atual e aos projetos futuros. Igualam-se, porém, com povos carecedores de políticas voltadas para sua sobrevivência, fortalecimento e expansão.

Os Terenas em especial atenção neste artigo são um povo descendente dos antigos **Guaná-Txané** (termo tupi-guarani) que falam um dialeto da família lingüística **Aruaque** (RESENDE et al., 1999).

As teses sobre a origem deste povo os situam como originários das planícies colombianas e venezuelanas, que diante da ocupação espanhola, foram sendo empurrados e vieram reinstalar-se nas bordas do Pantanal, através do alto Rio Negro em busca de melhores terras para a sobrevivência de suas famílias e proteção para seu povo (MANGOLIM, 1993).

Em Mato Grosso do Sul a história deste povo foi cindida em dois tempos por um evento externo de enorme significação: a guerra do Paraguai. Antes da guerra, o povo Terena mantinha uma sociedade tradicional, com costumes e tradições próprias, com auto-suficiência econômica e autonomia política, ou seja, conservava sua identidade étnica e seu *modus vivendi* específico. Depois da guerra este povo se vira obrigados a constituir uma nova sociedade – inusitada, engendrando novas pautas sociais e culturais que dessem conta da manutenção de seus ethos – sua “marca” enquanto um povo outro. Começaram a serem vistos como “bugres” pelos colonizadores de seus territórios, e a se relacionar com um grupo humano heterogêneo e oportunista, aventureiros e ambiciosos, prontos a lutar pela ocupação de uma região devastada do ponto de vista político e social e a antiga relação de solidariedade e respeito começou ser profundamente alterada (AZANHA, 2002).

Em função destes aspectos e das profundas mudanças que ocorreram no seu meio externo imediato (sociais, políticas e ambientais), em função da guerra, a ruptura entre a sociedade tradicional Terena e a “nova” foi radical. Portanto é fácil imaginar o porque das formações de novas Terras Indígenas Terena pelo Estado de Mato Grosso do Sul, constituída por uma sociedade Terena contemporânea vivendo em três situações distintas a um só tempo: a situação de reserva, a situação de cidade e a situação de fazendas e usinas.

2 Como se formou a Terra Indígena Nioaque?

2.1 Origem histórica

Segundo Oliveira (1976), esta Terra Indígena se formou em função da evasão de

mil indígenas Terena de suas áreas originárias para o alto da Serra de Maracajú, devido à pressão que os mesmos estariam enfrentando por parte dos fazendeiros, que por todos modos queriam tomar conta das terras dos Terena após a Guerra do Paraguai. Esta Terra Indígena está localizada no município de Nioaque no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo ao norte o rio Urumbeva e a leste a Serra de Maracajú.

Um documento do antigo Serviço de Proteção ao Índio, de 1919, relata que os Terena do grupo do Capitão Vitorino, em torno de uns 200 indivíduos, dispersos em 11 ranchos, ocupavam uma área a duas léguas da cidade de Nioaque-MS, cuja população seria dos mil indígenas que teriam espalhados pela Serra de Maracajú (OLIVEIRA, 1976). Este mesmo documento afirma que a Terra Indígena Nioaque inicialmente foi formada por dois pequenos núcleos: a aldeia Brejão fundada em 1904 pela família do “Capitão Vitorino” e seu grupo, que saíram da antiga Aldeia Laranjal que também se localizava dentro da reserva, à procura de uma área com mata para facilitar sua proteção e de seu povo; e a Aldeia Água Branca que se destacava por possuir um maior número de indígenas, sendo 14 ranchos organizados às margens do Urumbeva e por ser realmente a concentração populacional mais antiga.

Embora a Aldeia Água Branca seja a mais antiga é a Aldeia Brejão que se torna a mais importante no contexto político-administrativa, em função de que o Posto Indígena foi fundado nesta aldeia em 1925 pelo Inspetor de Mato Grosso na época, Cel Nicolau Horta Barbosa, pelo decreto de 1922, cujo nome dado foi “Posto Indígena Capitão Vitorino”.

Segundo dados extraídos do Relatório Anual da Inspeção de Mato Grosso (1919), um ano após a criação do Posto indígena começava o afluxo de índios de toda parte para a aldeia Brejão, mas somente 16 teriam sido aldeados naquele ano, em função da política interna de organização.

Como culturalmente os povos Terena se organizam por núcleos familiares, percebe-se que desde sua criação, a Terra Indígena Nioaque já se dividia em grupos familiares, ficando na aldeia Brejão a predominân-

cia dos “Vitorinos” e na Água Branca outras famílias que não aceitavam serem coordenados pelos “Vitorinos”. Dentro destas duas aldeias, principalmente da Água Branca, também foi aumentando o número de pessoas de um mesmo grupo de parentesco ao longo dos anos, com a incorporação de várias famílias Terena que se encontravam espalhadas por fazendas da região, aumentando assim o número de grupos familiares, sendo necessário mais tarde dividi-la em três aldeias, em função de que já estava bem marcada a presença de três grupos familiares na Terra Indígena Nioaque.

2.2 Separação das aldeias em função da luta pelo poder ou pela divisão de responsabilidades?

Na Terra Indígena Nioaque, assim como em outras, ao longo dos anos, a população foi aumentando e a ocupação espacial do território começou também a ficar bem definido e depois de conversar com muitos anciões da reserva sobre o assunto, imaginei três possíveis causas da separação das aldeias. A aldeia Brejão ficou da mesma forma, onde segundo os mais antigos localiza-se a sede da Terra Indígena, sendo chefiada pelos “Vitorinos” e na Aldeia Água Branca foi necessário haver uma divisão interna. Primeiro, após várias análises e leituras da realidade, destaco como um dos fatores mais importante a esta separação é a forma organizacional do povo Terena em “*grupos de parentesco*”. Visivelmente havia três grandes grupos familiares na aldeia Água Branca que estabeleciam suas residências em um determinado setor, onde o foco aglutinador seria as parentelas *agnáticas*, constituída na unidade social de maior densidade, política e social da Terra Indígena. Segundo Azanha (2002), essa parentela é constituída por grupos domésticos ligados por laços *agnáticos* (linha de germano masculino), suas famílias de procriação (esposa, filhos e netos) e seus agregados eventuais (filhos adotivos, “primos” ou “tios”), centrado na figura de um chefe – o pai ou (com a morte deste) o irmão mais velho.

As casas destes grupos, em geral, localizam-se próximas umas das outras e seus lotes de roças são contíguos, havendo cooperação econômica, partilha de alimentos,

prevalecendo a lei da reciprocidade entre as casas, constituindo, portanto, uma unidade de produção real, sendo que o apoio mútuo, inclusive político, é a regra geral de integração social entre os grupos de irmãos. Na realidade o que garante a unidade, o crescimento e o peso político da parentela agnática é a capacidade de liderança e aglutinação do seu chefe. Neste sentido então, é que se inicia o processo de separação ou divisão da aldeia Água Branca em três, ficando a Aldeia Água Branca com o número maior de famílias “Miranda”, criando-se as aldeias Taboquinha com as famílias “Silva” e “Ojeda” e a aldeia Cabeceira com a predominância da família “Marques”. Como historicamente na cultura Terena esta força social é muito respeitada, seria impossível dar certo, três grandes grupos familiares serem coordenados por um só cacique, que claro teria que ser de um dos grupos ali existente, em um mesmo espaço territorial sem que constantemente não houvesse problemas administrativos.

Um segundo fator que agrego a esta separação é o fato de que os Terena sempre lutaram por adquirir espaços e poder. Separando a aldeia Água Branca em três, prevaleceria a disputa pelo poder, porque aumentaria o número de caciques na Terra Indígena, sendo claro que quem chegaria ao poder era o chefe do maior grupo familiar e cada aldeia teria seu cacique e cada um queria mostrar mais trabalho e capacidade de aglutinação entre seus grupos, com a intenção de permanecer por mais tempo em seus cargos e receber elogios internos e externos da comunidade.

O terceiro fator que destaco é, segundo as falas dos mais velhos, que com o aumento do número de caciques, aumentaria também a possibilidade de organizar as comunidades com maior facilidade em todos os aspectos (saúde, produção, educação etc.) e aumentaria a força interna da Terra Indígena Nioaque-MS com relação às forças externas, ou seja, na busca de recursos, na discussão de suas demandas ficariam mais fortalecidos com maior números de caciques, que no caso aumentaria de dois para quatro. Com este argumento feito pelos mais velhos e não pelos mais jovens, é que os grupos agnáticos fortaleceram seus discursos na assembléia geral realizada na Terra Indígena.

Atualmente a Terra Indígena Nioaque, está composta por 04 aldeias dotadas de autonomia política própria, ou seja, possui um “cacique” e um “conselho tribal”, que responde pelas relações políticas de cada setor. Cada aldeia resolve, dentro de certos marcos normativos, as pendências jurídico-políticas entre seus membros. Os assuntos que dizem respeito ao conjunto das aldeias, da Terra Indígena de uma forma geral, são tratados em reuniões grandes, com a presença de todas as lideranças das aldeias, geralmente realizadas no Posto Indígena.

A aldeia é constituída por um conjunto de moradias situadas dentro de seus limites estabelecidos por certos “marcos” que somente é reconhecido pelos moradores de cada aldeia, ou seja, não estão visível ou exposto em formas de cercas ou coisas desta natureza, mas são estritamente respeitados pelos grupos agnáticos, sobre os quais são cobrados certas regras de conduta interna.

Os limites das aldeias da Terra indígena Nioaque são observados em função desta regra, mas o usufruto da matéria prima da Terra Indígena para uso interno, como a madeira, o capim, a argila, etc é feito de forma geral pelas 04 comunidades.

3 Alguns aspectos importantes da organização interna da comunidade

A regra geral para nós Terena com relação a residência pos-matrimônio é a *patrilocalidade*, ou seja, a jovem esposa quando casa, tem que ir morar na casa do sogro, pelo menos durante os primeiros anos de casamento, até sua consolidação com o nascimento do primeiro filho e a partir daí é que o casal estabelece sua nova residência. Esta casa geralmente é levantada perto da casa do pai do jovem e de seus irmãos para não perder de vista a força aglutinadora da parentela agnática. Quando há casos de *uxorilocalidade*, onde o jovem esposo, em certas circunstâncias tem que ir morar na casa do sogro para ajuda-lo na lavoura, geralmente não dá certo e o jovem marido apressa em construir uma nova casa, mas no grupo de vizinhança agnático de onde vem, em função de que o jovem esposo sente-se desconfortável em ali permanecer por muito tempo (AZANHA, 2002).

Com relação ao matrimônio, segundo ao regimento interno estabelecido pelos anciãos não escrito, mas culturalmente respeitado, não é proibido o/a indígena casar com os não-índios, mas a jovem indígena que casar com um não índio, fica restrito seu direito de morar na aldeia e muito menos no grupo de vizinhança agnática, mas porquê? Segundo relato dos conhecimentos tradicionais dos anciãos, mas que é necessário um estudo aprofundado sobre o assunto, é pela lei da sobrevivência genética interna da comunidade e de direito a posse dos bens, por exemplo: na comunidade indígena tudo é compartilhado entre irmãos, mas coordenado pelo chefe do grupo agnático que reconhece seus parentes indígenas e tem muito interesse que sua população Terena aumente entre Terena como forma de fortalecimento de sua identidade indígena. Com o casamento de uma indígena com um não-índio esta identidade fica bastante prejudicada, porque a porcentagem genética indígena presente nos filhos do casal será menor e a porcentagem de índios mestiços na aldeia aumentará e mesmo que tenham nascido em uma aldeia Terena, sua criação será diferente em função de que receberá uma educação de um *purutuyé* (homem branco) que viveu uma realidade completamente diferente da aldeia e isso segundo os anciãos, poderá comprometer a organização interna da comunidade. Outro fator é o direito de posse, onde o *purutuyé* se sentirá no direito de possuir um pedaço de terra dentro da comunidade por ter se casado com uma indígena e fugir dos padrões organizacionais da comunidade onde nada é de ninguém, mas sim compartilhados entre todos. Neste sentido há uma preocupação intensa por parte, principalmente, dos anciãos das comunidades que repassam de geração à geração estas considerações tradicionais.

Na organização interna, geralmente são os caciques e seu conselho tribal é que articulam politicamente as ações e encaminham as decisões, mas as mulheres cumprem um papel importante na aldeia, não somente como donas de casas, mas também nas discussões de interesse da comunidade, principalmente na área de educação, nas reuniões de pais e mestres realizados pela Secretaria Municipal de Educação e no car-

go de Chefia de Posto da FUNAI. As articulações das mulheres se dão estrategicamente de uma forma não visível por todos, mas de forma bastante competente nas rodas de chimarrão bem cedo, nas buscas de lenhas aonde, geralmente só irão as mulheres e quando estão realizando algum trabalho coletivo de interesse da comunidade. Suas interferências são específicas na área de educação, muito possivelmente porque são elas que mais acompanham a trajetória educacional de seus filhos e culturalmente as mães Terenas sentem muito “ciúme” de seus “*curumins*”. Com relação ao cargo de Chefia do Posto Indígena, a interferência das mulheres é no sentido de que este cargo não é puramente político, mas a pessoa que assumir um cargo desta natureza, tem que ser avaliado internamente sua conduta, sua reputação e o respeito que o mesmo tem pelos grupos agnáticos das quatro comunidades e geralmente o peso das decisões das mulheres neste sentido tem sido considerado.

Das atividades produtivas praticadas pelos Terenas nas Reservas, a agricultura continua sendo a sua principal atividade, como o foi no passado. O ano agrícola inicia-se em agosto com o plantio de milho, tendo seu término em março/abril com o plantio do feijão da “seca”. Geralmente sua produção é para o consumo familiar. As roças pertencem ao grupo doméstico, que eventualmente engloba mais de uma família elementar, mas que geralmente tende a ficar no domínio de irmãos consangüíneos, em função da dinâmica de sucessão pela linha paterna, acentuando a *patrilinealidade* do sistema de parentesco Terena.

Este grupo, com a autoridade do mais velho decide sobre quando e o quê plantar e trabalham coletivamente em forma de mutirão em suas áreas de produção, apesar do reconhecimento da parte individual de cada integrante do grupo.

Trabalhavam seus modos de produção respeitando a natureza, baseados nos saberes tradicionais, aproveitando os recursos que a natureza lhe oferece para produzirem seus alimentos, pois o que sempre as comunidades buscam é tirar da natureza somente o suficiente para alimentar suas famílias, deixando para trás a ambição de ficar rico

explorando a única fonte de alimento para seus filhos, que é a terra. Isso é muito claro na fala de um ancião de aproximadamente 70 anos de idade quando me dizia na lavoura na hora do tereré:

Meu filho, quando aparece diversas ervas na área de plantio, como o carrapicho, a malva, a tiririca, significa que a terra já se encontra bastante cansada e que necessita de tempo para repousar, de energia para recompor suas forças e que a mãe natureza se encarregará disso, portanto temos que deixar por conta dela. Quando aparece muita rama de guanchuma na roça significa que o solo já está muito compactado e que precisa ser plantado outros tipos de culturas neste espaço com raízes profundas para quebrar a terra e permitir uma maior penetração de água no solo.

É importante ressaltar que enquanto os profissionais da área técnica defendem a aplicação de calcário para recompor a qualidade do solo, de produtos químicos para combater as ervas daninhas, os indígenas defendem que a natureza dará conta de recompor as qualidades originárias do solo, através do *pousio* da terra e que a diversificação das culturas darão resultados na descompactação do solo. Isso para mim é muito importante porque posso presenciar os dois lados da moeda: o conhecimento científico de um lado e a relação do saber tradicional das comunidades com as práticas agrícolas do outro.

Estes aspectos são importantes conhecer, mas isso só é possível observar se permanecer por algum tempo morando na aldeia, vivendo a realidade “in lócus”.

4 Considerações importantes, sob o ponto de vista do autor, do quarto momento vivido pelos Terena em Mato Grosso do Sul

Diante do processo de resistência e de luta que se prolonga por várias décadas em defesa de nossos direitos e pela recuperação do nosso território tradicional, é importante destacar três momentos vividos por nosso povo Terena. Primeiro, em função da pressão que sofreram pelos invasores espanhóis em seus territórios tradicionais e pelas disputas interétnicas, foram obrigados a sair da região do Chaco, no século 18, enfrentando problemas sócio-culturais e principalmente

territorial; Segundo, a grande batalha vivida na Guerra do Paraguai (1864 a 1870), sendo quase exterminados nesta luta, continuando no pós-guerra, considerado por este povo por *época da servidão* (período em que os indígenas eram obrigados a prestar serviços baratos aos fazendeiros que estavam ocupando seus próprios territórios); e Terceiro, sua vivência em situação de reservas, trabalho este iniciado por Marechal Rondon em 1904 e 1905, acarretando a perda da autonomia política das aldeias Terena, a integração relativa dos índios à estrutura econômica regional, com conseqüente perda da auto-suficiência econômica e o domínio sobre o comércio local e a urbanização de parte de sua população, como resposta às limitações políticas, sociais e econômicas reinantes nesta situação.

Estas situações ao longo dos anos nos obrigaram a buscar novas estratégias de sobrevivência cultural e poderíamos apontar que estamos (o povo Terena) vivenciando um quarto momento de nossa vida: o Período de Libertação. Enquanto os antropólogos renomados anunciam o processo de aculturação do povo Terena em função de que muitos patrícios encontram-se inseridos na economia regional, estudando em universidades, exercendo cargos públicos ou serem profissionais liberais, na verdade acreditamos estarmos fazendo uma “VIAGEM DE VOLTA”, como escreveu o antropólogo João Pacheco de Oliveira, referindo aos povos indígenas do Nordeste.

Estamos buscando conhecer melhor a cultura da sociedade não-indígena, através da educação, para criarmos estratégias de sobrevivência e fortalecimento de nossa cultura e começarmos a organizar nossa comunidade de forma muito profissional e competente, para pautar nossas principais demandas como a recuperação de nosso território tradicional, o fortalecimento da educação indígena, o aumento da capacidade de produção, a autonomia econômica e a valorização da diversidade cultural. Neste novo momento, buscamos ocupar espaços estratégicos na sociedade, com profissionais indígenas formados, para juntos pensarmos a construção, definição e consolidação de uma política indigenista que leve em conta toda a diversidade étnica, cultural, social de cada povo.

Não se trata de um sonho impossível, pois já disse o poeta “*quando todos sonhamos juntos é o começo da realidade*”. É este o caminho que nossa organização indígena vêm engendrando nesta década. O relacionamento externo exigiu a criação de novas formas ou instrumentos para fazer frente aos modelos de expropriação do patrimônio indígena e também para buscar soluções para os problemas indígenas nestes tempos de modernidade. As organizações indígenas têm sido este instrumento e apontam para a real possibilidade de intervenção dos índios na máquina do Estado brasileiro, e assim, continuar a sua resistência teimosa, sobrevivendo por mais 500 anos. Embora a correlação de forças seja ainda muito desigual, as populações indígenas se articulam com outros setores organizados da sociedade em busca da construção de uma nova sociedade.

Se de uma forma ou de outra damos sustentação a esta sociedade excludente, também está nas nossas mãos as possibilidades de transformá-las.

Referências

- AZANHA, G. Diagnóstico expedito das Terras Indígenas e aldeias Terena em situação de urbana: ações sócioambientais em áreas indígenas na BAP-MS/Programa Pantanal. 2002.
- FERNANDES JÚNIOR, José Resina. *Da aldeia do campo para a aldeia da cidade: Implicações sócio-econômicas e educacionais no êxodo do índio Terena para o perímetro urbano de Campo Grande-MS*. Campo Grande: Editora UCDB, 1997.
- FUNAI. Índios desaldeados. In: *Revista Veja*, Brasília, DF, 10 jul., p. 67, 1996.
- MANGOLIM, O. Povos Indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos. Conselho Indigenista Missionário Regional de MS-Campo Grande/MS. 1993.
- OLIVEIRA, R. C. Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena; prefácio de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro. 1976. 152p.
- RELATÓRIO ANUAL DA INSPETORIA DE MATO GROSSO: arquivos do SPI. 1919
- RESENDE, R.; TOMIOKA, M.; AZANHA, G. *Programa para o monitoramento ambiental e fomento de atividades não-predatório em terras indígenas do Brasil*. Documento-base para discussão no seminário de 22 a 25 de março de 1999. Áreas Terena de Miranda-Terra Indígena Cacho-eirinha. Miranda, MS: CTI-Centro de Trabalho Indigenista, 1999.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1 - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4 - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.
- Parágrafo 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5 - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
 - II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
 - III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.
 - IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6 - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:
 - a) título em português, inglês, espanhol e francês;
 - b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
 - c) resumo em português, inglês, espanhol e francês com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
 - d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
 - f) referências bibliográficas.
 - II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:
 - a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
 - b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação, impressa e on-line, devidamente assinada pelo(s) autor(es);
 - c) O texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
 - d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
 - III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua e encaminhados em três vias, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.
 - IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.
 - V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).
 - VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.
 - VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7 - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 8 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 9 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p.35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado "avessa ao contato com o ser humano"...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p.14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6000 – Jardim Seminário

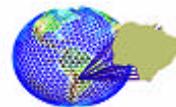
CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3594

e-mails: interacoes@ucdb.br / maugusta@ucdb.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

ASSINATURA ANUAL

NOME COMPLETO _____

CPF _____

ENDEREÇO _____ N. _____

BAIRRO _____ CEP _____

CIDADE _____

TELEFONE _____ CELULAR _____

E-MAIL _____

DATA DA ASSINATURA ____/____/____

VALOR ANUAL VÁLIDO PARA 2007: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)

OBS.: PERIODICIDADE SEMESTRAL (MARÇO E SETEMBRO);

Para compra de artigos e outras informações, entrar em contato com a Editora UCDB
(Av. Tamandaré, 6000 – Jardim Seminário – CEP 79117-900 – Campo Grande-MS –
tel/fax: (67) 3312-3373)

Assinatura

Procedimentos:

Fazer depósito bancário em favor da **Fundação Tuiuiú**, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), em uma das seguintes contas: **Banco do Brasil**, agência **2609-3**, conta corrente **5902-1**; ou **HSBC**, agência **0842**, conta corrente **11822-40**. Enviar comprovante do depósito com a ficha de assinatura via fax ou para Editora UCDB: Av. Tamandaré, 6.000, Jardim Seminário, CEP 79117 900 - Campo Grande-MS.

Para qualquer dúvida, entrar em contato pelo fone/fax: (67) 3312-3373; ou e-mail: editora@ucdb.br.